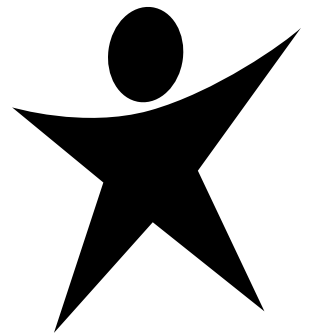


# V CONFERÊNCIA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

---



## II BOLETIM

Documento  
aprovado pela  
comissão política

---

PORTO

26

27

OUTUBRO

---

## O MUNDO MUDOU: A GLOBALIZAÇÃO ESTÁ EM CRISE

**1.1 - O trabalho.** A divisão internacional da produção deslocou uma parte substancial da indústria transformadora para o continente asiático e impôs novas tendências de exploração, que incluem: i) a intensificação dos ritmos no processo de trabalho; ii) a extração da mais-valia a partir do trabalho imaterial e intelectual; iii) a ampliação do tempo de trabalho, incluindo a diluição das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho; iv) a ampliação das formas de precariedade laboral; v) a “uberização” do trabalho e a extensão da gestão algorítmica; vi) a pulverização dos locais de trabalho e da distância entre quem trabalha. Em Portugal, a composição da classe trabalhadora é crescentemente heterogénea: a processos históricos, como o da feminização do trabalho assalariado, acrescenta-se agora a imposição de modelos parasitários com lucros altos alcançados a partir de salários baixos, em particular com a especialização dependente em serviços e turismo, assente em população trabalhadora imigrante, a que ainda se soma a emigração de jovens qualificados. Estas transformações contribuem para reforçar uma tendência consistente de perda de influência sindical, particularmente no privado e ainda mais nos setores uberizados.

**1.2 - O capital.** No período de globalização neoliberal, o processo de acumulação de capital assentou no prolongamento de cadeias internacionais de produção e na livre circulação de capitais, reforçando a capacidade estratégica da finança e a concentração do seu poder político. A captura de recursos públicos serviu um processo mais vasto de monopolização da propriedade e/ou do controle da finança, da terra, da propriedade intelectual, de recursos naturais escassos e de infraestruturas básicas. Os lucros assim obtidos não dependem da capacidade produtiva, de investimento ou inovação nestes setores mas da extração de rendimentos associada ao aumento do preço de bens e serviços essenciais. A esta forma de rentismo, marcada pela acumulação acelerada em contexto de estagnação e desigualdade social, soma-se agora uma segunda dimensão, a dos impérios digitais, que extraem e exploram os dados da monitorização de comportamentos on-line, com o objetivo final de manipular comportamentos. Esta intensificação da acumulação de capital criou um restrita elite de super-ricos, alguns acima de 200 mil milhões de euros, que exercem poder sobre os governos e o planeta e enfraquecem a democracia e a capacidade de organização solidária das sociedades.

**1.3 - O clima.** A catástrofe climática foi prevista, podia ter sido evitada e tem ainda que ser mitigada. Mas as principais medidas de combate às alterações climáticas são incompatíveis com o modelo e os objetivos de acumulação capitalista, ameaçando lucros presentes e rentabilidades futuras. As companhias energéticas baseadas no fóssil mantêm o seu poder e, em estreita integração com o capital financeiro e as indústrias do armamento, impõem a contenção de medidas de transição. Os movimentos migratórios aumentam à medida que regiões inteiras do planeta se tornam inabitáveis devido a fenómenos climáticos extremos ou às suas consequências permanentes (como as secas e as guerras). A destruição de ecossistemas promove a proliferação de agentes patogénicos e aumenta os riscos de epidemias. Neste quadro, as medidas de política

climática que progridem são apenas aquelas que constituem oportunidade para novos mercados financeiros especulativos, numa espiral de concentração de capital canibal. O negacionismo da extrema-direita e a hipocrisia liberal são as duas caras do desastre da civilização.

**1.4 - As guerras comerciais.** A China ultrapassou a sua condição de “fábrica do mundo” e afirma-se enquanto potência emergente, abrindo espaço a projetos de potências secundárias, como a Turquia, a Rússia, o Brasil ou a África do Sul. As pressões dos EUA para que a Europa rejeitasse a tecnologia 5G da Huawei ou forçasse a venda do TikTok, tal como o aumento de taxas alfandegárias ou a reativação pela China dos BRIC, são exemplos da guerra comercial em curso e da crescente disputa na inovação tecnológica entre as duas principais potências imperialistas. A União Europeia é um ator secundário destes acontecimentos, demonstrando que o centro da disputa pela acumulação de capital migrou do Atlântico para o Pacífico.

**1.5 - As guerras.** O confronto entre potências não é só comercial. O capitalismo anuncia a guerra - seja na Europa, com palco principal na Ucrânia, seja em torno de Taiwan, com o crescente atrito entre China e EUA, e sobretudo na escalada genocida de Israel que incendeia o Médio Oriente. Justificada como consequência de tensões inevitáveis, a corrida aos armamentos na verdade retroalimenta esta espiral da guerra, absorvendo fluxos de investimento público que, em certo momento, chegaram a ser consignados a medidas para o cumprimento dos Acordos de Paris. A retórica da escalada militar não é menos venenosa do que as ações: os governos liberais e social-liberais que procuram legitimar-se através da guerra abraçam o caminho que reforça o reacionarismo, que legitima os nacionalismos exacerbados e que promove a transferência de recursos financeiros do Estado Social para a indústria do armamento, ao ritmo das diretivas da NATO.

**1.6 - A globalização neoliberal está em crise.** O modelo do rentismo financeiro e da extração pela dívida criou as condições da sua própria crise, trazida pela estagnação e pela desigualdade e os seus efeitos na desagregação política. A estagnação do comércio, as crises económicas, com particular ênfase na crise de 2007/2008 e as suas sequelas austeritárias, a perturbação das cadeias internacionais de produção e distribuição durante a pandemia levaram o sistema capitalista a formas mais agressivas de extração e exploração. Não sabendo desglobalizar-se, o capitalismo muscula-se em projetos políticos autoritários em que direitas e extremas-direitas populistas são determinantes, desde as eleições de Modi (2014), Trump (2016), Bolsonaro (2018), enquanto outros mantêm e radicalizam as suas posições (Putin, Orban e Erdogan).

**1.7 - A extrema direita normaliza-se.** Sob pretexto de travar a extrema-direita, governos liberais ou social-liberais têm respondido ao avanço reacionário com rendições sucessivas. À medida que se fundem nos discursos anti-imigrantes, belicistas e autoritários, os liberais contribuem para a normalização da extrema-direita. Tendo em muitos casos o ditador russo Vladimir Putin como seu aliado e financiador, a estratégia de poder da extrema-direita é ganhar peso institucional e condicionar políticas, como o Pacto das Migrações da União Europeia. Esta normalização articula-se com o empenho da extrema-direita no reforço da exploração de classe ou no regresso a visões sexistas, homofóbicas e ultraconservadoras.

Não deve haver equívocos: a extrema-direita não é apenas antissocialista. Ela tem como missão absorver as direitas liberais no projeto autoritário de acumulação liderado por uma pequena oligarquia com poder global. Elon Musk - um dos super-ricos que mais beneficiou da década de dinheiro barato - é dos principais financiadores da candidatura de Donald Trump. Os super-ricos comandam não apenas a economia e a informação (Musk adquiriu uma das principais redes sociais) mas também a disputa política por um modelo capitalista autoritário e militarista. A acumulação de capital exibe-se nestes ultrabilionários que controlam redes de comunicação e fazem negócio do controlo e da manipulação das emoções.

**1.8 - As democracias não estão condenadas ao autoritarismo**, mas elas não serão protegidas pelo centrão neoliberal. O próprio neoliberalismo, incluindo a social-democracia rendida, destruiu as bases do anterior contrato social. **O combate pela democracia e pela liberdade é o combate por um novo contrato social, que estabeleça a igualdade, o cuidado e o ambiente como princípios organizadores da economia e da sociedade, um contrato assente na solidariedade e no respeito pela liberdade e emancipação de cada pessoa. O projeto de futuro que apresentamos é a resposta luminosa contra o obscurantismo e o retrocesso, que faz valer a comunidade contra o egoísmo e a esperança contra o ressentimento. É a segurança da vida boa no lugar da ansiedade social. Assim abrimos caminho para o Socialismo de Futuro que queremos construir.**

## O LUGAR DA UNIÃO EUROPEIA NA ORDEM MUNDIAL

**2.1** - A guerra da Ucrânia tornou-se o impulso para uma militarização há muito desejada pela direita europeia. As novas regras de governação económica já integram esse projeto, não só excecionando a despesa militar das restrições ao investimento público como abrindo caminho à imposição de gastos militares obrigatórios aos Estados-membros.

**2.2** - No clima, a UE vive na contradição entre compromissos e instrumentos, mas também entre necessidades de investimento e recursos financeiros mobilizados. O próprio G20 lançou um relatório sobre a necessidade de taxação dos super-ricos e esta é já uma discussão em vários países, sem sinais de que possa avançar no eixo de poder real da União Europeia.

Sem uma viragem de rumo, o ano 2030 confirmará uma retórica vazia e um fracasso real, assente em instrumentos de mercado em detrimento de políticas públicas e incapaz de obter resultados decisivos na transição energética, na reestruturação industrial e de transportes e na reorganização que proteja as nossas vidas.

**2.3** - Também no plano dos direitos sociais na UE (incluindo sobre habitação ou pobreza) o liberalismo continua a criar um desastre: a especulação imobiliária é um dos exemplos do sucesso dessa política, que exclui

uma parte crescente da população de condições de vida elementares. A Comissão Europeia pressionou os Estados-membros a cortar despesa com saúde e educação e desregular relações de trabalho e considera-se legalmente incompetente para estabelecer sequer mínimos em matéria de direitos. A exceção foi, graças à pressão popular, a diretiva do trabalho de plataformas, que mostrou um caminho a seguir, na certeza de que só há acesso a direitos no quadro de escolhas económicas coerentes.

**2.4 -** A mais extrema das consequências das políticas liberais é a sequência de vitórias da extrema-direita na política europeia para as migrações. O pacto aprovado é uma delas, até por ter arrastado a aprovação do centro político, incluindo os socialistas europeus. O discurso de ódio e o aumento de crimes contra migrantes ou pessoas racializadas indica uma normalização da política da extrema-direita, que se articula com a intensificação da exploração de classe ou a afirmação de visões ultraconservadoras.

**2.5 -** A UE condenou a invasão russa e afirmou a sua defesa da autodeterminação da Ucrânia, mas tem falhado na construção de um caminho para a paz. A retirada das tropas invasoras e a reunião de uma conferência que acorde os termos da paz são dois passos urgentes.

**2.6 -** Esse posicionamento contrasta de forma grotesca com o apoio e o armamento do genocídio cometido por Israel em Gaza, o maior crime contra a humanidade cometido no século XXI, e expansão colonial para a Cisjordânia. Todos os valores alegados quanto à Ucrânia são invertidos quanto à Palestina: todos os crimes são justificados ou ignorados. A cumplicidade europeia com o regime de apartheid israelita e a sua natureza genocida é um crime.

## DESAFIOS CONCRETOS À AFIRMAÇÃO DA ESQUERDA NO SÉCULO XXI

**3.1 - Hoje, com a crise da globalização e a deslocação dos liberais para a extrema-direita, a esquerda enfrenta novos desafios:** como construir uma unidade de classe perante a crescente heterogeneidade do trabalho? Como revitalizar sindicatos e organizações sociais? Como responder à emergência de novas tecnologias? Como desenvolver uma agenda de intervenção que articule justiça na economia, transição climática justa e igualdade de género e etnoracial? Como afirmar a novidade e singularidade do Socialismo para o século XXI? Respondemos com uma cultura de luta e um partido para a luta.

**3.2 - A questão da pertença.** A contínua propaganda do fim da luta de classes é uma ofensiva para anular uma cultura de mobilização do povo trabalhador. O parasitismo dos grupos privados sobre o Estado Social, com a privatização de serviços e a absorção de recursos, leva à perda de qualidade e à desvalorização dos serviços públicos enquanto modelo de redistribuição de riqueza e universalização do acesso a direitos. As desigualdades sem precedentes e o enfraquecimento do sindicalismo traduzem a perda de valor da ação coletiva e da luta organizada. A cultura individualista inverte a pirâmide das necessidades e pessoaliza (e patologiza

até) as respostas a problemas sociais. **A afirmação da pertença, da luta coletiva contra o capitalismo é a base da nossa cultura partidária.**

**3.3 - A questão da identidade e da novidade.** Uma tenaz ataca as forças da esquerda anticapitalista. De um lado, uma máquina de propaganda da direita e da extrema-direita, que apresenta o centrismo do PS como um perigo socialista ou até comunista. Do outro, uma avalanche retórica que banaliza a exploração e glorifica o individualismo, reclamando para a direita o brilho transformador. A ladainha sobre o fim das chamadas “causas fraturantes” ajuda a esta dinâmica do ocaso das diferenças. **A afirmação da identidade da esquerda socialista está na recusa do logro da meritocracia e na ofensiva pelo futuro, uma luta comprometida contra a desigualdade e pelos bens comuns que são a viabilidade da democracia.**

**3.4 - A questão da conciliação.** O segundo elemento da tenaz é a teoria da ferradura (“os extremos tocam-se”), vinda do centrão. A teoria dos extremos procura marginalizar ou até criminalizar as políticas redistributivas e anticapitalistas e constranger a esquerda a uma “moderação” sem matizes. Sob o signo da conciliação, as forças de esquerda são instadas a diluir de forma permanente e irreversível a sua identidade e o seu programa em nome da manutenção do status quo, mesmo sob governos de direita, como em Portugal.

**3.5 -** Conhecemos a força dos ataques e as dificuldades que criam, mas temos a confiança de sabermos de onde vimos e para onde queremos ir. Sabemos como o Bloco foi fundamental nas lutas da modernidade contra o conservadorismo e como, com vitórias ainda por alcançar nos direitos e liberdades individuais e coletivos, é fundamental para impedir a vingança conservadora em curso e criar movimentos unitários para essas vitórias. Esta herança é parte da nossa identidade que abraçamos com orgulho. **Mas o que o Bloco traz de novidade é uma conceção da luta emancipatória do trabalho que a torna inseparável dos combates emancipatórios pelos avanços dos direitos das mulheres, pessoas LGBTI+, migrantes ou racializadas, com deficiência. Combatemos o capitalismo tal como ele é. Essa novidade e essa força é a bússola do nosso programa e da nossa cultura.**

## A ESQUERDA DO SÉCULO XXI

**4.1 - A esquerda do século XXI alicerça a política de classe numa cultura de liberdade radical e afirma que classe, género e raça são elementos entrelaçados do mesmo sistema de desigualdades e opressão.** Reclamamos a herança revolucionária de Abril, que abriu caminho à democracia, à transformação das relações sociais, bem como dos movimentos anti-imperialistas e de todas as lutas emancipatórias do século XX. Na luta pelo fim do capitalismo e das relações de poder e desigualdade que ele estabelece, procuramos o caminho para uma liberdade inteira, individual e coletiva, fundada na igualdade radical de participação política e na distribuição justa da produção. Somos ecologistas porque queremos uma economia organizada

pelas necessidades ambientais e sociais, e não pelo lucro predatório. Somos feministas e antirracistas porque queremos a liberdade toda, porque reconhecemos que o capitalismo está estruturalmente assente em formas de dominação machistas e patriarcais, e porque vemos no reconhecimento de identidades subalternizadas uma prática política revolucionária de que não abdicamos. A nossa cultura é combater todas as formas de opressão geradas pelo capitalismo.

**4.2 - A esquerda do século XXI só pode ser um projeto coletivo de liberdade**, um “nós” gerado na confluência de todas as lutas emancipatórias, empenhado na construção de uma comunidade que se define pela inclusão e igualdade, pelo reconhecimento e partilha de direitos, e não pela exclusão e estratificação sociais. Ao individualismo que nos isola diante do Estado e da economia e ao princípio da competição que nos faz correr num mundo sem futuro, que degrada a saúde física e mental, contrapomos a construção da democracia que partilha o poder e a responsabilidade pelo bem-estar do planeta e de todos. A nossa cultura organiza-se pelo princípio do cuidado e pelas respostas às necessidades sociais.

**4.3 - A esquerda do século XXI deseja o futuro, que é o tempo da afirmação do socialismo**, a mais moderna e urgente das ideias políticas por cumprir. O seu enunciado é poderoso: afirmar uma visão do mundo e da sociedade em que a hierarquia se dilui e a participação se agiganta como decisão e controlo de produtores e cidadãos; aprofundar a democracia sobre as escolhas sociais; reclamar a liberdade individual nas opções de vida. Não ignoramos experiências de regimes falhados, na URSS e noutros países, que condenamos e que conspurcaram a luta pelo socialismo.

**4.4 - A esquerda do século XXI acolhe e promove o avanço tecnológico**. A automatização, robotização e inteligência artificial podem e devem servir objetivos sociais, democraticamente desejados: substituir tarefas penosas, facilitar ou evitar deslocações, reduzir o tempo de trabalho, expandir a qualidade e oferta de serviços públicos, melhorar a produção de medicamentos, facilitar tarefas domésticas, organizar as cidades e a produção com vista à transição ecológica. A tecnologia pode servir um propósito coletivo, o que exige que a sua infraestrutura e a sua força produtiva estejam ao serviço da sociedade. A cultura da modernidade é socialista porque é distributiva das capacidades e riqueza assim criadas.

**4.5 - A esquerda do século XXI é internacionalista e anti-militarista**. Afirmamos a solidariedade com todas as vítimas do imperialismo, da autocracia e da ganância. Defendemos os direitos do povo palestino contra o genocídio pelo Estado de Israel, e da Ucrânia contra a invasão russa. Estamos ao lado do Estado espanhol no reconhecimento da Palestina e contra a sua aliança com a ocupação marroquina do Saara Ocidental. Denunciamos os ataques aos direitos democráticos na China e na Venezuela tal como rejeitamos a política de ingerência dos EUA na América Latina e a escala militar que provoca no sudeste asiático. Apoiamos o direito dos povos à autodefesa e a decidirem livremente o seu futuro, libertos dos planos que as potências mundiais lhes reservam nas suas lutas geopolíticas, e, em cada país, estamos ao lado das forças democráticas, progressistas e de esquerda. Não escolhemos entre imperialismos nem entre as suas alianças militares, de que a NATO é e foi ponta de lança. Somos convictamente antimilitaristas porque sabemos que a guerra é, acima de tudo, uma disputa das elites por recursos, território e poder, e uma forma de massacrar os povos.

**4.6 - A esquerda do século XXI é ambientalista.** A sobrevivência e o bem-estar da humanidade dependem da transformação dos modos de produção e de consumo no planeta. Queremos que esse processo seja democraticamente determinado, retirado das mãos da oligarquia financeira ou de tecnocratas a ela obedientes, e conduzido pela decisão esclarecida das populações e dos trabalhadores. O planeamento democrático e ecológico que defendemos reorganiza a economia em torno de atividades úteis à sociedade e compatíveis com os limites do planeta, afastando-a da exploração destrutiva da natureza, dos combustíveis fósseis, do desperdício de recursos e da obsolescência programada; respeita os princípios de pleno emprego e igualdade salarial; garante mais liberdade a toda a gente, pela participação da definição dos investimentos prioritários, pelo acesso a bens e serviços essenciais, como os transportes ou a energia, mas também pelo aumento do tempo livre; abre espaço para um modelo de satisfação pessoal a partir de atividades culturais, desportivas, políticas, recreativas e da exploração de relações pessoais, afetivas, em alternativa às formas tóxicas de consumo e de trabalho que hoje dominam as nossas vidas. O planeamento democrático e ecológico que defendemos implica ainda uma alteração das relações de dominação e exploração entre o Norte e o Sul, em que a colaboração e o auxílio técnico e financeiro substituem o atual modelo de predação e endividamento.

## O BLOCO DE ESQUERDA NO SÉCULO XXI

**5.1 -** O Bloco de Esquerda organiza-se para dar resposta às exigências e desafios dos nossos tempos e assim construir a esquerda do futuro. Nesse caminho, afirmamos quatro prioridades da nossa ação.

**5.2 - Movimentos e mobilização popular.** A emergência de mobilizações populares e de movimentos sociais é uma alavanca para as reivindicações da esquerda, mas é, antes de mais, uma condição essencial para disputar com a extrema-direita a consciência social e política do povo e, em particular, dos jovens. Sabemos como as organizações dos trabalhadores, os movimentos sociais por uma vida digna,<sup>1</sup> as mulheres e as pessoas LGBTQI+, as comunidades racializadas e os migrantes, avançam nas suas formas de organização e formam uma barreira contra a extrema-direita e alternativas de poder na América Latina como em todos os cantos do Mundo<sup>2</sup>. Sabemos como o massacre do povo palestiano relançou um movimento antimilitarista com milhões de jovens por todo o mundo e como os movimentos pelo clima e pela habitação são embriões de uma identidade anticapitalista. É nesses movimentos que o Bloco participa, sem dirigismos ou sectarismos, promovendo uma cultura de militância e de auto organização.

**5.3 - Um programa para disputar ideias e conceitos.** A alternativa política que queremos afirmar em Portugal requer um programa político que pense o país, os seus recursos e possibilidades, em torno dos objetivos de planeamento ecológico e do cuidado, que responda ao abandono do interior e às novas realidades das

<sup>1</sup> Proposta aceite de Jorge Humberto Nogueira, Pedro Pisco, Diogo Franco, Carolina Vieira

<sup>2</sup> Proposta aceite de Jorge Humberto Nogueira, Pedro Pisco, Diogo Franco, Carolina Vieira



relações laborais, ou seja, da satisfação das necessidades de cada pessoa e de um projeto económico e social que enfrente a desigualdade. Um programa que perspetive de que forma a tecnologia e o progresso podem ser aliados, e não ameaças. Um programa que responda como o trabalho, os serviços públicos e o Estado Social se devem organizar sem que isso signifique um eterno regresso aos modelos e referências fracassadas do passado. Um programa que acompanhe e acrescente às reivindicações dos movimentos sociais do presente. Um programa que abra caminhos para o Socialismo que queremos para um futuro justo e que nunca hipoteca a Liberdade, a Democracia e os Direitos Humanos.<sup>3</sup> Este programa é um plano de ação mas também um instrumento de disputa ideológica e de descolonização do imaginário. Modernidade e futuro, liberdade e autonomia, cosmopolitismo e multiculturalidade ganham o seu verdadeiro significado quando nomeiam uma sociedade de iguais, organizada para o bem-estar e segurança de todos, e por isso, para emancipação de cada pessoa. A elaboração deste programa é uma prioridade do Bloco, um processo que decorrerá no espaço de um ano e que só será concluído pela Mesa Nacional que será eleita na próxima Convenção.

**5.4 - Uma cultura contra-hegemónica.** Nem capricho nem inconsequência. É na afirmação de ideias emancipatórias contra o conservadorismo, na denúncia desassomburada da exploração e das desigualdades e nas formas coletivas de organização e vivência que emergem os sujeitos políticos capazes das mais potentes transformações políticas. Assim, o combate pelo enraizamento popular da alternativa socialista forma também uma cultura de partido, com referenciais comuns para a ação militante, objetivos claros e aprendizagem permanente sobre a experiência de ação. O Bloco de Esquerda deve promover uma cultura de otimismo transformador e de alegria na construção de um futuro mais justo.<sup>4</sup>

**5.5 - Uma Organização aberta.** O compromisso do Bloco com a democracia interna e as formas abertas de participação no debate político funda-se na rejeição, quer do centralismo atrofiante dos partidos comunistas tradicionais, quer da inorganicidade própria dos movimentos dirigidos por um líder populista, autoritário e providencial. O Bloco reconhece também a importância das bases do partido, organizadas em núcleos e comissões, na sua riqueza, diversidade e vivência dos contextos reais do país.<sup>5</sup> Esta cultura democrática requer um esforço permanente para a criação de formas alargadas de debate e participação. Desde já: 1) um processo de atualização programática que visa criar canais permanentes de debates temáticos, com o envolvimento alargado de militantes e simpatizantes, especialistas e ativistas políticos e sociais; 2) um roteiro de formação política e ideológica descentralizado, elaborado após consulta aos militantes e estruturas do Bloco; 3) novas formas de partilha de informação interna, com a criação de uma newsletter e de uma aplicação aberta a militantes; 4) novas abordagens para comunicação externa que, além do atual esforço de dinamização das redes sociais do Bloco, incluam a atualização do site nacional e dos principais materiais de propaganda, como o jornal, bem como a dinamização de formas locais de comunicação. A participação do Bloco em movimentos e organizações sociais não deve substituir a capacidade de organização interna da militância bloquista em torno de questões centrais do combate político. Assim, sempre que possível, o Bloco deve promover grupos de

3 Proposta aceite de Jorge Humberto Nogueira, Pedro Pisco, Diogo Franco, Carolina Vieira

4 Proposta aceite de Jorge Humberto Nogueira, Pedro Pisco, Diogo Franco, Carolina Vieira

5 Proposta aceite de Jorge Humberto Nogueira, Pedro Pisco, Diogo Franco, Carolina Vieira

reflexão e coordenação em áreas como o trabalho, o feminismo, o clima, o antirracismo, as causas LGBTQI+, o bem-estar animal, a educação, a saúde, a justiça, a intervenção estudantil, o trabalho no interior do país, a investigação e a ciência, ou os direitos das pessoas seniores, entre outras causas.

**5.6 - Mandato popular e agenda política.** A presença do Bloco nos parlamentos é um elemento importante da nossa afirmação e disputa política. No contexto de uma maioria de direita na Assembleia da República, com a presença de 50 deputados da extrema-direita, o Bloco deve focar a sua intervenção na polarização face ao conservadorismo e ao ultraliberalismo que dominam os debates sobre imigração e direitos sociais, política fiscal, económica e ambiental e Estado Social. Simultaneamente, a pressão para reduzir o debate parlamentar às táticas de sobrevivência e poder do governo minoritário PSD/CDS na sua relação com o PS e com o Chega, exige do Bloco criatividade e arrojo na apresentação de propostas que traduzam os maiores problemas dos nossos dias, o salário e o tempo de trabalho, as alterações climáticas, o acesso a serviços e bens essenciais, desde logo a habitação, mas também a defesa intransigente da igualdade e da liberdade **Dentro e fora do Parlamento, levantamos as nossas bandeiras prioritárias:** resgatar a habitação da finança e fazer dela um bem para todos; trabalhar menos, melhor, com mais direitos laborais, respeito pelo trabalho e por mais salário<sup>6</sup>; controlar os instrumentos para o planeamento ecológico, a começar pela produção e distribuição de energia; redistribuir a riqueza para financiar novos serviços públicos; afirmar o feminismo, o antirracismo e o combate a todas as discriminações como forma maior de liberdade.

## A ESQUERDA PERANTE UM GOVERNO DE CONTRARREFORMAS

**6.1 -** O Governo procura distanciar-se da ideia de uma maioria de direita com o Chega e apresentar-se com uma governação ao centro, com a concretização de algumas promessas eleitorais com impacto social. Esta circunstância tática não esconde uma prática com alcance estratégico importante: é um governo de contrarreformas. À semelhança ao macronismo, a estratégia do “extremo-centro” de Luís Montenegro, destaca-se pela adoção de um programa radical de direita neoliberal destinado a favorecer as elites e o poder económico integrando também elementos do discurso e das políticas da extrema-direita. Esta rampa deslizante na política para a direita vem acompanhada do convite à normalização parlamentar e institucional da extrema-direita, apesar das suas ameaças à democracia portuguesa.

**6.2 -** Assim, os primeiros meses de governação do PSD são marcados por uma reforma fiscal sem precedentes que goza do apoio de toda a direita, com o compromisso de redução na taxa de IRC paga pelas

<sup>6</sup> Proposta aceite de Jorge Humberto Nogueira, Pedro Pisco, Diogo Franco, Carolina Vieira

grandes empresas e por uma alteração no IRS jovem destinada a beneficiar os salários mais altos, que abre a porta para um sistema de taxas planas em Portugal, o velho sonho dos liberais e da sua clientela milionária. A proposta fiscal do Governo supera em muito a despesa associada ao cumprimento de algumas promessas eleitorais com professores, forças de segurança e no alargamento do CSI.

**6.3** - Na imigração, a cedência ao discurso do Chega sobre “as portas escancaradas” levou ao fim das manifestações de interesse e à conseqüente promoção da permanência de imigrantes em Portugal de forma irregular e clandestina. Na habitação, a prioridade é dada ao Alojamento Local e, mais uma vez, a redução dos impostos sobre os mais ricos. Na Saúde, a par da marca de incompetência e autoritarismo da ministra, está em curso uma alteração estrutural na organização da resposta pública, em que o SNS passa a ser mais uma componente, a par do setor privado e social, do “sistema” de saúde, e que se vai degradando. No trabalho, a pressão para embaratecimento dos salários vinda da desregulação da imigração soma-se contrarreformas que se antevêm nas áreas da legislação laboral, em estreita cooperação com a CIP. Nos serviços públicos, o regresso a uma regra de “um por um” é uma sentença de enfraquecimento das áreas que já enfrentam dificuldades.

**6.4** - O Orçamento do Estado para 2025, já apresentado, traduzir-se-à no desmantelamento do SNS, no aumento dos preços da habitação, no enfraquecimento dos serviços públicos e mais em desigualdade na distribuição de riqueza e rendimentos. Depois de um percurso marcado pela ambigüidade e incoerência, e apesar de não ter chegado a acordo com o Governo, o PS anunciou a viabilização do Orçamento que, segundo o Primeiro Ministro, aplica o programa de Governo do PSD. O orçamento da direita tem assim aprovação garantida, permitindo ao PSD governar até 2027, independentemente do rumo do OE para 2026. Ao dispensar o Governo minoritário de alterar as bases do seu programa, a decisão do PS serviu para dar oxigénio a um governo de direita que pretende “regular” as políticas mais radicais vindas dos extremos conservadores e radicais da direita.

**6.5** - A banalização dos programas de direita que reduz o confronto político à negociação de pequenas medidas orçamentais, que vem a par da diabolização das alternativas à esquerda, menoriza e afunila a democracia, escancarando as portas à extrema-direita.

**6.6** - O Bloco nasceu contra esse rotativismo do centrão e afirma-se nas lutas contra a extrema-direita com um projeto alternativo para a sociedade portuguesa. Somos oposição ao Governo do capitalismo rentista e às suas escolhas e estaremos na frente de qualquer combate à extrema-direita. Denunciamos qualquer conciliação do PS e saberemos fazer as alianças necessárias no combate à direita e à extrema-direita. Esta clareza tática só é possível com firmeza sobre o horizonte estratégico. Não colocamos o Socialismo na gaveta, nem deixamos de lutar por ele a cada momento.

## **POLÍTICA DE ALIANÇAS E ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS**

**7.1** - Os objetivos do Bloco de Esquerda são a polarização contra programas radicais da direita conservadora e neoliberal e a afirmação de uma alternativa de esquerda para Portugal. Para tal, o Bloco deve ser capaz de estabelecer as alianças sociais e políticas que permitam travar o avanço da direita e abrir espaços de respiração democrática e de esperança popular.

**7.2** - As mobilizações para o 25 de Abril demonstram a importância de criar alianças populares contra o projeto autoritário e ultraconservador da extrema-direita, expressado através da sua presença parlamentar mas também no avanço de ideias racistas, xenófobas, transfóbicas e machistas na sociedade portuguesa. Esta permanente procura de alianças, com partidos, movimentos sociais e sociedade civil, abrange ainda questões essenciais para a democracia, e que representam hoje os principais conflitos sociais face às políticas neoliberais que atacam o clima, ameaçam os direitos dos trabalhadores<sup>7</sup>, ameaçam o salário e destroem o acesso à habitação.

**7.3** - Nas eleições autárquicas, o Bloco procurará, sempre que possível, criar alianças sociais em projetos locais de transformação política à esquerda, alternativos à governação autárquica do PS e do PSD. Suportado em bases programáticas pré-definidas em torno dos temas da habitação, do acesso a serviços públicos e da transformação climática, as concelhias do Bloco de Esquerda avaliarão as condições e proporão à Mesa Nacional coligações pré-eleitorais com outras forças progressistas, ecologistas e de esquerda. Neste contexto, estão já iniciados diálogos concretos a nível concelhio, nomeadamente com o Livre.

**7.4** - O Bloco de Esquerda apresentará, a breve trecho, as suas candidaturas e o seu programa aos órgãos autárquicos em Lisboa. O Bloco acompanha com abertura a vontade publicamente demonstrada por parte de várias forças políticas, entre as quais o PS, para iniciar um processo de constituição de uma candidatura alargada que derrote a política de Carlos Moedas em Lisboa. A avaliação desta candidatura, que deve representar mais que a mera soma de partidos, está sujeita aos mesmos critérios programáticos acima enunciados, bem como à existência de protagonistas capazes de os concretizar.

---

<sup>7</sup> Proposta aceite de Jorge Humberto Nogueira, Pedro Pisco, Diogo Franco, Carolina Vieira

# **DOCUMENTO GLOBAL ALTERNATIVO**

**SALVAR O BLOCO  
DA DISSOLUÇÃO  
POLÍTICA**

## 1. EM JEITO DE BALANÇO

A partir do fim da Geringonça, o Bloco entrou numa trajetória de declínio. Os impactos daquela experiência, que sempre defendemos, realçaram a fragilidade ideológica do partido e acentuaram a sua dimensão social-democrata. Os zigzagues de orientação política acabaram por o isolar e empurrar para o atual modelo de “movimento dos movimentos”, onde se resvala amiúde para abdicar de defender posições políticas próprias, em nome de um suposto apartidarismo dos movimentos, o que o conduz à dissolução política. Fora do enquadramento de uma política de classe, as políticas identitárias ou baseadas em causas dispersas podem mesmo converter-se em parte de uma agenda neoliberal inclusiva. Nesta, algumas reivindicações individuais podem ser contempladas, mas as desigualdades estruturais nunca o chegarão a ser.

As sucessivas derrotas que levaram o Bloco de um peso eleitoral de cerca de 10% para os atuais 4%, de um grupo parlamentar de 19 para 5 deputados, resultado de erros de estratégia política eleitoral centrada na contabilização de possíveis mandatos – tipo, “ser a 3ª força política parlamentar”, sugestão de possíveis cargos do Bloco em futuros governos, de namoro a posições social-democratas em campanhas eleitorais, etc – e muito pouco na apresentação de propostas que configurassem verdadeiras alternativas ao PS e PCP, foram agravadas pelo facto de o Bloco ter vindo a assentar grande parte da sua intervenção no trabalho parlamentar. Correspondem, igualmente, a uma perda real de influência e a uma desmobilização e paralisia interna. O balanço desta situação, para a qual contribuíram também razões internas de orientação política, nunca foi feito. A queda de resultados eleitorais não é apenas um sintoma, já que coloca o Bloco num patamar inferior de intervenção e influência social e não se deve apenas a fatores externos, havendo questões políticas e organizativas das quais deveriam ter sido feito balanços que nunca aconteceram, insistindo-se nos mesmos erros. A realização desta conferência e o texto apresentado pela maioria do secretariado são o reconhecimento implícito, mas não assumido, da necessidade de dar um novo fôlego ao Bloco.

Quer o debate interno, e com outras vozes na esquerda, quer a militância, têm sido substituídos por centralização de decisões em torno de um pequeno grupo que circula entre S. Bento e a Rua da Palma, sem ligação nem às estruturas do Bloco, nem à sociedade. O projeto de resolução política apresentado pela Comissão Política para a Conferência Nacional de Outubro de 2024 está longe de responder às necessidades de relançamento político do Bloco, limitando-se a repetir que “classe, género e raça são elementos entrelaçados do mesmo sistema de desigualdades e opressão.” Isso sempre foi verdade na história do capitalismo, mas aquilo que verdadeiramente interessa é o que se deve fazer do ponto de vista tático e estratégico para assegurar a liderança da classe trabalhadora num projeto revolucionário de transformação social que contemple todos os explorados e oprimidos. Desse ponto de vista, o documento não tem respostas.

Por este conjunto de motivos, colocamos na Conferência Nacional de 26 e 27 de outubro próximo esta alternativa global de orientação política, na expectativa de que ela ajude muitos aderentes do Bloco de Esquerda a encontrar respostas para as suas inquietações e para um novo rumo do partido.

## 2. O CAPITALISMO ATUAL

As classes sociais sofreram mutações nos últimos 150 anos, em articulação com a própria evolução do capitalismo. O proletariado diferenciou-se, penetrou em novas esferas da atividade produtiva, nomeadamente na área da reprodução social (saúde, educação) e dos serviços, atomizou-se em alguns dos seus segmentos, precarizou-se e organizou-se em plataformas. Apesar desta fragmentação, a classe trabalhadora assalariada constitui a larga maioria da população dos países desenvolvidos, o que coloca novas exigências ao processo de organização na luta pelo socialismo, mas não altera o seu papel dirigente na luta social e política.

O refluxo das vagas de mobilização da segunda década do século XXI, que responderam às políticas de austeridade após a crise de 2007/2008 (*Occupy Wall Street*, *Black Lives Matter*, Primaverares Árabes, Acampadas, Coletes Amarelos, etc) estão a criar espaço para a reflexão e o balanço indispensáveis para se poder vir a projetar um novo ascenso em termos mais consistentes, nomeadamente quanto às formas de organização política e, nelas, ao papel determinante da forma-partido. Apesar de um certo esboroamento da influência organizada dos sindicatos e de outras organizações tradicionais dos trabalhadores, e apesar do clima de recuo generalizado da esquerda por todo o mundo, existem oportunidades para a reorganização e a mobilização de quem trabalha.

Por outro lado, o processo de globalização capitalista também está a viver adaptações resultantes da emergência de novos contornos na concorrência entre as principais potências económicas e militares do mundo. A pandemia introduziu um quadro um pouco diferente na organização das cadeias de produção e distribuição, bem como tornou mais complexo o sistema de abastecimento tradicional de algumas matérias-primas (energia) e de bens alimentares. Tudo isto, aliado à agudização da concorrência capitalista mundial e a alguma dose de protecionismo seletivo, criou um confronto económico potencial dos EUA e da UE com novas potências como a China, a Rússia, a Índia e outros concorrentes de menor dimensão. A China saiu do seu modelo de grande fábrica de mão de obra barata e fornecedor de produtos de baixa qualidade, para ser um país de grande desenvolvimento tecnológico, com uma acumulação capitalista muito rápida, que beneficia sobretudo a oligarquia dirigente do PC Chinês. O desafio colocado pela Rússia é, sobretudo, de natureza militar, com uma série de confrontos culminando na invasão da Ucrânia.

Mais que inverter a lógica da globalização capitalista, está em marcha uma adaptação a novos contornos da rivalidade internacional, articulados com a evolução do cenário político-militar. O capitalismo mundial, em particular a sua vertente financeira mais dinâmica, busca desesperadamente o conjunto de circunstâncias que lhe permitam relançar duradouramente a taxa de lucro. O neoliberalismo deu-lhe as condições institucio-

nais ideais para derrotar a classe trabalhadora e intensificar o grau de exploração a todos os níveis nas últimas décadas. Todavia, isso não foi, ainda, suficiente para encaminhar a economia dos países dominantes numa trajetória de longo prazo compatível com uma prosperidade duradoura. As ameaças de guerra generalizada e as guerras localizadas em curso podem criar o clima de corrida aos armamentos e de destruição de forças produtivas, favoráveis ao relançamento capitalista. A concorrência chinesa que começa a ameaçar sectores como o automóvel trará mais dificuldades ao capitalismo ocidental, assim como desemprego e desvalorização salarial.

No mesmo sentido se configuram as ameaças resultantes do choque civilizacional entre o modelo de acumulação, assente na pilhagem de recursos naturais e na sobre-exploração dos trabalhadores, e o impacto brutal que as alterações climáticas já impõem a nível global. Todos os sinais críticos da ultrapassagem de +1,5° Celsius na temperatura média do planeta, em relação à era pré-industrial, já terão sido atingidos e inscrevem-se numa progressão contínua que não pára, porque os recursos naturais do planeta são limitados e o modelo de crescimento capitalista infinito é incompatível com relações sociais de produção que garantem um modelo de acumulação privado. Os limites ao crescimento global colocados pelos recursos naturais da Mãe Terra são a prova mais do que evidente da justeza da análise marxista quanto à contradição fundamental do capitalismo, como se lê no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política (1859): “em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (...). Instaura-se então uma época de revolução social”. É a época em que vivemos.

### 3. **NOVOS PERIGOS DE GUERRA**

O mundo bipolar da Guerra Fria desmoronou-se com o afundamento da União Soviética, mas depois de algumas décadas de hegemonia incontestada dos EUA no plano económico e militar, novos arranjos estão em vias de se consolidar com o aparecimento em força da China, Rússia, Índia e de outras potências regionais.

A proliferação de armamento nuclear e o reforço das despesas em armamento um pouco por todo o mundo re-colocam a possibilidade de uma guerra em grande escala. Não é possível compreender o capitalismo americano contemporâneo e a liderança militar, económica e política, que exerceu no mundo, sem ter em conta o papel do seu poderoso Complexo Militar Industrial (CMI), isto é, a relação entre o aparelho militar, a indústria de defesa que o alimenta e a ideologia que sustenta ambos. A proeminência desta realidade constituiu uma espécie de política oculta, com responsabilidade na dinamização de toda a atividade económica do país, gerando novo emprego e novas atividades económicas, por onde se canalizam grande parte das políticas industriais (“indústrias nascentes” e tecnologias experimentais), o uso duplo (militar e civil) das inovações tecnológicas, a canalização para o CMI dos subsídios à investigação que, de facto, são subsídios à indústria privada. Basta lembrar a forma como nasceu a Internet, em 1969, para se perceber a relevância deste modelo e a orientação do progresso técnico para a capacidade militar, sendo depois utilizada e rentabilizada de novo fora da indústria militar.



Por outro lado, ao fazer do CMI o centro das políticas industriais e da inovação tecnológica, a política norte-americana criou uma pressão pro-militarista, que faz da guerra uma extensão da política económica (e da economia política), que contagia todo o mundo, alimentando até derivas proto-fascistas. Daqui resultou um enviesamento do progresso tecnológico e das despesas públicas em direção a objetivos predominantemente militares, associados à proliferação da guerra e à manutenção da hegemonia americana e ocidental. Assim, subalternizam-se as políticas dirigidas a fins civis e à superação das carências da maioria da população. É neste contexto que devemos entender a diretiva da UE de crescimento de despesas militares para níveis que, em alguns países, duplicam os atuais.

A verdade é que a hegemonia ocidental, como a temos conhecido, parece cada vez mais posta em causa perante o aparecimento de novas economias poderosas e com grande potencial de crescimento, que irão sempre funcionar como elementos de pressão para um mundo mais multipolar. Este pode vir a ser o arranjo institucional e político apropriado para o relançamento do capitalismo mundial, um mundo dirigido menos na base da hegemonia incontestada de uma das partes, mais multilateral, ainda que sob a ameaça de uma enorme instabilidade e da guerra. O próprio projeto Draghi, recentemente apresentado para o relançamento tecnológico e a recuperação europeia face ao resto do mundo, contém uma componente essencial de acréscimo de despesas militares que só tem sentido na lógica atrás descrita.

Guerras abertas, como na Palestina e na Ucrânia colocam, também, às forças de esquerda o imperativo da solidariedade com os seus povos, pois a paz que defendemos não pode ser feita por via da cedência a invasores imperialistas. As situações beligerantes proliferam um pouco por todo lado, nomeadamente em África, o “continente esquecido”, e elas são uma das grandes causas, senão mesmo a principal, da saída em grande escala de pessoas desses países. A questão releva pelo facto de as pessoas refugiadas começarem por o ser nos países vizinhos, já de si a braços com dificuldades, e depois se deslocarem, em condições deploráveis, para a Europa. A resposta da Europa tem sido tornar-se uma fortaleza, recusando grande número de refugiados, o que tem transformado o Mediterrâneo, e, em menor escala, o Atlântico, em cemitérios. A UE tem chegado ao ponto de pagar a países vizinhos para aí conterem os refugiados.

## **4. SITUAÇÃO POLÍTICA ATUAL**

Depois do fim da Geringonça, o PS ficou livre para conduzir a política que desejava, uma política que pouco se distinguia do neoliberalismo proposto e praticado pela direita. Isso valeu-lhe uma enorme quebra de votos, uma derrota eleitoral, e facilitou o crescimento da extrema-direita. Nesta dinâmica eleitoral, o Bloco, sem uma linha política clara, não conseguiu recuperar o que parecia ter sido circunstancialmente perdido. Não o fará sem uma clarificação política profunda, sem uma refundação a todos os níveis, sem se afirmar como uma alternativa revolucionária e fora do sistema capitalista.

O momento político atual contém potencial desagregador para forças políticas como o Bloco de Esquerda. O recuo generalizado da esquerda e a ausência de lutas que desafiem o poder capitalista apontam para uma espécie de travessia do deserto. Se o Bloco de Esquerda for capaz de se ancorar num projeto de construção de um partido de massas, ideologicamente consistente, para uma transformação revolucionária da sociedade, terá melhores condições para resistir e sobreviver.

O Bloco de Esquerda adaptou-se ao recuo da situação política desgraduando os seus objetivos na luta política quotidiana, com o objetivo de conservar influência eleitoral. O caso mais flagrante foi o da campanha para as Europeias, submetida ao lema A Europa Por Ti, uma palavra de ordem sem conteúdo político explícito, a não ser uma certa vontade de cavalgar a aceitação do projeto europeu, tal qual ele existe, pela população portuguesa.

Este modelo dissolveu o Bloco de Esquerda no conjunto da esquerda social-democrata e reformista, retirou-lhe capacidade de atração e afastou-o do grande objetivo da construção do partido de massas, a favor de uma luta parlamentar desesperada pela sobrevivência. Não há atalhos neste caminho. A direção do Bloco de Esquerda iludiu-se e procurou iludir-nos quando aprovou resoluções na última Mesa Nacional que criaram comissões para a atualização do programa eleitoral e para a formação política. Antes de ir nesse sentido, a direção do Bloco deveria estar preocupada com a definição política do tipo de partido que queremos construir. Sem isso, são intenções vazias. A natureza do partido é o guia principal para aquelas tarefas.

A balança oscilará entre a construção desse partido de massas e a continuação do crescimento da influência da direita e da extrema-direita, ao lado de uma certa estabilidade da social-democracia tradicional. Este modelo, se não for gerido da forma mais adequada por nós, tornar-se-á, cada vez mais, uma ameaça para os trabalhadores, as minorias e os próprios direitos e movimentos sociais.

## 5.

## DESAFIOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

Os partidos comunistas e social-democratas do século XX deixaram uma marca traumática de aparelhismo em toda a esquerda e encaminharam muitos ativistas para a exploração das virtualidades de novos movimentos sociais e do horizontalismo. Porém, o esgotamento do potencial transformador da vaga de levantamentos da segunda década do século XXI, em todo o mundo, está a trazer de volta o debate em torno da indispensabilidade do projeto de partido de massas para uma grande transformação social.

O Partido, em vez de se adaptar e dissolver, terá que, obviamente, intervir nos movimentos sociais, históricos ou recentes, sem descartar o seu objetivo final revolucionário e socialista. Na sua intervenção deverá, sem utilizar os métodos de controlo e limitação daqueles partidos comunistas, tentar fazer com que os seus objetivos e as suas práticas se conjuguem com a luta por uma sociedade sem classes.

Em vez disso, o Bloco de Esquerda substituiu o vazio criado pelo recuo das mobilizações dos trabalhadores por uma agenda exclusiva dos movimentos sociais, que se tornaram o centro da intervenção política. Ao fazê-lo, alimentou uma lógica de preocupações, de sensibilidade individualista, uma linguagem, uma intensidade e um ritmo de compromissos de intervenção só acessíveis a uma “vanguarda” social minoritária dos principais centros urbanos. É uma linha política errada e empobrecedora que torna o Bloco num partido de nicho, em vez de o projetar como partido de massas.

## **6.** **O SOCIALISMO QUE QUEREMOS**

A emergência de novos movimentos sociais veio destacar contradições criadas pela própria estrutura do capitalismo (racismo, questões de género, alterações climáticas, migrações, etc.) que só uma transformação socialista poderá ajudar a superar. O Socialismo que queremos construir tem o seu núcleo duro na tomada do poder pelo proletariado, na socialização dos grandes meios de produção e na agenda socialista dos novos movimentos sociais. O desenvolvimento do potencial do proletariado é essencial para a vitória da revolução socialista e para a construção de um partido revolucionário. É essencial conquistar o apoio das massas e a influência na vanguarda dos trabalhadores. Para isso, é essencial o distanciamento crítico e o combate ideológico e político às correntes que dirigem os partidos comunistas e social-democratas. O Socialismo que queremos não pode ser aquele que essas correntes apregoam e onde se filiam. Rejeitamos em absoluto regimes oligárquicos ditos “de esquerda”, desde Maduro à Coreia do Norte, do castrismo degenerado ao modelo chinês “comunista”. Como também rejeitamos a política de gestão do sistema capitalista pelos partidos social-democratas. O Socialismo está “ao alcance da mão” do movimento dos trabalhadores e só precisa de incubadora.

O objetivo é a construção de uma sociedade socialista, a associação livre dos produtores. Esta será uma sociedade de igualdade, de direitos, e onde a democracia se aprofunde, pluripartidária, com direito à greve, de manifestação, de organização sindical e de associação, onde existam os mecanismos institucionais que assegurem a separação de poderes. Uma sociedade que, ao contrário dos modelos ditos socialistas do passado, seja muito mais democrática que a atual, em que cada cidadão ou cidadã multiplique os seus meios de participação e decisão. Será igualmente uma sociedade com um peso determinante da propriedade pública dos meios de produção (ainda que não exaustivo), que facilitará o processo de planeamento coletivo dos recursos disponíveis. Esta será a única forma de garantir os meios de subsistência de toda a humanidade, como de evitar o esgotamento dos recursos do planeta.

A este desiderato poder-se-á juntar um outro, que será o da contribuição para uma “governança global”, que trabalhe em questões essenciais já identificadas, desde as alterações climáticas, aos conflitos, aos movimentos migratórios, à redistribuição da riqueza, às questões de saúde, à escolarização das populações, ao reforço da democracia, entre outras. Nenhuma destas questões terá possibilidade de resolução apenas ao nível nacional. Por isso, este desafio só pode ser pensado a partir da ONU, ou outra estrutura internacional de coordenação, há muito a precisar de reformulação, que coloque as nações num patamar igualitário quanto a

decisões de âmbito global e na observância do Direito Internacional e dos Direitos Humanos, pela Paz e pela preservação dos recursos do planeta.

**7.**

## **UM PROGRAMA PARA HOJE E PARA AMANHÃ**

As reivindicações imediatas são, sem dúvida, importantes e constituem uma lista extensa que vai da melhoria dos salários e condições de trabalho e habitação à rejeição das discriminações. Muitas delas serão possíveis de realizar dentro do sistema capitalista, não é isso que as torna menos importantes. Porém, devemos ser capazes de ir mais longe e de inscrever no nosso programa aquilo que o sistema capitalista não pode comportar. Um exemplo do que não pode ser contemplado pelo sistema capitalista é um verdadeiro projeto ecossocialista, por oposição ao “crescimento verde”.

O projeto ecossocialista não é apenas uma transição centrada em determinadas atividades de maior potencial transformador, como as energias renováveis (em oposição às energias fósseis) ou os transportes sustentáveis. A transição ecológica a que nos referimos é uma subversão da ordem existente, uma mudança estrutural que altera a proporção entre setores de atividade e reordena o território, que passa por incursões profundas na estrutura privada da propriedade (nacionalizações), pela promoção de novos setores de atividade de grande potencial na satisfação de necessidades sociais e culturais, e pela diminuição da representatividade ou mesmo abandono de outros setores. É um “decrecimento sustentável”.

As classes dominantes dos países mais desenvolvidos e as suas empresas são os principais responsáveis pela crise ecológica e pelas alterações climáticas que vivemos em todo o mundo e têm a obrigação de decrescer ou de abandonar rapidamente as atividades e as tecnologias mais penalizadoras. Por este motivo, também, elas devem ser responsabilizadas pelo fornecimento aos países menos desenvolvidos e ao resto do mundo de tecnologias alternativas, assim como pelo financiamento para a transição ecológica e a reparação dos danos causados pelo atual modelo.

O decrecimento sustentável não significa diminuir o nível médio de vida das populações, sobretudo das populações dos países menos desenvolvidos. Pelo contrário, é uma grande oportunidade para mudar o regime de acumulação e a estrutura económica e social. Um modelo que dê prioridade ao crescimento dos serviços públicos (saúde, educação, cultura, habitação, transportes públicos, saneamento básico, eletricidade, água potável, conservação da natureza), dirigidos à grande maioria da população, poderá sempre assegurar o crescimento do nível médio de vida. Trata-se, portanto, de promover uma alteração estrutural que dê prioridade às atividades económicas, às tecnologias e aos padrões de consumo com menores impactos em termos de consumos energéticos e de recursos não renováveis por unidade produzida.

8.

## O BLOCO QUE QUEREMOS

O modelo atual do Bloco está esgotado, tanto no plano político como organizativo. As viragens não explicadas de orientação e a prática interna dominante apontam para a decadência e para a degenerescência. Já há sinais disso. A organização está desmotivada, desmobilizada, sem atividade. Sem ideologia, não há combate político consequente. Há apenas resistência aos excessos do dia-a-dia das políticas governamentais.

O Bloco precisa de construir um programa de transformação revolucionária da sociedade e de adotar os modelos de organização democrática que facilitem esse caminho. O Bloco, hoje, parece ser apenas um pequeno grupo que toma todas as decisões sem ouvir, nem prestar contas aos militantes. O modelo parece ser mais o de influenciadores das redes sociais do que de um partido democrático. A prática recente de inquéritos individuais de “satisfação” aos aderentes que participam em iniciativas (Fórum Socialismo, por exemplo) é inaceitável num partido de esquerda. É o método individualista adotado pelas empresas capitalistas, que faz dos aderentes meros consumidores de produtos (Fórum Socialismo) de uma empresa (o Bloco) que tenta fidelizar o cliente. Trata-se, por parte da direção, de dar a falsa sensação de que a opinião de cada um de nós conta, mas, na realidade, aquilo de que o partido precisa é de uma profunda regeneração democrática, que a atual direção nunca fará, pois teria de desarticular os erros contidos nos acordos da fundação entre frações.

Decisões como a “adesão” a um novo partido da esquerda europeia só foram conhecidas pela maioria dos militantes pela comunicação social. O Bloco precisa de estruturas que funcionem regularmente, em que os militantes tenham uma palavra, participem nas discussões internas e nas decisões. A comunicação entre estruturas deve ser permanente e estar institucionalizada com boletins de informação, formação e discussão. É possível construir um partido sem democracia interna, mas esse nunca será um partido revolucionário.

Para saber que partido queremos, temos de saber que Socialismo queremos. Construir um partido não é uma mera operação técnica. É uma questão essencialmente filosófica e política sobre a Sociedade Nova que queremos construir: democracia e representatividade, liberdade total nas decisões, pluripartidarismo, rotatividade dirigente, limitação de mandatos.

Somos a favor do Bloco estruturado com o objetivo de construção do partido de massas para uma grande transformação social e de uma urgente regeneração democrática.

## 9. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

As eleições autárquicas, para um partido com 25 anos de existência, constituem uma das ocasiões mais importantes para a sua construção e para a afirmação de uma alternativa de esquerda no plano local.

Essa alternativa precisa sempre de estar ancorada num programa de ação, que responda às principais questões que se colocam à intervenção no plano local e à forma como se inserem no contexto da situação política e organizativa a nível nacional.

Havendo experiência acumulada em concelhos ou regiões, e uma organização com um mínimo de conhecimento e de reconhecimento público, as eleições autárquicas constituem o terreno privilegiado para trabalhar com aderentes, simpatizantes e contactos, com pessoas de referência local – independentes - num programa e numa lista que reúna um conjunto de ativistas e de propostas que transformariam o quotidiano das pessoas e das cidades onde nos apresentamos.

A primeira orientação que importa seguir nas eleições autárquicas é que, em tese, o Bloco se apresentará com um programa e listas próprias para reforçar a construção do partido e alargar a sua influência em todos os concelhos onde tivermos forças para tal. Porém, essas listas devem ser, tanto quanto possível, abertas a independentes disponíveis a se juntarem a nós na defesa de um mesmo programa, o qual, a título de exemplo, poderá incluir reflexões e propostas sobre cultura, ordenamento do território, urbanismo e qualidade de vida, direito à habitação, transportes e mobilidade, ambiente e recursos naturais, saúde e educação, coesão social e cuidados, transparência, cidadania e democracia local, como seja o orçamento participativo.

Podem existir circunstâncias que justifiquem a formação de listas de cidadãos que importa apoiar e/ou participar, ou situações em que seja do nosso interesse construir listas conjuntas. Tais casos, a sucederem, e se tal for aprovado pelas organizações locais do Bloco (concelhias e distritais) e pela Mesa Nacional, deverão permitir esclarecer sempre, e antecipadamente, por que razão o Bloco não se candidata autonomamente e apoia tal ou tal lista, conjunta ou de cidadãos.

A intenção de assegurar a manutenção de lugares conquistados em atos eleitorais anteriores (vereadores, eleitos municipais ou de Assembleias de Freguesia) não se deve sobrepor à lógica do nosso combate político mais geral, não só contra a direita, mas também contra as políticas erradas do PS e do PCP nas autarquias que governam. Isto significa que o programa a negociar com outras forças políticas deverá ser o critério dominante na aprovação de eventuais coligações ou entendimentos.

## SUBSCRITORES

1	Adelino Fortunato	Sesimbra	8790
2	Alexandra Vieira	Braga	12281
3	Américo Campos	Rebordosa	
4	Ana Margarida Roberto	Sesimbra	17153
5	António Cruz Mendes	Braga	
6	António Gil Campos	Leiria	
7	António Marinho Da Silva	Coimbra	A1660
8	António Proença	Sesimbra	
9	Catarina Lourenço	Vila Franca De Xira	12068
10	Clara Dumont	Lisboa	
11	Carlos Patrão	Vila Franca De Xira	1052
12	Fernando Queiroz	Vila Do Conde	555
13	Heitor De Sousa	Leiria	A664
14	Helena Figueiredo	Lisboa	
15	João Nóbrega	Sesimbra	13330
16	Joaquim Coelho	Setúbal	
17	Jorge Pereira	Matosinhos	A343
18	José Estrela	Matosinhos	
19	José Manuel Boavida	Lisboa	
20	José Peixoto	Leiria	
21	Luísa Ramos	Setúbal	
22	Luísa Santos	Funchal	
23	Maria José Vitorino	Vila Franca De Xira	606
24	Maria Madalena Rocha	Setúbal	17521
25	Nelson Calheiros	Cascais	12392
26	Nuno Pinheiro	Almada	14306
27	Patrícia Barreira	Lisboa	9959
28	Paula Cristina Brum Da Silveira	Almada	A14279
29	Ruben Filipegomes Fernandes	Setúbal	
30	Rui Ferrão	Funchal	
31	Sara Goulart De Medeiros	Lisboa	
32	Teófila Matos	Sesimbra	11957
33	Vitorino Vieira Pereira	Leiria	A477

# **PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO DOCUMENTO APRESENTADO PELA COMISSÃO POLÍTICA**



## PROPOSTAS APRESENTADAS POR

Jorge Humberto Nogueira

Pedro Pisco

Diogo Franco

Carolina Vieira

### ALTERAÇÃO AO PONTO 1.5

As guerras. O confronto entre potências não é só comercial. O capitalismo anuncia a guerra - seja na Europa, com palco principal na invasão da Ucrânia, pela Rússia, seja em torno de Taiwan, com o crescente atrito entre China e EUA, e sobretudo na escalada genocida de Israel que incendeia o Médio Oriente. Regimes autocráticos, ditaduras, potências nucleares e grupos terroristas, chantageiam e ameaçam a paz, fazendo do armamento e da violência uma ameaça constante à democracia e ao desenvolvimento dos povos. Justificada como consequência de tensões inevitáveis, a corrida aos armamentos na verdade retroalimenta esta espiral da guerra, absorvendo fluxos de investimento público que, em certo momento, chegaram a ser consignados a medidas para o cumprimento dos Acordos de Paris. A retórica da escalada militar não é menos venenosa do que as ações: os governos liberais e social-liberais que também procuram legitimar-se através da guerra abraçam o caminho que reforça o reacionarismo, que legitima os nacionalismos exacerbados e que promove a transferência de recursos financeiros do Estado Social para a indústria do armamento, ao ritmo das diretivas da NATO e das chantagens da Rússia, China e outros estados belicistas. O Bloco defende o desarmamento e a desnuclearização como a única via para a paz e o progresso da humanidade, no respeito pelo direito internacional e as diretivas da ONU.

**Resposta:** As preocupações aqui assinaladas já estão vertidas no ponto 4.5 do documento.

### ALTERAÇÃO AO PONTO 4.5

**4.5 - A esquerda do século XXI é internacionalista e anti-militarista.** Afirmamos a solidariedade com todas as vítimas do imperialismo, da autocracia e da ganância. Defendemos os direitos do povo palestino contra o genocídio pelo Estado de Israel, e da Ucrânia contra a invasão russa. Estamos ao lado do Estado espanhol no reconhecimento da Palestina e contra a sua aliança com a ocupação marroquina do Saara Ocidental. Denunciamos os ataques aos direitos democráticos na China e na Venezuela tal como rejeitamos a política de ingerência dos EUA na América Latina e a escala militar que provoca no sudeste asiático. Apoiamos o direito dos povos à autodefesa e a decidirem livremente o seu futuro, libertos dos planos que as potências mundiais

lhes reservam nas suas lutas geopolíticas, e, em cada país, estamos ao lado das forças democráticas, progressistas e de esquerda. Não escolhemos entre imperialismos nem entre as suas alianças militares, de que a NATO é e foi ponta de lança. Somos convictamente antimilitaristas porque sabemos que a guerra é, acima de tudo, uma disputa das elites por recursos, território e poder, e uma forma de massacrar os povos. Somos convictamente por uma cultura humanista de não violência, como identidade de uma esquerda que rejeita qualquer forma de agressão, lutando e resistindo pacificamente e privilegiando a tolerância, a cooperação e o debate de ideias, no respeito pela dignidade da pessoa humana.

**Resposta:** O Bloco de Esquerda defende o direito à resistência e autodeterminação dos estados e dos povos.

---

## PROPOSTAS APRESENTADAS POR

Aan Gomes Branco, 9901

André Leal, 16872

António Santos, 1108

Artur Gouveia, 12061

Bárbara Góis, 16864

Carlos Carujo, 101

Carlos Cerqueira, 501

Clara Sandra, 16858

Daniel Borges, 16022

David Santos, 16881

Eduardo Velosa, 16855

Igor Constantino, 16857

Inês Sena, 15340

João Mineiro, 6566

João Patrocínio, 13408

José Abrantes, 16873

José Guerra, 1032

José Manuel Dias, 7667

Joseph da Silva, 7978

Luís Miguel Santos, 8954

Manuel Afonso, 16856

Miguel Barrantes, 11466

Nuno Miranda, 6547

Pedro Varela, 16852

Rebeca Moore, 16884

Rui Borges, 17042

Samuel Cardoso, 9828

Sofia Rajado, 16854

Teresa Ribeiro, 1109

Tiago Castelhana, 16853

Tiago Sequeira, 16328

## ALTERAÇÃO AO PONTO 7.4

A aposta numa alternativa de esquerda que confronte a direita, para contribuir para a alteração da correlação de forças, a mobilização cidadã e a abertura de um espaço de respiração democrática, está obrigada a alicerçar-se num programa de ruptura com as governações, nacionais e autárquicas, dos partidos do centro. A direita, como o PS, demonstram-se irremediavelmente presos aos interesses da especulação imobiliária e da monocultura do turismo. Assim, no país, como na sua capital, o Bloco promoverá alianças à esquerda do PS, com partidos e movimentos em torno de um programa transformador que rompa com a gestão urbana neoliberal, promovendo a apropriação coletiva da cidade. Nos casos em que tais alianças se demonstrem impossíveis, o Bloco apresentará candidaturas próprias.

**Resposta:** O Bloco de Esquerda apresentará as suas candidaturas e o seu programa aos órgãos autárquicos em Lisboa, contudo, o Bloco de Esquerda não deve fechar as portas a processos negociais que, dependendo dos protagonistas e do programa, possam contribuir para a derrota de Carlos Moedas em Lisboa. Esta proposta invalida sequer que essas negociações possam ter lugar, independentemente do seu desfecho.

---

## PROPOSTAS APRESENTADAS POR

Diogo Pinto

Duarte Graça

Jesus Fonseca

Luís Alves

Matilde de Vilhena

## PROPOSTA DE NOVO PONTO 5.1

### **Reflectir antes de agir: o balanço necessário.**

Os anos da solução parlamentar que permitiu a aprovação de Orçamentos do Estado entre 2015 e 2019 permitiram conquistas importantes: o aumento significativo do salário mínimo nacional, uma nova Lei de Bases da Saúde, uma Lei de Bases da Habitação, o Estatuto do Cuidador Informal, o reconhecimento do trabalho nas pedreiras como profissão de desgaste rápido, a redução das propinas de licenciatura são alguns exemplos paradigmáticos.

Simultaneamente, temos consciência das concessões de algumas dessas conquistas às lógicas de poder dos governos do PS e das fragilidades na aplicação prática de muitas dessas conquistas: o salário mínimo continua num valor miserável, as leis de bases da Saúde da Habitação não foram suficientemente longe em impedir a sobreposição dos interesses privados às necessidades populares, a regulamentação do Estatuto dos Cuidadores Informais deixou muita gente de fora, continua a haver trabalhadores das pedreiras a quem é negado acesso ao regime de antecipação da reforma que é seu direito e a redução de propinas de licenciatura foi interrompido, sem nunca se ter introduzido um limite às propinas de mestrados e doutoramentos.

Assumirmos tudo isto não desvaloriza, em nada, o que se conquistou. É, aliás, uma reafirmação da nossa inconformação perante a violência das políticas de Direita e a negligência das políticas de “centro”, sobretudo em contraste com os últimos 4 anos de chantagem parlamentar e de uma maioria absoluta rendida à ideia distópica de progresso liberal do PS, e, mais recentemente, do programa de aceleração de desigualdades do governo PSD/CDS/PPM, agarrado ao sonho de máxima privatização da Saúde e da Educação.

Da mesma forma, afinarmos a nossa intervenção política pelo Socialismo de futuro exige sermos capazes de nos responsabilizarmos a nós próprios, seja nos órgãos, seja em qualquer espaço de debate e discussão internas. É preciso dizer que, se é necessária uma reformulação do programa político e eleitoral, e se é urgente uma campanha de formações internas, tal se deve ao facto de termos cedido demais nas reivindicações, de termos recuado na afirmação de valores fundamentais à sociedade livre, democrática, igualitária que a fundação do Bloco lançou como horizonte de luta. Temos que reconhecer que, se continuamos a ter dificuldades de mobilização fora dos grandes centros urbanos, é porque falhamos na organização interna.

Para nos reorganizarmos, para nos focarmos, é indispensável compreender que não fizemos tanto quanto poderíamos, mesmo tendo em conta as atuais circunstâncias e os constrangimentos que fomos enfrentando. É a partir desta conclusão que podemos, e devemos, enunciar as acções, a intervenção de que precisamos para fazer melhor.

**Resposta:** A proposta extravasa o âmbito da V Conferência Nacional, devendo ser considerada como contributo ao debate.

## PROPOSTA DE NOVO PONTO 5.7

Uma estrutura re-energizada, sólida e presente. Muitas estruturas locais do Bloco, em particular distritais e concelhias, têm apresentado grandes fragilidades, com recorrentes dificuldades em estabelecer, enraizar ou manter uma base militante activa. Ultrapassar os obstáculos de intervenção política que isto cria implica um esforço a todos os níveis geográficos de organização do Bloco. Nesse sentido, estabelece-se como plano de ação organizativa:

- contactar, regularmente, no mínimo a cada seis meses, toda a base de aderentes do partido, por via das estruturas distritais e concelhias;
- garantir a integração de qualquer novo aderente, através de um contacto inicial, telefónico ou presencial, e posterior encaminhamento grupos de trabalho;
- garantir, por via das estruturas distritais, a organização regular, no mínimo a cada 2 meses, de plenários de aderentes nos concelhos onde não exista concelhia;
- criar e dinamizar Núcleos concelhios, onde haja condições políticas e práticas para tal, por via das estruturas distritais, como estágio inicial de progressivo desenvolvimento de concelhias, até à sua formalização;
- Garantir a organização de reuniões anuais entre as coordenadoras distritais e respetivos coordenadores concelhias com objetivo de oferecer apoio direto à coordenação das concelhias e garantir o cumprimento dos estatutos do Bloco;
- promover um levantamento de todas as organizações sociais e movimentos espalhados pelo território, procurando estabelecer contacto, na medida do que for politicamente coerente com a intervenção do Bloco.

Será, também, necessário dinamizar novos grupos de trabalho sectoriais, na medida da disponibilidade existente entre a militância. Sondar o universo de aderentes para esse efeito é um esforço a materializar até à Convenção Nacional em 2025.

**Resposta:** A proposta extravasa o âmbito da V Conferência Nacional, devendo ser considerada como contributo ao debate.

# TEXTOS CONTRIBUTO

## Transição energética: um mundo maravilhoso à nossa espera?

A transição energética, promovida como uma solução para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e combater as mudanças climáticas é uma iniciativa importante e necessária. No entanto, a mesma está ao serviço do capitalismo e á inerente acumulação contínua de lucro, obrigando a um consumo energético crescente. Em consequência, as energias renováveis, seja a hídrica, a eólica, a fotovoltaica ou a biomassa, que não estão, de modo algum, isentas de danos no meio ambiente, crescem de modo exponencial e, paralelamente, aumenta a degradação ambiental

Na verdade, as energias renováveis são frequentemente descritas como “100% limpas”. Embora a produção de eletricidade a partir dessas fontes seja menos poluente, os processos de extração, fabricação e descarte dos componentes, como painéis solares e turbinas eólicas geram impactos ambientais significativos. Acresce que o seu ciclo de vida ronda as 3 décadas, sendo ainda desconhecido o modo de proceder à reciclagem dos materiais, pelo que estas estruturas começam a acumular-se em extensos depósitos, o mesmo acontecendo com o lixo eletrónico gerado por baterias de carros eléctricos. A mineração de materiais como lítio, cobalto e terras raras, necessários para baterias e outros componentes, leva a danos ambientais extremos. No que respeita às hidroelétricas, a consequência é a artificialização dos rios e a fragmentação dos habitats, além de que as albufeiras eutrofizadas produzem quantidades apreciáveis de gases de efeito de estufa (GEEs), em parte devido à libertação de metano. Por sua vez, as centrais de biomassa, defendidas como um modo de evitar a acumulação de combustível e os inerentes incêndios florestais, utilizam cada vez mais a madeira provenientes de árvores em pé (tal como acontece em Portugal), em vez de matos e resíduos, por ser mais lucrativo. Acrescem as condições de trabalho, muitas vezes precárias, à custa de mão de obra imigrante e igualmente descartável, além do deslocamento de comunidades locais, violação de direitos humanos e alteração das formas tradicionais de subsistência. É isto que esperam as populações de Montalegre, Boticas, Serra d’Arga, Argemela, etc., que tiveram a “oportunidade” de estarem junto a jazidas de lítio, “o petróleo branco de Portugal”, segundo os promotores.

A dependência de combustíveis fósseis pode ser substituída por uma dependência igualmente preocupante de minerais raros. A produção de tecnologias como baterias para veículos eléctricos e sistemas de armazenamento de energia exige grandes quantidades de minerais raros. A exploração e processamento desses minerais estão concentrados em poucos países, criando novas cadeias de dependência e riscos geopolíticos. Paralelamente, o aumento das renováveis não está a fazer diminuir a utilização dos combustíveis fósseis.

Devemos ainda ter em conta que a produção de energia solar e eólica é intermitente, o que gera a necessidade de tecnologias de armazenamento de energia em larga escala, como baterias, que são caras e não tão eficientes quanto as fontes de energia tradicionais. A falta de tecnologias de armazenamento economicamente viáveis limita a capacidade das renováveis de fornecer energia estável e contínua. Por outro lado, o aumento da industrialização verde não reduz os impactos ambientais dado que a produção em massa, tal como é

exigido pelo sistema capitalista, nomeadamente de carros elétricos, sistemas de armazenamento e painéis solares, também envolve atividades industriais que geram emissões de GEEs e poluição, além de grandes necessidades de energia e água.

Grande parte da transição energética depende fortemente de subsídios governamentais e incentivos fiscais. Sem esses apoios, num mercado desregulado as renováveis não são competitivas em relação aos combustíveis fósseis, para mais nos atuais cenários de guerra.

Numa perspetiva ecossocialista, para uma verdadeira transição sustentável, é essencial reduzir o consumo global de energia, aumentar a eficiência e promover a economia circular, o que não é possível numa sociedade capitalista, que gera “necessidades” de consumo sempre crescentes. Somente substituir fontes energéticas não resolve problemas estruturais de desperdício e de modelos económicos e ambientais insustentáveis, além de só agravar a crise climática e levar a problemas sociais extremos pelo impacto que as renováveis têm nas comunidades locais. Estas questões deveriam ter relevo nas ações do Bloco de Esquerda, o que não tem acontecido.

Rui Cortes

---

## **Reflexões sobre o Trabalho e Questões Laborais**

Nas últimas décadas temos assistido, a nível nacional, europeu e mundial, a uma crescente perda de rendimentos dos trabalhadores e uma exponencial acumulação de capital improdutivo, especulativo e rentista, que atrai a sociedade para crises financeiras frequentes.

As sucessivas crises criadas pelo capitalismo, as guerras, a destruição ambiental e a miséria semeada no planeta, refletem-se num ataque desenfreado aos rendimentos do trabalho, que as políticas redistributivas e assistencialistas não conseguem compensar.

Portugal não tem uma das maiores taxas de desemprego, mas os rendimentos e direitos dos trabalhadores conquistados em Abril, têm sido sempre atacados. As políticas neoliberais adotadas pelos vários governos, têm aberto as portas a todo o tipo de abusos na desregulação das relações laborais.

O ataque aos sindicatos e ao sindicalismo, colocando-os em estado de necessidade devido ao grande golpe que foi a caducidade da contratação colectiva introduzida por PSD/CDS em 2003, agravado pelos vários governos, e mantido pelo PS após 2015, sempre com o apoio da direita, deu força à chantagem feita pelas entidades patronais sobre sindicatos e trabalhadores, desregulando horários, aumentando o trabalho extraordinário, nocturno, por turnos, laboração contínua sem justificação, e mantendo os rendimentos do trabalho, ao nível dos mais baixos da Europa.



O recente acordo tripartido (Governo, patrões e UGT), a pretexto de um reduzidíssimo aumento do salário mínimo, vem, em vez de um real aumento de salários, dar isenções fiscais e TSU para os patrões, e medidas pontuais atribuídas de forma discricionária por vontade do patrão como prémios de desempenho, participações nos lucros ou gratificações de balanço, prejudicando trabalhadores e Segurança Social, não sendo refletido na carreira contributiva, nos salários futuros, pensões e outras prestações sociais. Esta oferta do Governo AD ao patronato, com cobertura da UGT é gravíssima.

O aumento do salário mínimo além de ser de elementar justiça deve ser acompanhado pelo aumento dos restantes salários, evitando a compressão salarial (todos os anos aumenta o número de trabalhadores absorvidos pelo salário mínimo). Os 870 euros agora propostos são manifestamente insuficientes e não tiram os trabalhadores da pobreza.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres, agravou-se pela primeira vez desde 2012, o salário de uma trabalhadora é em média 13,2% inferior à de um trabalhador, ou seja em média, em 2022, as mulheres trabalharam 48 dias de borla, acresce isto à enorme desigualdade que ainda existe nas tarefas e cuidados familiares. O combate à desigualdade salarial entre homens e mulheres e todas as discriminações têm de continuar a ser uma prioridade.

O Manifesto fundador do Bloco diz: **“Este Bloco afirmará a necessidade de uma política de pleno emprego com salvaguarda dos direitos adquiridos. O ser humano no centro da economia começa por aqui, pela revalorização da condição do Trabalho como criador de riqueza.”**

A centralidade do Trabalho, obriga a pensar na urgente redução do tempo de trabalho, com horários semanais que permitam a conciliação com a vida pessoal e familiar, lembrando a luta, de maio de 1886 em Chicago pela jornada de 8 horas de trabalho, e que em Portugal os trabalhadores da indústria e do comércio a conquistaram em Maio de 1919. Devemos exigir a redução imediata para 35 horas e que se faça o caminho para as 32 horas semanais. Neste sentido a implementação de uma semana de 4 dias deve ser com mais um dia de descanso semanal, sem aumento da jornada diária e sem redução de retribuição, tendo em conta a participação efetiva dos sindicatos e nos termos que os trabalhadores definam.

É necessário implementar 25 dias de férias para todos, acabar com os bancos de horas, repor os 30 dias de indemnização por ano de trabalho em caso de despedimento, impedir a utilização excessiva do trabalho por turnos, a laboração contínua deve ser apenas permitida quando for imprescindível, os trabalhadores por turnos e laboração contínua devem ver diminuída a sua idade de reforma. Impõe-se o fim da caducidade da contratação coletiva e a reposição do princípio do tratamento mais favorável e a alteração das leis impostas pela Troika que ainda se mantêm no Código do Trabalho.

A centralidade do trabalho é basilar na política do Bloco de Esquerda. A participação dos ativistas bloquistas, num sindicalismo renovado e progressista que tenha em conta a interseccionalidade das lutas, e nas restantes ORT 's, será essencial na luta dos trabalhadores.

Vamos à luta, camaradas.

**Agostinho Nuno Lopes Caterna A-5627**

**Almerinda Bento A-529**

António Ribeiro Teixeira A-326

Carlos Manuel da Silva Oliveira A-9199

Carla Liliana Pais Pires Quintas A-14139

Cátia Domingues A-16084

Cipriano Pisco A-499

Elisabete Susana Vieira de Carvalho A-12396

Fernando Barbosa A-7105

Florentino Silva A-14424

Francisco Alves A-1107

João Pedro Silva A-7994

Joaquim Manuel Monteiro do Espírito Santo, A-2728

Joaquim Lima A-321

Jorge Magalhães A-4458

Jorge Pinto A-11452

José Castro A-333

José Manuel da Silva de Jesus A-8112

José Manuel Pinto Ferreira A-2585

Luís Filipe Pereira A-543

Maria Amélia Mateus Dias Antunes A-16401

Maria da Conceição Azevedo Sereno A-11822

Marina Teodoro Romana A-13017

Nuno Miguel Barbosa de Almeida e Silva A-14191

Pedro Miguel Pereira Faria A-11624

Pedro Ramos A-3514

Paulo Jorge Sousa Guimarães A-16145

Romana Maria Moreira Pedro Sousa A-13846

Sérgio Sousa A-9147

Sónia Ribeiro A-10980

Virgílio Manuel Morais de Matos A-15022

Vitor Cavalinhos A-528

---

## Porque se deixam aderentes para trás?

Quando o Bloco de Esquerda se propõe nesta Conferência Nacional, debater o papel do partido neste ciclo político, é inevitável perguntar, porque se deixam aderentes para trás? A exemplo da situação concreta do BE a nível do concelho de Ovar que há mais de dois anos está sem qualquer tipo de organização e direção estatutária ou mesmo qualquer outra de forma temporária para envolver e mobilizar todas e todos os aderentes no debate, intervenção e ação política local.

Torna-se assim imperioso, reafirmar o artigo 1.º dos estatutos do BE "Definição e Objetivos", em que é garantido, que:

*"2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãos e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável e mais respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de caráter étnico-racial, de género, de orientação sexual, de identidade de género, expressão género e características sexuais, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios. Como força política internacionalista, assume a defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo, sem exceções.*

*3 - O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspetiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão."*

No entanto e na prática, os aderentes do Bloco em Ovar continuam à margem dos direitos estatutários básicos, sem órgão de direção, cuja Comissão Coordenadora Concelhia assumidamente perdeu legitimidade, sendo negado igualmente a possibilidade de constituição de um núcleo capaz de dar resposta organizativa estatutária à generalidade dos aderentes que então se continuavam a rever no Bloco e a manifestar entusiasmo, disponibilidade e empenho para reforço e afirmação do partido.

Passaram mais de dois anos em que se cristalizou um cenário de desagregação e crise interna, que deixou o BE em Ovar sem direção política, e sem perspetivas de a nível distrital e nacional haver qualquer iniciativa que resgate o partido neste concelho, do abandono a que ficou votado, em que os aderentes, independentemente do seu posicionamento neste processo, ficaram igualmente à margem da vida organizada no Bloco.

Perante tanto silêncio e desvalorização do estado em que se encontra a organização do BE em Ovar, persistentemente alertado junto dos vários órgãos de direção nacional, para que os aderentes de Ovar e seus direitos estatutários sejam respeitados e tidos em linha de conta pelos órgãos competentes do partido/movimento. As divergências e posicionamentos críticos que resultaram em falta de confiança política, no âmbito local e distrital, acabaram como fatores

incómodos ao ponto de deixar para trás a generalidade dos aderentes, numa concelhia que reconhecidamente tinha capacidade de organização e iniciativa política própria, como sempre foi reconhecido pelos próprios dirigentes, responsáveis pelo desenvolvimento deste processo que remeteu o BE de Ovar ao silêncio, há falta de iniciativa política, ao imobilismo, à desarticulação e ao inevitável enfraquecimento e demissionismo.

Dois anos depois, nenhum órgão estatutário de direção do BE pode manifestar desconhecimento do abandono a que a atividade no concelho de Ovar foi votada.

A expectativa de que ainda seria possível construir caminhos transformadores, é cada vez mais uma ilusão ou desilusão. Assim a V Conferência Nacional fizesse arrear tal caminho de deixar aderentes para trás, por manifestarem diferentes análises políticas.

José Carlos Lopes A-697 | Ovar

---

## **Recomendação e contributo para ser adicionado ao programa do Bloco de Esquerda e de fiscalizar e promover as políticas segundo a Constituição da República Portuguesa. Políticas prioritárias:**

Artigo 65º. (Habitação e urbanismo).

1- Todos têm o direito, para si e para a família a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

2- Para assegurar o direito à habitação incumbe ao Estado:

a)-programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma adequada de transportes e de equipamento sociais.

b)-Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais.

c)-Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;

d)-Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.

3)-O Estado adaptará uma política tendente a estabelecer um sistema de rendas combatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

4.5. Atenção; no ponto 3) - A forma de cálculo;  $14/12=Y \times 0.10=X$  É a renda a pagar do agregado familiar a renda mensal

ao senhorio. É a minha recomendação que conste no programa do Bloco de Esquerda, no cumprimento da constituição da República Portuguesa.

Artigo 62º. Capítulo II (O direito e deveres sociais)

Artigo 63º. (Segurança social e solidariedade) 1.2.3.4.

5-O Estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a actividade e o funcionamento das instituições particulares, de solidariedade social e de outras de interesse público sem carácter lucrativo, com vista à prossecução de objetivos de solidariedade social consignados nomeadamente, neste artigo, na alínea b) do 2 do artigo 67º, no artigo 69º, na alínea e) do artigo nº. 70º. E nos artigos 71º. E 72º.

Artigo 64- (Saúde)

1- Todos têm direito à promoção da saúde e o dever de defender e promover.

2- O direito à proteção da saúde é realizado:

a)-Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições, económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito;

b)-Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como a promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.

3)-Para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado.

a)-Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;

b)-Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde.

c)-Orientar a sua acção para a sua socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentos;

d)-Disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o serviço nacional de saúde, por a assegurar, as instituições de saúde públicas e privadas, adequados padrões de eficiência e de qualidade.

e)-Disciplinar e controlar a produção, a distribuição, a comercialização e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos e outros meios de tratamento e diagnóstico.

f)-Estabelecer políticas de prevenção e tratamento da toxicod dependência.

4. O serviço nacional de saúde tem gestão descentralizada e participativa.

Sobre o trabalho, recomendo que o bloco de Esquerda, tenha no seu programa, a defesa do cumprimento da constituição da República Portuguesa,

Artigo 53º. (Segurança no emprego)

É garantido aos trabalhadores a segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos.

Recomendo constar no programa do Bloco de Esquerda o seguinte Artigo 54º.

Artigo 54º. (Comissões de trabalhadores)

1.É direito dos trabalhadores criarem comissões de trabalhadores para defesa dos seus interesses e intervenção democrática na vida da empresa (exemplo; denunciar as administrações que desviem fundos das empresas envés de capitalizar e reestruturar a empresa para garantir o futuro da empresa e dos seus trabalhadores, e as comissões de trabalhadores terem acesso a reuniões da administrações e terem acesso à contabilidade das empresas).

**Carlos Alberto Guerreiro Costa A-14187**

---

## **O Bloco e a NATO**

A guerra na Ucrânia e o genocídio em Gaza inauguraram um novo momento na política mundial. Estes conflitos estão a envolver de forma cada vez mais direta as grandes potências militares e, na Europa, como nos Estados Unidos, o tratamento dado a estes dois conflitos foi diametralmente oposto. O apoio incondicional dado à Ucrânia e a penalização da Rússia contrastam de forma grotesca com o apoio ao massacre da Palestina, destruindo o que resta da credibilidade do mundo ocidental, no que diz respeito ao direito internacional e humanitário.

O Bloco não foi parte dessa dualidade de critérios. Assim como sempre condenámos a ocupação israelita e os sucessivos crimes cometidos por Israel, assim como condenamos a operação genocida em curso e o papel ativo e dirigente dos EUA e da UE, condenámos a invasão da Ucrânia pela Rússia. Ao fazê-lo, respeitámos o compromisso histórico da esquerda socialista com o direito à autodeterminação dos povos e conquistámos a legitimidade para denunciar a duplicidade das potências ocidentais.

O apoio a um povo em luta pelo seu país e a condenação dos agressores nunca representou uma renúncia aos caminhos para a paz ou à responsabilização de todas as partes que contribuíram para esse conflito. Na primeira posição do Bloco sobre a guerra da Ucrânia, o Bloco defendeu que:

“Portugal deve condenar a aventura militar de Putin e demarcar-se dos posicionamentos de apoio aos EUA e à expansão da NATO. [...] A imposição americana de armamento e bases da NATO ao longo das fronteiras da Federação Russa resulta num agravamento das tensões e numa escalada do conflito à maneira da Guerra Fria.”

A 12 de Março de 2022, o Bloco apelou a uma conferência de paz. A 15 de Maio, o Bloco alertou para os perigos de “um conflito entre potências nucleares, resultante da eventual atuação direta da NATO, constituiria uma tragédia mundial de dimensões inimagináveis, desde logo para o povo ucraniano”, reafirmando as suas posições iniciais:

“O Bloco reafirma a condenação da invasão russa e o cinismo de quem procura acrescentar guerra à guerra, rejeitando o expansionismo da NATO e a corrida armamentista.” [...] “O Bloco afirma a sua posição contra a invasão da Ucrânia a partir da coerência da sua posição sobre as guerras do nosso século: opomo-nos à agressão imperialista de Putin com a mesma convicção com que nos levantamos sempre contra as agressões imperialistas da NATO.”

No programa das eleições legislativas, o Bloco voltou a inscrever a sua posição de sempre de saída de Portugal da NATO. Opusemo-nos na Assembleia da República ao alargamento da NATO à Suécia e Finlândia. Durante este período, o acervo de intervenções e iniciativas públicas de organismos, dirigentes, deputados locais, nacionais e europeus do Bloco condenando a atuação da NATO nos mais variados planos é demasiado vasto para aqui elencar e conhecido de quem o queira conhecer.

Não há, portanto, base nenhuma para acenar com o fantasma de uma mudança de posição do Bloco sobre a NATO. O que há é uma divergência de substância e de fundo sobre o que se exige da esquerda perante uma agressão imperialista. O Bloco está com o povo ucraniano, no apoio à Ucrânia e no combate ao seu agressor. Na Ucrânia, tal como na Palestina.

Em ambos os conflitos, o Bloco contribui para encontrar caminhos para uma paz justa. O que não fazemos é definir os termos dessa paz, sobrepondo-nos aos povos agredidos e às suas reivindicações, como faz alguma esquerda e como fez, há não muito tempo, um dirigente da... NATO, Stian Jenssen: “Penso que uma solução poderia ser a Ucrânia ceder território, recebendo a integração na NATO em troca.”

As declarações do chefe de Gabinete de Stoltenberg são reveladoras porque mostram o debate interno na NATO: tendo de escolher entre uma Ucrânia inteira ou a expansão da NATO, Jenssen sacrifica a Ucrânia. O Bloco apoia a dignidade do país agredido numa conferência de paz. Se a Ucrânia fizer concessões nesse processo, será a Ucrânia a decidir. Chama-se autodeterminação.

**Catarina Martins**

**José Gusmão**

**Luís Fazenda**

**Marisa Matias**

---

## **A Escola do futuro é livre e justa**

Em 50 anos de Democracia, com avanços e recuos, o sentido tem sido o de garantir o direito à Educação de todas as crianças e jovens, que tem como expoente os 12 anos de escolaridade, a inclusão e a educação para a sexualidade, onde subjazem princípios da Declaração dos Direitos Humanos, de que são também exemplos a escola multicultural, com todas as diversidades.

Uma Escola Inclusiva só se efetiva quando é assumida por todas as dimensões do sistema e o transforma qualitativamente, ao mesmo tempo que se perfila no combate às desigualdades e contra a exclusão e o preconceito. É a construção de um sistema educativo onde todos sentem que pertencem, que são aceites e valorizados por igual.

Terá de ser uma escola com equidade, de acesso universal, independente do contexto económico das famílias, desde o primeiro ano de vida até ao superior, na qual haja uma transformação real das práticas, da organização e na forma como é vivida em cada dia por todos os alunos, sobretudo pelos que estão em minoria, em desvantagem ou risco de exclusão.

O que se pretende com a escola pública universal é um projeto de todas as pessoas, com todas e para todas. Tal implica reconhecer que não há uma Escola, mas muitas escolas dentro da Escola. Implica atender à grande pluralidade dos espaços sociais e das variações culturais inerentes, observando-os nas suas específicas articulações com dimensões políticas, sociais, culturais e geográficas. Pressupõe analisar as práticas sociais e as representações dos diferentes atores e agentes educativos.

## **Atacar a Educação é ameaçar a Democracia**

O ataque à Educação é uma das estratégias do ataque à democracia. As ideias mais conservadoras e de extrema-direita criticam os desenvolvimentos civilizacionais, com argumentos sem base científica, preconceituosos, racistas, homofóbicos e limitadores dos direitos das mulheres.

Os sinais evidentes da progressão de ideologias conservadoras e de extrema-direita colocam em alerta a Educação e a Escola Pública. Desde sempre a escola é o terreno onde de modo mais declarado ou mais subliminar, se aplicam ideologias que trazem desenvolvimentos no que se aprende e no que se ensina num determinado sentido.

Importa, pois, saber que ferramentas e vivências estão a ser promovidas junto de alunos e de alunas que lhes permitam desenvolver a capacidade de compreender e interpretar a realidade, desmontando a manipulação e as narrativas mais conservadoras, contrariando o retrocesso a uma educação tecnocrática, positivista e meritocrática, fortemente reprodutora das desigualdades sociais.

## **Um espaço de criação e pensamento crítico**

Para além da aprendizagem formal, a escola é lugar social de fraternidade, devendo ser um espaço de segurança para todas as pessoas se exprimirem em liberdade. Uma escola que aposta numa educação antirracista e garante uma efetiva educação para a sexualidade, que seja laica e promova o sucesso a expressão individual e a participação de todas as crianças e jovens.

Uma educação para a cidadania que também revisita, entre outros, o tema da Educação para a Paz, da não violência, do respeito e acolhimento, respondendo e prevenindo o ódio que se vem normalizando.

Os currículos escolares devem também garantir a melhor formação sem invisibilizar nem desumanizar, com direito à dignidade. Os doze anos de escolaridade valem por si mesmo e não como antecâmara do ensino superior.

A primeira infância deve estar incluída no sistema educativo e a oferta de creches e de intervenção precoce deve corresponder a uma rede pública distribuída pelo território.



A escola que queremos respeita e ouve todos os/as seus/suas profissionais, oferecendo carreiras dignas e condições laborais justas, como pressuposto para a qualificação do sistema, em todos os níveis de ensino, incluindo o ensino artístico, o EPE e o ensino superior.

A escola portuguesa continua sujeita a investimento insuficiente e a um constante diminuir de recursos que urge contrariar, impulsionando o acesso com qualidade e a modernização.

Isto passa por devolver a democracia às escolas, e também às instituições do ensino superior, através de uma gestão democraticamente eleita pelos pares, participada, com autonomia e partilha das decisões.

Uma escola democrática é um espaço de liberdade cidadã, de criação, de escuta ativa, de pensamento crítico e de expressão da vida, através de experiências realmente educativas.

Esta é a Escola Pública que defendemos e queremos continuar a construir com todos os profissionais da educação, pais e alunos, como uma das principais conquistas do 25 de abril e de um Portugal democrático e moderno. Isso significa que pela frente está o desafio de uma ampla transformação.

**Jorge Humberto Nogueira - 14890**

**Alexandra Vieira - 12281**

**Cátia Domingues - 16084**

**Helena Maria Amaral - 611**

**Sandra Cristina Ferreira da Costa - 13397**

**Maria José Vitorino Gonçalves - 606**

**Maria Deolinda Marques Dias Martin - 3942**

**Almerinda Bento - 529**

**Manuel Fernando Rosa Grilo - 649**

**Cristina Borges Guedes - 7962**

**Carlos Augusto Motta da Silva - 5665**

**Alexandre Sérgio Mano - 8111**

**Manuela Airosa Gonçalves - 12215**

**Albertina de Jesus Moura Pena - 263**

**Manuela Maria Coelho Antunes - 1289**

**Fabíola da Cruz Neto Cardoso - 1324**

**Ricardo Cerqueira - 9804**

**João Manuel Duarte Vasconcelos - 1508**

## Tripla crise do Capitalismo

O modo de produção capitalista (MPC), "criador e destruidor" como diz Marx, está desde 2008 numa *onda longa depressiva*, com "sobressaltos" episódicos, e algo assíncronos: **ora cresce um pouco, ora "crasha" a seguir**. Em termos globais a *realização de mais-valia estagnou*. O excesso quer de **capital**, quer de **mercadorias**, não encontra escoamento. Reconversões, e destruição de forças produtivas, estão aí: os despedimentos na Boeing, o anúncio do despedimento de 30.000 trabalhadores da Volkswagen e nova recessão na Alemanha são seus indicadores. Esta **crise de sobreprodução** é dramática para o sistema e a fuga para áreas de interesse alternativas (Internet, IA, tecnologia diversa) não absorve(u) este excedente. A III Guerra "Mundial" em curso na Ucrânia, proporcionou aos países "aliados" o desmantelamento e destruição de equipamento militar **obsoleto**, onde se inclui a oferta recente dos helicópteros Karmov – uns monos do estado português – e "G3" sobrantes da guerra colonial. Investimentos militares com componente tecnológica avançada, a "dronização" e "armas inteligentes", colocando os generais num terminal de uma qualquer **rede** guerreira, são a **alternativa** fiável e **altamente rentável** para a saída da crise – o míssil hipersónico da *Lockheed Martin* custa 10 milhões de euros e os da russa *NPO Splav* 8 milhões. Quanto irá alastrar a guerra e quanto irá durar, é uma incógnita bem guardada! A invasão russa tem como *fundamento a conquista de mercado e matérias-primas da Ucrânia*, e como **justificação ideológica a "nazificação" e a política de "agressão do ocidente"**. A retoma capitalista, centrada na guerra, visa a expansão para mercados neste momento interditos, (como o Russo). A derrota provável de Putin, irá condicionar a "partilha" de ambos os mercados (russo e ucraniano) entre a China e os EUA (e alguns outros países, onde se incluem os europeus). Até lá, resta a **especulação imobiliária**, altamente rentável, mas que esmaga em dívidas as ditas "classes médias" e empurra para a "favelização" os mais pobres. O envolvimento de novas forças sociais relacionadas com a guerra – o "soldado político" dependente de logística espacial, cibernética, financeira – conjugado com o desespero da pequena/média burguesia falida e a caminho da proletarização/precarização determina a **"crise política"** do sistema. Este, ora recorre a regimes oligárquicos e bonapartistas "de direita" (Putin e outros) ou de "esquerda" (Maduro e outros). No terreno, surgem movimentos neofascistas - mais uma alternativa ao dispor da classe dominante. A burguesia tanto aposta na social-democracia e partidos liberais, como nos partidos neofascistas: num momento de desorientação, fruto de contradições interclassistas, é-lhe imprescindível tê-las à sua disposição. Mas, há também **"uma crise moral"** burguesa! Nunca como agora, foi tão fácil intervir em países soberanos, deixar morrer milhares de emigrantes e refugiados no mar e nas fronteiras à vista das televisões, bombardear escolas e liquidar populações inteiras: o cinismo justificativo das chacinas em Gaza/Líbano e a permissividade dos governos capitalistas, encoberta por declarações piedosas e hipócritas nunca foi tão longe!

O que **não está em crise, é a ideologia dominante**, martelando as nossa cabeças todos os dias e a toda a hora! Com um léxico quotidiano centrado na **apologia do mercado**, gera uma **nuvem ideológica** canalizadora de soluções, que não saem da esfera do sistema capitalista, e a que a esquerda não tem dado combate consequente. Movimentos sociais (clima, racismo, feminismo...) não podem **rivalizar** com o combate às **alterações estruturais** em curso no MPC, as quais terão um desfecho penalizador, essencialmente **para quem trabalha, para o proletariado**. A luta de classes vai agudizar-se, a extrema-direita vai crescer, e a necessidade de um curso novo, que terá de ser por nós assumido, impõe-se. Sob pena de desaparecimento e de uma derrota sustentada por longo prazo!

Francisco Monteiro da Silva (Amarante)

Rui Calado (Coimbra)

Carlos Jorge Machado (Amarante)

Orlanda Carvalho da Silva (Amarante)

António Marinho da Silva (Coimbra)

Cátia Domingues - 16084

Helena Maria Amaral - 611

## O Socialismo que queremos

A teorização do que possa ser o Socialismo estagnou sob o peso das revoluções falhadas de “inspiração marxista”! A degenerescência estalinista, as experiências oligárquicas e despóticas “de esquerda” e o colaboracionismo gestor do capitalismo dos partidos social-democratas são o pesado lastro com que nos confrontamos. Como Marx, só podemos dizer **o que “não pode ser” Socialismo!** Marx, na Crítica ao Programa de Gotha, e no Manifesto Comunista refere-se ao Socialismo como uma “sociedade de produtores livres associados”, uma “sociedade cooperativa” em que “o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” sem definir, contudo, qualquer “*maquete*” ou *protótipo de socialismo*”. A tradução prática destes conceitos abstratos é a tarefa de um partido revolucionário, de transformação social. Se os perder, **a esquerda falha**. Não basta desafiar as manifestações “fenomenais” do capitalismo – crise habitacional, climática, ou lutas identitárias, – se não questionarmos o próprio Capital enquanto relação social determinante, e determinada pela lei do valor. Como combater a crise climática, se os grandes meios de produção (poluidores) estão na esfera privada? Como combater os fogos florestais, se cerca de 90 % da floresta está em mãos privadas? Como construir habitação acessível se é a lei do valor a orientar esse mercado?

O **modo de produção capitalista**, desenvolveu as forças produtivas e a socialização do trabalho como *nenhum outro modo de produção o fez até hoje*: O substrato económico global existente, garante a felicidade a todos, desde que se garanta a **apropriação coletiva do trabalho humano e da natureza**. Isto é, que se caminhe para um **modo de produção associado**. A transição para o socialismo está “ao alcance da mão”. O “**útero capitalista**” (Marx) está mais que grávido! Só precisa de uma parteira, do sujeito histórico transformador. Nunca como hoje existiram no mundo, tantos trabalhadores dependentes, biliões de proletários estratificados, fragmentados com divisões artificiais impulsionadas pelos aparelhos ideológicos do Capital. Há “massas” **ávidas por uma transformação social**, pela substituição deste sistema e não sabem como fazê-lo! “Há massas reacionárias, amorfas e massas revolucionárias” (Trotsky). Um partido revolucionário tem de conquistar as “massas de vanguarda” no seio das revolucionárias! Marx considerava que “educar para a revolução” é uma tarefa fundamental e que o “desenvolvimento intelectual do proletariado” é essencial para a construção de um partido revolucionário e para a vitória da revolução socialista! Os movimentos operários utópicos, marxistas, anarquistas, católicos, etc., educavam os seus membros em escolas, jornais, ações diversas. **A educação é essencial, para construir em consciência não só o programa, um partido, mas toda uma Sociedade Nova.**

O Socialismo que queremos “**não pode ser**” o que várias correntes apregoam: rejeitamos em absoluto, regimes oligárquicos ditos “de esquerda”, desde Maduro à Coreia do Norte; do castrismo ao imperialismo chinês “comunista”. Como também rejeitamos a política de gestão do sistema capitalista por partidos *ditos “socialistas”*. É **essencial um distanciamento crítico, ideológico e político** das correntes estalinistas e social-democratas. Para saber que programa e partido queremos ser, temos de saber que Programa Socialista queremos. **Construir um partido e um programa não é uma mera construção técnica. É uma questão essencialmente filosófica e política.** Movimentos fraturantes e identitários serão (são) com certeza, importantes, e foram capazes de romper amarras ideológicas, políticas, sociais,

promoveram conquistas civilizacionais e, muito importante, decisivos no aparecimento de novas radicalidades e de militantes disponíveis para a revolução. Mas, não podem **rivalizar** com o movimento social transformador cujo **sujeito só poderá ser o proletariado organizado!**

Carlos Jorge Machado (Amarante)

Orlanda Carvalho da Silva (Amarante)

Rui Calado (Coimbra)

Francisco Monteiro da Silva (Amarante)

António Marinho da Silva (Coimbra)

---

## Uma nova forma de organização programática

Um momento fundamental da democracia representativa é a apresentação dos programas dos candidatos a representantes, nomeadamente, dos partidos políticos. A centralidade deste momento prende-se com o eleitor manifestar qual o projeto de futuro em que se revê. Deixando de lado outras evidentes questões de filosofia política, tentemos analisar este momento.

Os programas são organizados em função de temáticas colocando algumas propostas concretas sob a alçada ora das acessibilidades, ora da saúde, ora da economia,... e isto quando não se usa um critério geográfico e se somam propostas debaixo de um teto como uma ilha/distrito ou um município – por vezes meramente meia dúzia de propostas. Esperam-se, então, duas coisas: que o eleitor seja capaz de perceber qual o projeto político de um partido com base nessa leitura e que consiga distinguir os projetos de cada partido. Parece-me que estas duas tarefas se tornam bastante complicadas, por um lado, pode haver um reduzido número de propostas, por outro, é preciso tempo, algo que é cada vez mais raro – e não propriamente por opção nossa. Desta forma, afigura-se-me como evidente a necessidade de uma nova forma de escrita do projeto.

O que me faz mais sentido e me parece intuitivo é ter uma abordagem sistémica da realidade. Ou seja, como os mais diversos aspetos se conjugam numa só vivência – afinal, não vivemos na economia, ou no trabalho, ou na cultura, ou na educação,... vivemos onde tudo isso coexiste -, devemos ser capazes de entender que uma proposta tem um impacto em mais de uma área temática – e tomar partido disso mesmo. Basta pensar como, por exemplo, o estímulo do ecossistema espacial na ilha de Santa Maria vem atrelado a questões de acessibilidade, saúde, habitação, saúde, economia, emprego,..., em diferentes medidas conforme a sua dimensão. Da mesma forma como quando afirmamos que é necessário construir habitação se está a trabalhar sobre a economia, os assuntos sociais, o urbanismo, os transportes públicos,... Até aqui aquilo que aparenta é que, então, a uma proposta temos de associar várias áreas – o que, convenhamos, só nos está a dificultar as coisas. A alternativa é abandonar as questões temáticas como organização da visão. São importantes como é importante estudar as disciplinas, mas uma visão de conjunto é o que precisamos quando falamos de como poderá ser uma comunidade futura. Isto é bonito de se dizer, mas como concretizar?

Uma possibilidade é através de uma perspetiva de valores. Afinal, vivemos numa democracia representativa à base de partidos e, supostamente, aquilo que os distingue é a sua ideologia. São os seus valores que apontam a sociedades distintas possíveis. O que faz sentido a um partido ao construir o seu programa é imaginar a sociedade pretendida, estabelecendo objetivos e a partir daí traçar medidas que sirvam de rumo. Então porquê ignorar isso? Ao se escolher

falar de desenvolvimento, justiça, igualdade, liberdade, dinamização, sustentabilidade,..., faz-se uma direta distinção das prioridades. Tal como nas temáticas, cada projeto deve abordar os vários valores, mas há uma disposição hierárquica que garante que cada projeto será naturalmente distinto e facilmente distinguível.

A pergunta que qualquer projeto deve responder é «o que é uma vida boa?», é aqui que temos uma visão sobre a totalidade, chegando a conclusões que nos são impossíveis pelos óculos seletivos de segmentações temáticas, que mais não fazem do que tornar a política um potencial exercício de tecnocracia. E alegra-me ver que no Bloco se tenta trazer esta questão para o espaço público, colocá-la na ordem do dia. Trata-se de uma postura que potencia a esperança, dá alento à luta e combate as posições acríicas. Aquilo que gostava de ver era aprofundarmos esse debate de forma consequente nas várias campanhas. Daqui a um ano teremos 308 para lançar, mas também para tentar responder ao desafio da vida boa.

Pedro Gaspar Amaral (A13254)

---

## Porque é errada uma coligação com o PS em Lisboa?

Entender a gravidade da viragem à direita é central. Essa compreensão é um dos pontos que distingue o documento da Comissão Política (CP) da moção alternativa.

Como inverter essa viragem? O documento da CP aponta no sentido certo: “O Bloco nasceu contra esse rotativismo do centrão e afirma-se nas lutas contra a extrema-direita com um projeto alternativo para a sociedade.” Mas assinala a “vontade” de, em Lisboa, procurar uma coligação pré-eleitoral com o PS, o que é contraditório.

Para travar a *direitização*, é preciso constituir um campo político que mobilize setores populares em defesa de direitos sociais, da igualdade e do planeta. Não se trata apenas de manifestações e greves, mas de construir uma aliança que coloque na agenda o salário, a casa, a saúde, o antirracismo. Nenhum partido o fará sozinho. Partidos, movimentos, sindicatos, juntos em chamados à luta, posições comuns, em alguns casos, coligações eleitorais - só assim teremos força para polarizar com as direitas. Para erguer uma maioria social que coloque o neofascismo na marginalidade temos de lhe dar um horizonte de mudança. Essa é a nossa unidade de esquerda.

Esse campo, para chegar à bases populares e organizar os setores combativos, assentará num programa de esquerda oposto à gestão neoliberal do país. Por isso, o PS não cabe. Não é sectarismo. Em pontos específicos, unidades pontuais com o PS (e além dele) justificam-se. Para encher as ruas no 25 de Abril; contra os recuos na IVG; pela regulamentação da eutanásia. Sob o risco de a extrema-direita chegar ao poder, alianças eleitorais com o PS podem justificar-se. Porque o neofascismo distingue-se dos ultraliberais por almejar eliminar a democracia liberal, pela violência, se necessário. Moedas não é Ventura, mesmo quando o imita.

Não são possíveis programas comuns com o PS, mesmo quando há aparente acordo no papel. Respondemos a classes opostas: nós a quem trabalha, o PS aos capitalistas. Por isso, em todos os executivos do PS há “facilitadores”: Manuel Salgado, Manuel Pinho, Vítor Escária. Esse é o seu programa imutável. E, dada a correlação de forças entre ambos os partidos, em qualquer acordo, a cedência é nossa, ao contrário do que sucedeu em França, por exemplo.

Se, para travar a direita, forem necessário acordos com o PS, não devem ser apresentados como uma visão comum para a cidade ou o país, mas como o que são: um recurso necessário quando nos vemos obrigados a usar um inimigo

contra o outro. Foi esse o princípio da geringonça. Acordos pós-eleitorais são diferentes de coligações pré-eleitorais: no primeiro caso, cada partido tem o seu programa; no segundo, a esquerda dissolve-se no centro.

Resumo: para polarizar com a direita, alianças com base num programa antineoliberal que mobilize os setores populares e organize quem luta. Para retirar da apatia, ou até da influência das direitas, a base social que pode derrotar o neofascismo e o ultraliberalismo, há que entusiasmar os mais explorados. Isso não se faz sob a batuta de quem leva décadas a castigá-los. O que fizemos em Lisboa traduz a nossa política nacional. Ou se polariza com a direita e o neofascismo ou governamos a capital ao lado do centro. As duas em simultâneo é impossível.

Por isso, erra o argumento, aparentemente forte, que defende uma coligação com o PS em Lisboa para impor uma derrota à direita, possibilitando uma “respiração democrática”. Certamente, esta fresca lufada aconteceria na noite de uma eventual derrota de Moedas. Mas transformar-se-ia num sufoco nos 4 anos seguintes de governação com o PS. Mesmo que houvesse choques pontuais dentro da coligação, não seríamos oposição nem teríamos grande independência - com esse objetivo, não seria a coligação uma fraude?

A vitória tática mataria a possibilidade de vitória estratégica. A coligação ao centro bloquearia a polarização à esquerda. O nosso apagamento aumentaria o desalento e o sectarismo. A direita e o neofascismo seriam os beneficiários finais.

**Manuel Afonso (Lisboa) - 16856**

---

## **Ventura é um ganso**

O surgimento fulgurante do neofascismo nos últimos anos tem colocado à esquerda vários desafios. Não sendo um fenómeno novo, dadas as experiências fascistas do século XX, a verdade é que temos tido dúvidas e dificuldades em combatê-lo. Passados 8 anos do surgimento de Trump nos EUA, que marcou o início da onda conservadora, ainda estamos a perceber o fenómeno.

É comum ouvirmos amigos e camaradas afirmarem, por exemplo, que a Iniciativa Liberal ou políticos como Carlos Moedas são “fascistas”. Importa clarificar que nem uns nem outro o são, e isto em nada é uma defesa dos mesmos. Há que saber distinguir entre perigos diferentes, mesmo quando têm algo em comum. O ganso é um animal, mas nem todos os animais são gansos. Os liberais, como o resto das direitas, são “um animal”, mas as espécies são diferentes. O neofascismo é um outro bicho: outro perigo, de outra natureza, que merece uma atenção específica. Qual é a diferença?

Nos governos neofascistas, os ataques à classe trabalhadora são demolidores: privatizações, cortes salariais, despedimentos, ataques à educação, saúde e à segurança social. A par disto, apostam numa ofensiva ao direito ao aborto, na eliminação da educação sexual, perseguição a pessoas racializadas, imigrantes e trans, aumentando o discurso de ódio e securitário.

Nisto, Passos Coelho ou Carlos Moedas parecem iguais à extrema-direita. Sim, é verdade que partilham da política ultraliberal e têm usado uma linguagem semelhante. Mas isso determina que são de extrema-direita? Não me parece.

A diferença central tem que ver com o regime político. Ultraliberais como Moedas e Passos vivem na e da democracia liberal. É através dela que querem implementar o seu programa. Neofascistas como Ventura querem mudar o regime para avançar com um ultraliberalismo inédito. Orbán já provou na prática como o endurecimento autoritário do regi-

me não é uma fantasia dos antifascistas. Ventura também pouco esconde que o seu projeto passa por acabar com a democracia. A diferença dá-se até antes da chegada ao poder. A mobilização de rua é uma característica do fascismo, velho e novo. Junto com ela, a promoção da violência política. Não por acaso, é com Ventura que marcham os neonazis. Os liberais querem derrotar a esquerda, e tudo o que defendemos, nas urnas. Os neofascistas querem fazê-lo pela força. O desmantelamento da esquerda e dos movimentos sociais é um objetivo assumido da extrema-direita. Este não é um pormenor e distingue estas duas espécies zoológicas.

Não nos ajuda em nada igualar liberais como Carlos Moedas e até Passos Coelho a neofascistas. Eles convergem, mas são distintos. Também, por isso, têm choques entre si, que devemos saber usar. As alianças que fazemos são distintas quando se trata de defender a democracia (ainda que liberal) ou de travar a direita tradicional. Numas eleições em que haja o risco de o fascismo chegar ao poder, é justo ponderar alianças ao centro. Só por Trump ser fascista é que se justifica ver Kamala como mal menor. O mesmo é válido em Portugal. Foi correto pressionar o PS a sair à rua quando pensávamos medir forças com a manifestação de Ventura a 21 de setembro. Perante o risco da chegada do neofascismo ao poder (local e, sobretudo, nacional), esse tipo de alianças pode até acontecer em eleições, porque a democracia e a sobrevivência da esquerda estariam em jogo. E, mesmo aí, evitar a diluição da esquerda seria essencial.

Já quando o que está em jogo é o combate à direita ultraliberal, devemos procurar todas as alianças à esquerda. Ou seja, com quem não tem compromissos com os grandes interesses económicos que alimentam a especulação e a exploração. Mas não se justifica confundir-nos com o centrão. Porque essa é outra forma de apagar a esquerda anticapitalista, a única que pode oferecer um projeto de esperança e mobilização às maiorias populares. E sem mobilizar o povo que trabalha, não derrotaremos nem Moedas nem Ventura.

É importante distinguir o ganso no meio dos outros animais.

Tiago Castelhana

---

## **As nossas lutas não se hierarquizam**

Para compreender a complexidade do capitalismo (e para melhor o combatermos), é necessário reconhecer a sua teia indivisível de exploração, dominação e opressão. O sistema incorporou e modificou estruturas patriarcais, racistas, capacitistas e outras para melhor explorar, oprimir e dividir. Esta compreensão permite-nos ter uma visão e prática interseccionais, onde se reconhece uma união necessária das lutas, combinando classe, género, raça, sexualidade e outras opressões sem recorrer a um quadro de hierarquias, tratando-os como partes de um todo indissociável.

O conceito de interseccionalidade, de Kimberlé Crenshaw, destaca que as categorias de opressão – racismo, machismo, LGBTfobia, xenofobia e capacitismo – não ocorrem isoladamente nem são apartadas da classe. O que a interseccionalidade diz é que todas estas esferas se constroem mutuamente e nunca se desligando umas das outras. A interseccionalidade não é uma soma de opressões, mas um método de análise que revela as suas interações e sobreposições no sistema capitalista.

A chave está em perceber que, embora as opressões tenham características próprias, são pilares do capitalismo e devem ser enfrentadas de forma integrada. Não se trata de determinar se a classe, o género ou a raça têm prioridade, mas de entender como se entrelaçam e moldam a realidade capitalista. Assim, cabe-nos, enquanto militantes socialistas radicais, evitar dois erros comuns: reduzir as opressões a questões secundárias na luta de classes ou focar exclusiva-

mente nas opressões individuais, diluindo a centralidade da exploração de classe.

Precisamos de rejeitar a falácia liberal da "igualdade de oportunidades" num sistema que perpetua desigualdades, e opor-nos a saídas individualistas que fragmentam as lutas coletivas. Precisamos construir uma elaboração e uma prática que deixem evidentes as interseções entre a nossa classe e as categorias de opressão, para que ninguém seja invisibilizada. Isto permite-nos pensar a teoria da reprodução social, que nos diz que o trabalho assalariado não poderia existir sem o trabalho não assalariado da (re)produção de pessoas e da força de trabalho e que esse trabalho, fundamental para o capitalismo, é levado a cabo sobretudo por mulheres (muitas vezes mulheres negras) e que se materializa em campanhas como a dos cuidados, combatendo a privatização, mas também a responsabilização feminina na esfera familiar e apontando uma alternativa onde todas temos direito ao cuidado.

Uma prática interseccional também nos arma para podermos, pontualmente, fazer unidade de ação com setores liberais lutando por demandas específicas, sabendo que, ao virar da esquina, os nossos caminhos se separam e estamos em lados opostos da barricada, pois defendemos o estado social, o serviço nacional de saúde, a coletivização das tarefas de reprodução e a transformação social radical. A visão (neo)liberal destas questões é oposta à nossa e, sem negar unidades pontuais, não promovemos confusões ideológicas e políticas.

A consciência de classe das massas trabalhadoras nunca foi forjada apenas na luta pelo salário. Ao longo da história, a luta por direitos democráticos, contra diversas formas de injustiça, sempre foi central para as e os socialistas. A questão é levar a cada uma dessas lutas uma perspectiva de classe, em que elas são encaradas do ponto de vista de quem vive do seu trabalho. Assim, a esquerda socialista, a classe trabalhadora em movimento, pode encabeçar as lutas feministas, antirracistas e LGBTQIA+. Não se trata de hierarquizar lutas, nem de as colocar em planos iguais, mas de intervir nelas com uma política que ultrapasse as "igualdade de oportunidades" e defenda condições materiais para a emancipação de todas.

Este é o contributo que podemos e devemos trazer na nossa intervenção nos movimentos sociais, nos sindicatos e organizações da nossa classe e dentro do nosso partido - a interseccionalidade como *praxis* para unir os setores explorados e oprimidos.

Rebeca Moore - 16884 (Almada - Setúbal)

---

## Reforma e Revolução

*'Os cobardes morrem muitas vezes antes de morrerem; os valentes nunca experimentam a morte, exceto uma vez.'*

Shakespeare, Julius Ceaser

Caraterizar o reformismo como uma forma de cobardia, pode parecer excessivo e politicamente incorreto, porém não deixa de estar certo.

Não sendo o primeiro, o mais importante momento de revelação dos partidos reformistas foi a votação dos créditos de guerra (1ª guerra mundial) pela Social-Democracia alemã. Talvez o reformismo tenha morrido aqui pela primeira vez. Talvez pela cobardia de não querer afrontar a onda de nacionalismo vigente. Não valerá a pena detalhar outras mortes, até chegarmos a Portugal em 1974 (poder-se-ia recuar mais).



Lembrar-se-ão todos os que estiveram em lutas em 74/75/76 que o papel do PCP era, para não ser muito duro, o de travão. As lutas tinham que estar dentro de certos limites e não afrontar o poder. O limite do PCP estava naquele poder frágil e instável de 75, o medo era, sobretudo o de ser ultrapassado pelas massas nos seus objetivos "democráticos e nacionais". A ideia de um PCP a querer tomar o poder a 25 de novembro é apenas um pesadelo da direita que foi útil para conter os movimentos operários, camponeses, de moradores, estudantes dessa altura.

Igualmente interessante foi perceber como em dois anos, com nacionalizações, reforma agrária e muita organização laboral e popular, os limites da social-democracia tinham sido largamente ultrapassados. Os anos dos governos Soares, vistos como a "normalização" do sistema democrático, são os anos da contenção das conquistas de abril nos limites que o PS e o sistema capitalista pudessem aceitar.

Já neste século vimos de novo os limites do reformismo social-democrata. Primeiro tivemos os ataques Thatcheristas de Sócrates a categorias profissionais, depois, com a crise de 2008, a austeridade iniciada nos PEC, que a Troika e o PSD reforçaram. Tal como o PSD, o PS sempre achou que eram os trabalhadores e a classe média a pagar a crise.

A "Geringonça" foi um momento excepcional na história do PS, as alianças que, à exceção da Câmara de Lisboa, tinham sido sempre à direita, agora eram concessões à esquerda. Havia no PS uma enorme vontade de poder, mas o caminho a percorrer na reversão das medidas da Troika era mais curto. Foi assim que, depois de algumas cedências (manuais escolares, propinas, Prevpap, passes...) que o PS não desejaria, Costa liquidou a geringonça. As políticas de direita do seu governo de maioria absoluta são a verdadeira face da social-democracia.

A um reformismo social-democrata que chegou aos seus limites, não procurando mais que a gestão do sistema capitalista de uma forma um pouco mais humana, é preciso contrapor a coragem revolucionária. Isto não significa a recusa do trabalho parlamentar e autárquico de forte e inevitável componente reformista, nem colaborações com partidos reformistas, ou mesmo a participação em movimentos por objetivos concretos, significa apenas que essa colaboração e participação deve ser feita com objetivos revolucionários, com o objetivo de alargar a base social de apoio à revolução. A perspetiva revolucionária "o mundo eu vou mudar" deve ser a forma de participação dos revolucionários em todos os movimentos seja o feminista (que percorreu um longo caminho desde a reivindicação do direito de voto), sejam outros existentes ou que possam surgir, ou mesmo o movimento laboral em que necessitamos de encontrar forma de ultrapassar o controle burocrático do PCP que se destina sobretudo (e essa é uma marca do reformismo) a manter os próprios lugares no aparelho.

O aparelho é historicamente uma das portas de entrada do reformismo pois tende a priorizar a própria sobrevivência. Um partido burocratizado afastar-se-á dos caminhos da revolução quer pelo aparelhismo, quer por tendencialmente se isolar da sociedade sendo politicamente vazio.

A cobardia reformista só pode levar a derrotas, as vitórias não são garantidas, mas o único caminho para elas é a coragem revolucionária.

**Nuno Pinheiro**

---

## Uma guerra cultural

Um espectro paira sobre a Europa, não é, como em 1848, o do Comunismo, mas sim o da Extrema Direita. Comunismo tornou-se, por efeito de regimes altamente repressivos, uma palavra maldita.

A extrema-direita mantém-se no poder há anos na Hungria, conquistou a Itália, recentemente a Áustria, ameaça em França e na Alemanha, entre outros. Nenhum país lhe está imune, mesmo aqueles em que há poucos anos parecia não existir.

A explicação mais óbvia e imediata vê neste crescimento o resultado da reação da direita tradicional e da social-democracia à crise de 2008 por meio do agravamento das condições de vida da maioria da população. Também podemos pensar na superconcentração de capital das empresas tecnológicas e financeiras. Em Portugal podemos adicionar a decepção com o regime democrático, capaz de construir um estado social, mas menos eficaz no desenvolvimento económico, e uma série de casos de corrupção.

Esta situação tanto podia ter beneficiado a extrema-direita como a esquerda, tanto o Syriza, como a France Insoumise se construíram nesta conjuntura. O crescimento da extrema-direita não é uma inevitabilidade.

Há fatores não políticos a explicar o crescimento da extrema-direita. Um movimento de teorias da conspiração e desconfiança na ciência, na história, nos media que usa muito eficazmente as redes sociais. As. Os grandes media têm responsabilidade nisso, com a promoção dos delírios históricos de José Rodrigues dos Santos e José Gomes Ferreira.

Além da guerra política, vivemos uma guerra cultural. Nem a social-democracia, parte central do sistema, nem os partidos comunistas parados no tempo o podem fazer. É uma guerra difícil, mas nenhuma partitura é impossível de tocar.

Internamente temos de ser melhores, mais preparados, com mais iniciativa e criatividade. Isso só é possível com uma muito maior atenção à formação que não deve ficar limitada aos círculos internos, mas procurar enriquecer o partido com contributos externos.

Esta luta também não é possível com um partido centralista e burocrático, como os PC, com um sistema de caciquismo e baronato como o PS, ou num sistema de despotismo iluminado de separação entre trabalho manual e intelectual entre dirigentes e bases. Os combates do futuro exigem o reforço da democracia e debate interno.

Devemos estar no centro e congregar nos combates pela história, pela ciência, contra a mentira, a conspiração a ignorância. Nem a social-democracia que está na raiz do problema, nem o velho estalinismo, parado há décadas, podem fazer este combate, devemos ser capazes de congregar forças do progresso, da ciência, das artes. Da Humanidade, mesmo.

Ao contrário dos anos 80, de ofensiva ideológica da direita, hoje não há Reagan, nem Thatcher, nem João Paulo II, tão pouco nos confrontamos com o "Fim da História" ou a visão conservadora de Furet em relação à Revolução Francesa. A direita que nos ataca hoje é vazia, sem ideias, sem nada de novo. Há medo e ódio em relação aos imigrantes que se alarga a mulheres e LGBT, um ultranacionalismo e um conservadorismo carregados de mitos, a quimera de que a esquerda é injustiça e repressão.

Em Portugal é interessante ver como a extrema-direita gira à volta de uma utopia regressiva do Estado Novo que era um país sem mácula, crime ou corrupção. Era rico e desenvolvido. Sobretudo um país em que nas "províncias ultramarinas" todos, brancos e negros se entendiam e prosperavam. Parece tudo tão disparatado, mas lembremos os descen-

dentes dos deserdados da ditadura, e que o poder depois de abril manteve viva a chama ideológica do colonialismo. Foi o “encontro de culturas”, com o ponto alto no negócio da expo. A cobardia do reformismo incapaz de combater o nacionalismo colonialista.

Muita coragem, exige-se aos revolucionários. A coragem de estar em todo o movimento revolucionário que, como se diz no Manifesto Comunista, seja contra a ordem política e social das coisas, sendo o fim dos revolucionários o derrube de todas as condições sociais existentes.

Nuno Pinheiro

---

## **Idosos, o grupo social a que todas e todos pertencemos<sup>1</sup>**

Defender políticas públicas para um envelhecimento digno é defender uma vida boa para todas as idades, todas as gerações.

Mas não podemos só projetar o futuro, temos o agora e o agora significa que a população portuguesa tem mais de 2,5 milhões de pessoas com 65 anos ou mais e em crescimento (Pordata, 2024), representando atualmente cerca de 24 % da população residente, que para 90% das pessoas desta faixa etária, a reforma ou a pensão é a principal fonte de rendimento (Pordata, 2023), que a média de pensão de velhice, de invalidez e de sobrevivência tem um valor abaixo do limiar da pobreza (591€ em 2024) e que, em 2022, 1 351 615 pensionistas de velhice e de invalidez tinham pensões com valor inferior ou igual ao Indexante de Apoios Sociais desse ano, 443,20 euros (Relatório da Conta da Segurança Social, 2022).

A situação de pobreza de grande parte dos e das pensionistas agrava-se com as dificuldades de acesso ao SNS e aos medicamentos, com a ameaça da atualização das rendas antigas e o que implica de gentrificação da população idosa das cidades e dos sítios onde sempre viveram, com o aumento dos preços dos bens alimentares e essenciais, com o contínuo desinvestimento numa rede pública de apoios e mesmo as principais respostas sociais às Pessoas Idosas que têm sido entregues pelos governos às Instituições Particulares de Solidariedade Social têm vindo a diminuir, sendo a taxa de cobertura média, em 2023, de 11,5% no continente (Carta Social-Relatório 2023).

Assim, continua a ser prioritário que o Bloco de Esquerda fale para todas as camadas da população e defenda o direito a uma vida boa dos mais idosos, lutando por condições que tornem possível a vivência plena das cidades ou vilas ou aldeias, para todas as faixas etárias independentemente da sua condição física, combatendo todas as formas de obstáculos, sejam eles de natureza física ou psicológica .

Exigimos que estejam na linha da frente das propostas do Bloco de Esquerda a defesa da melhoria das condições de vida dos e das reformadas, lutando pela atualização extraordinária das pensões que não só permitiria recuperar o poder de compra perdido com os vários anos de congelamento, bem como aumentar as pensões mínimas das carreiras contributivas com 20 ou mais anos de descontos, de forma a terem um valor superior ao limiar da pobreza e, ainda, a criação de mais dois escalões de pensões mínimas do regime contributivo da Segurança Social que subdividam os actuais 3º e 4º escalões.

As alterações recentes ao Complemento Solidário para Idosos (CSI) responderam a propostas há muito reivindicadas pelo Bloco, mas não podemos abdicar da exigência do pagamento em 14 prestações por ano.

Queremos justiça através da eliminação do fator de sustentabilidade nas reformas a atribuir bem como nas já atribuídas, pelo que devem ser objeto do seu recálculo. Lembramos, ainda, que é nossa reivindicação central que trabalhadores e trabalhadoras tenham o direito à reforma com 40 anos de descontos ou 65 anos de idade sem penalizações.

Os bónus anunciados são vistos como pequenos rebuçados, com que o atual governo quer enganar aqueles a que no passado recente, chamou de “peste grisalha”, com quem se querem reconciliar, mas que nada alteram, pois não são aumentos das pensões em termos permanentes.

No campo da justiça fiscal destacamos a questão da Dedução Específica do IRS (valor que se subtrai ao total dos rendimentos anuais dos trabalhadores e reformados para efeitos de cálculo do imposto a liquidar, considerado um valor indispensável à sobrevivência humana), durante 13 anos o seu valor esteve congelado, o Bloco lutou pelo seu descongelamento e, atualmente, houve uma vitória parcial. No entanto, insuficiente, do nosso ponto de vista, continuamos a defender que a Dedução Específica seja igual a 14 vezes o Indexante dos Apoios Sociais, um objetivo mais ambicioso do que aquele que foi incluído na proposta do Bloco no Parlamento.

Viver com qualidade e como cidadãos e cidadãs em todo o ciclo de vida implica ter direito à habitação, à saúde, à mobilidade, a um meio ambiente saudável, ao sítio em que vivemos, à comunidade a que pertencemos, à vivência intergeracional da família de sangue ou escolhida, à cultura.

O Bloco de Esquerda tem propostas em todas estas áreas, importa agora ser capaz de ter um discurso claro, dirigido para a população mais idosa na sua diversidade, superando o idadismo que, por vezes, tem limitado a sua ação.

<sup>1</sup> <https://www.esquerda.net/dossier/politicas-para-envelhecimento-de-qualidade-politicas-para-todos-e-todas/65467>

Berta Alves (aderente n.666),

Deolinda Martin (aderente n. 3942),

Rui Távora (aderente n. 7530),

Carlos Alberto Costa (aderente n.14187),

Jaime Mestre (aderente n. 831),

Jorge Mendes (aderente n.6688)

---

## Digitalizar para Democratizar

**O Bloco de Esquerda deve ser uma organização em que o contacto directo, olhos nos olhos e à distância de um abraço é um dos pilares fundamentais da sua organização e democracia. Todos concordamos nisso.** Mas sere-mos negligentes se esta for a única forma de participação e organização para aderentes do BE na vida interna do partido.

**A melhoria das condições de participação e democratização passa também pela digitalização parcial da organização e comunicação interna do partido, isto é, pela hibridação do nosso activismo.** Não se tratar de mudar a essência do partido, mas sim garantir que usamos todos os meios à nossa disposição para garantir a máxima inclusão de toda a gente que queira participar e contribuir da forma que puder ou quiser. Aumentar, não substituir.

Existem **duas boas razões** pelas quais o devemos fazer.

### **Primeira, ninguém fica para trás.**

Infelizmente, no actual contexto social, existirá muita gente que mesmo querendo não poderá participar na vida interna do BE com tanto afincamento como gostariam, muitas vezes consequência dos problemas da sua vida pessoal. Por exemplo, um/a cuidador/a informal dificilmente terá hipótese de se deslocar a uma reunião ou evento, apesar de ter todo o direito. Sendo essa uma classe que tanto tentamos proteger e melhorar a sua condição, temos também a obrigação de escolher meios através dos quais possa participar. Mas a lista não se resume a estas pessoas, quem tiver filhos terá dificuldade de ir a uma conferência de dois dias. Quem trabalha diariamente (especialmente se por turnos) terá que combater um cansaço imenso para ao fim do dia ir a mais uma reunião, por ventura longe ou quem tiver poucos (ou nenhuns) transportes disponíveis mais uma vez está limitado. Ou quem por doença, ou idade não se sentir apto fisicamente a deslocar-se... a lista continuaria por muitos motivos.

### **Segunda, temos de estar em sintonia com o tempo e a vontade popular.**

Uma das grandes lutas actuais de trabalhadores é pelo direito a trabalhar de forma remota, isto é, a partir de casa, ou pelo menos híbrida (indo poucas vezes ao "local de trabalho"), esta é uma luta que trabalhadores de todo o mundo estão a empreender e a desafiar abertamente o patronato e a conseguir ganhos. Não devemos saber ler os sinais do nosso tempo e ajustarmos a nossa organização às expectativas? Claro que sim. Hoje muita gente tem preferência e mais facilidade em comunicar, participar e até organizar-se de forma digital. Algumas das comunidades digitais mais democráticas do mundo são feitas por pessoas que não se conhecem umas às outras, comunidades como a Wikipédia ou imensas outras de software livre, onde se discute, onde se vota e onde se organiza trabalho com implicações muito reais na vida diária das pessoas. O BE deve, na minha opinião aprender, com os melhores exemplos e adoptar algumas das estratégias em curso por estas comunidades para reforçar a participação e democracia interna.

Não vai alcançar toda a gente, nem será perfeito, mas o objectivo é alcançar mais gente do que a alcançada actualmente. A conferência a que este texto está associado, infelizmente só vai ter a plena participação e os votos de quem tiver as condições sócio-económicas para se deslocar durante um fim de semana ao Porto. Devemos ambicionar e temos a responsabilidade de tentar proporcionar mais a quem quer participar na vida do BE, mas não pode, ou não quer, fazê-lo segundo este modelo.

**Este texto tem o objetivo de incentivar o debate e talvez incitar à acção na criação de um bloco maior, a crescer pelo digital, sem nunca perder o contacto humano.**

Felizmente podemos encontrar muitas formas.

Desde aumentar as reuniões por videoconferência (juntando-as às presenciais) ou reuniões híbridas (e pessoalmente seria muito interessante haver, por exemplo, uma reunião online distrital antes de cada reunião da mesa nacional). Existem plataformas de fóruns de discussão (reservadas a aderentes) que permitem um debate organizado sem as amarras do tempo e espaço. Temos também plataformas de votação que tanto podem substituir o voto físico ou que permitem fazer uma sondagem rápida. Podemos até ter aplicações de telemóvel que reúnam estas características todas.

Existe todo um mundo a desbravar numa discussão futura, tanto da tecno-política subjacente, como dos meios tecnológicos específicos.

**Mantenhamos os eventos em que nos podemos abraçar ou criticar frente a frente, isso é imperativo. Mas não nos deixemos distanciar por preconceito às tecnologias que todos os dias nos unem fora do BE.**

Pedro Celestino, Almada, Setúbal | Aderente nº 10738

---

## Eventos Nacionais a Sul do Tejo

Felizmente o Bloco de Esquerda tem o saudável hábito de organizar agradáveis encontros presenciais como conferências, debates em larga escala nacional como o Fórum Socialismo, o acampamento e a conferência de jovens, entre outros eventos menos regulares como espaços dedicados ao debate de autarcas, o grupo de 60+ ou de feminismo e antirracismo. Algo a conservar e se possível a expandir.

***No entanto, se atentarmos à distribuição geográfica destes eventos organizados a nível nacional vemos um inequívoco desequilíbrio regional. Durante a última década, fora em campanhas eleitorais, os eventos nacionais do BE a sul do Tejo foram uma rara exceção, com tendência a agravar-se nos últimos tempos, parece-me.***

Vejam, só este ano foram organizados a norte do Mondego (ou lá perto) diversos dos eventos nacionais supracitados, a Conferência Nacional no Porto, o Fórum Socialismo em Braga (tendo nos anos anteriores sido em Coimbra e em Viseu), o acampamento de jovens (em Oliveira do Hospital) e o Encontro Nacional de Autarcas em Coimbra.

Contudo, se a memória não me falha, a sul do Tejo vemos o oposto.

De eventos maiores e regulares, só me recordo de ter sido organizado o segundo dia do Fórum Socialismo em Almada (em 2021, ano ainda com muitos cuidados devido à pandemia de Covid 19, sendo o primeiro dia em Braga). Corrijam-me se a memória me falhar, mas o norte do Mondego recebeu mais eventos nacionais só este ano do que o sul do Tejo recebeu nos últimos anos. Mesmo antes da pandemia, nos últimos 10 anos (provavelmente mais) tais eventos foram uma raridade, tendo havido um excelente e muito participado Fórum Socialismo em Évora (em 2014). Talvez tenha havido alguns, mas muito poucos, eventos mais pequenos e específicos, sem regularidade definida, como encontros de autarcas, do grupo 60+, feministas ou antirracista... mas garantidamente decorrem anos sem os haver

**A sul do Tejo encontra-se mais de um quarto do território português, aproximadamente 15% da população nacional, muita gente de esquerda e existe uma densa massa bloquista com importantes contributos para o BE no seu todo (inclusive eleitorais).** Para além disto tudo a sul do Tejo existe uma vida que vale a pena viver, cultivar e apostar politicamente (especialmente num ano de autárquicas).

Sei que este não é o único desequilíbrio, existem outros como o do litoral com o interior ou do continente com as ilhas. Porém, este é certamente o que tem mais facilidade logística em ser corrigido.

**Assim deixo à consideração para debate uma aposta na organização de eventos nacionais do Bloco, especificamente a sul do Tejo,** por exemplo, o Fórum Socialismo de 2025. E na medida do possível tentar arranjar soluções para corrigir outras assimetrias.

Pedro Celestino, Almada, Setúbal | Aderente nº 10738

## Os desafios do movimento LGBTQI+: apenas uma luta anticapitalista lhes pode resistir

Temos assistido à ascensão de partidos políticos, grupos extremistas e personalidades conservadoras que representam uma agenda de ataques aos direitos conquistados pelo movimento LGBTQI+. A luta pela liberdade sexual, identidade e expressão de género são essenciais para compreender a atualidade política a nível nacional e internacional.

O carácter político e contestatório do Orgulho LGBTQI+ tem-se confrontado com a crescente apropriação das nossas bandeiras de luta por parte do mercado, instituições e países que não nos representam. É, por isso, necessária a existência coletiva de um movimento anticapitalista e emancipatório, que faça frente à lógica liberal, identitária e mercantilista que se tenta apropriar dos nossos espaços. O mercado nunca é democrático e com ele encontramos fronteiras de classe com uma política individualista que é característica do neoliberalismo. Esta narrativa defende que a representação e visibilidade pública de pessoas queer é suficiente para alcançarmos a nossa libertação. Porém, não basta a existência de pessoas assumidamente LGBTQI+ em lugares mediáticos ou políticos; tem de existir uma real transformação das estruturas de poder. Enquanto esquerda anticapitalista, temos que rejeitar a ideia de que basta assumir uma determinada identidade para que o cisheteropatriarcado seja enfraquecido, pois as estruturas que nos oprimem não deixam de existir por lhes tentarmos escapar individualmente.

Nas marchas que enchem as ruas de Orgulho é imperativo combater a cooptação mercantil. Em muitas das maiores marchas LGBTQI+ internacionais vimos a perda do seu conteúdo político quando foram tomadas por marcas e empresas, com a população LGBTQI+ a perder protagonismo político. Um exemplo bem próximo de nós é o Europride, a acontecer em Lisboa em 2025. Este é o evento máximo da comercialização LGBTQI+, totalmente despolitizado, e o efeito que tem é o reforço da especulação e da gentrificação turística. Enquanto ativistas LGBTQI+ e anticapitalistas temos que nos antecipar, com marchas por todo o país que sejam críticas ao capitalismo e ao pinkwashing, assim como à apropriação dos nossos espaços, fazendo do nosso orgulho um orgulho crítico, interseccional e com consciência de classe.

Os desafios, a discriminação e a falta de inclusão não são apenas realidades simbólicas: elas têm raízes materiais que se fazem sentir na forma como os territórios estão organizados, no acesso ao espaço público, à proteção social, no acesso a cuidados, à saúde, à habitação, ao trabalho e na desigualdade vivida, tanto nos espaços da família como da comunidade. Na habitação, a desigualdade é notória nos dados referentes à população sem abrigo, sendo as pessoas trans o grupo com maior probabilidade de não ter uma casa para viver. Assistimos a coletividades, associações e espaços comunitários a serem despejados devido ao negócio do imobiliário, fazendo com que sejamos expulsas dos centros das nossas cidades, cortando redes de apoio mútuo, espaços seguros, laços de partilha, o que provoca o nosso isolamento.

Também o espaço público tem sido cada vez mais condicionado pelo ódio e a violência impostos por uma agenda ultraconservadora que se faz sentir nas nossas ruas e espaços. Não nos são distantes os episódios que temos assistido ao longo do último ano de ataques homofóbicos e transfóbicos a eventos e iniciativas LGBTQI+, sejam elas apresentações de livros, palestras, marchas do orgulho.

A nossa luta é também ela anti-imperialista: Israel faz uso do pinkwashing como ferramenta de ocupação colonial dos territórios e povo da Palestina. O estado sionista faz passar uma imagem falsa de um estado progressista e tolerante ao mesmo tempo que continua a matar e a oprimir pessoas palestinianas, como se entre elas não existissem pessoas LGBTQI+. Sem o direito à vida e à dignidade não há libertação para ninguém! Nunca um projeto genocida e colonial nos libertará! Enquanto movimento LGBTQI+ temos que lutar contra esta narrativa e reivindicar uma Palestina livre do colonialismo, do patriarcado e do pinkwashing!

O Grupo de Trabalho LGBTQI+ do Bloco tem feito este trabalho de reflexão desde o I Fórum LGBTQI+ e encontra-se a trabalhar na construção do II Fórum - momento em que ativistas se juntam a militantes do Bloco de Esquerda para se pensar um movimento politizado e coletivo.

Temos contribuído com propostas para os programas das eleições - Legislativas e Europeias - do ano 2024 e desejamos contribuir tanto para a nova linha programática do Bloco assim como na formação permanente nestes temas. As mudanças que reivindicamos e o trabalho coletivo e político que realizamos são estruturais, implicando uma visão crítica ao capitalismo e ao cisheteropatriarcado que exploram a classe trabalhadora, mulheres, pessoas racializadas, migrantes e pessoas LGBTQI+ de formas desiguais.

Ana Carolina Gomes, Coimbra, 12011

Ana Durães, Lisboa, 15525

Beatriz Pedroso, Lisboa, 14261

Beatriz Realinho, Guarda, 16344

Catarina Taborda, Fundão, 15884

Daniel Morais, Viseu, 15238

Duarte Graça, Porto, 12034

Duarte Santos, Porto, 16575

Fabíola Cardoso, Castelo Branco, 1324

Gustavo Mourinho, Coimbra, 16962

Inês Antunes, Castelo Branco, 16125

Jéssica Vassalo, Santarém, 15053

João Carvalho, Setúbal, 15600

Júlia Pereira, Santarém, 8834

Lou Loução, Lisboa, 13974

Paulo Jorge Vieira, Lisboa, 1163

Ricardo Ferreira Barros, Porto, 17041

Sara Santos, Porto, 9779

Teresa Amorim, Braga, 14320

Tiago Resende, Viseu, 14514



## O socialismo tem costas largas

Em tempos de tempestade é particularmente importante saber para onde vamos se não queremos perder-nos no caminho. O socialismo moderno é um amplo movimento de transformação da sociedade, de superação revolucionária do capitalismo e de todas as explorações e opressões que o integram. A classe trabalhadora é aquela classe de explorados que tem a capacidade, logo que toma consciência da sua condição, de entrar na luta política pela emancipação da humanidade, onde o livre desenvolvimento de cada pessoa é condição para o livre desenvolvimento de todas

Na visão do mundo que aponta ao socialismo, o mundo social e o mundo geofísico são a mesma totalidade. Isto é importante. Nesta visão do mundo, o trabalho, o modo como se produzem as coisas, é central. O conceito modo de produção sublinha, precisamente, esta centralidade. Mas todo o modo de produção é também um modo de distribuição, um modo de consumo, um modo de reprodução, um modo de vida. Pelo que todo o modo de produção gera as suas formas de sociedade, de cultura, de política e até de personalidade.

A superação do capitalismo, com todas as suas contradições, não decorre de forma unilinear, com uma hierarquia de lutas estabelecida artificialmente fora da história. Não fomos nós quem descobriu isto. Muito antes de nós, já Marx e Engels tinham superado o pensamento linear e tinham chegado, por exemplo, à conclusão que a luta pela independência da Irlanda era prioritária para o fortalecimento da classe trabalhadora na Inglaterra e que a revolução socialista poderia até ter o seu início na Rússia e não nos países de capitalismo avançado. Antes de nós, já Lenin e o movimento operário russo tinham percebido que o papel da classe trabalhadora não era ficar à espera da burguesia, limitado às reivindicações económicas, mas era mesmo assumir a liderança política da revolução democrática e da revolução socialista. Antes de nós, já Amílcar Cabral entendeu que a tarefa socialista do seu tempo era a luta anticolonial pela libertação do povo da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Em cada tempo histórico, o combate pelo socialismo faz-se identificando as contradições principais e agindo sobre elas. Por um lado, a superação do capitalismo implica necessariamente um sistema económico onde é determinante a propriedade coletiva dos meios de produção e o poder político das trabalhadoras e dos trabalhadores. Por outro, o caminho para o socialismo inclui vários outros combates pela transformação social.

Num mundo de emergência climática, onde a exploração internacional do trabalho se cruza com a guerra sob as garras das potências imperialistas, onde a exploração e a opressão se agrava sob o parasitismo do capitalismo hiper-tecnológico, onde as formas políticas liberais corroem os mais básicos direitos sociais e laborais e, com isso, corroem a democracia, onde as formas políticas reacionárias se alimentam da supremacia racial e do reforço do poder patriarcal para melhor controlarem a maioria trabalhadora - nenhuma frente de combate pode ser desvalorizada. Num mundo em que a extrema direita avança disputando o apoio da maioria trabalhadora para ideias ultra-conservadoras de sociedade, afunilar os interesses dessa maioria na reivindicação económica significa abdicar de a representar na sua diversidade e desistir de a ganhar para o projeto de emancipação socialista.

Na V Conferência Nacional, afirmamos a luta contra o capitalismo como ele é, assumindo uma "conceção da luta emancipatória do trabalho que a torna inseparável dos combates emancipatórios pelos avanços dos direitos das mulheres, pessoas LGBTI+, migrantes ou racializadas, com deficiência". A luta pelo socialismo nunca poderá ser bode expiatório para o conservadorismo. Não desistimos da luta intransigente pela liberdade que fundou o Bloco de Esquerda. Juntamos forças, ampliamos as lutas pela democracia em todas as frentes, elevamos as lutas rumo à transformação social, polarizamos pelo Socialismo de Futuro.

**Bruno Góis e Joana Mortágua**

## Um Bloco para todas as lutas

Aos 25 anos, o Bloco de Esquerda é hoje a força socialista empenhada em todas as lutas para transformar o país. Num contexto de viragem à direita, com o crescimento do medo social perante um mundo em guerra, rumo ao desastre climático e com a extrema direita a organizar a sua política de ódio, a força de um partido como o Bloco depende, como nunca, de uma estratégia que disputa o poder e organiza a resistência perante a intensificação de todas as formas de opressão e exploração.

A V Conferência Nacional do Bloco de Esquerda reafirma esse compromisso de autonomia estratégica sem cair no engodo do sectarismo que se contenta com a afirmação identitária, recusando um partido que proclama um programa sem organização de lutas concretas. No Bloco, organizamos o partido para os embates a partir das decisões políticas que procuram reforçar a esquerda na luta de classes verdadeiramente existente.

Se a extrema direita ensaia nas ruas o seu levantamento contra os imigrantes, a comunidade LGBTI+ e as mulheres, a esquerda responde, em unidade, com a força do movimento feminista, do movimento antirracista e das marchas do orgulho. Se a direita ataca o SNS, a Escola Pública e o direito à habitação, a esquerda responde com a disputa contra a hegemonia do pensamento liberal e com a tentativa de organização da resistência popular que proteja o que é de todos. Se assistimos à política de extermínio na Palestina e à corrida às armas na Europa, a esquerda responde com a organização do movimento de solidariedade e boicote, nas faculdades e nas ruas, recusando a pressão belicista, sabendo com quem estar na Europa. Se há hoje gerações inteiras que trabalham para alimentar o rentismo imobiliário enquanto uma elite enche os bolsos, pagando salários de miséria, a esquerda responde com lutas setoriais e de empresa, recusando os bloqueios sindicais e criando exemplos para a maioria que vive do seu trabalho. São essas e muitas mais as nossas lutas. É a partir delas que criamos a nossa identidade e a nossa ação de partido anticapitalista que luta pelo socialismo.

Para todas essas lutas, precisamos de mais partido. Desde a Convenção, registamos mil novas adesões e mais dois mil pedidos em curso. Além das organizações distritais e regionais, temos dezenas de Comissões Coordenadoras Concelhias e dezenas de núcleos territoriais. Aos cinco deputados na AR e à representação no Parlamento Europeu e na Região Autónoma dos Açores, juntamos o trabalho de quase três centenas de autarcas eleitos em diversos municípios do país. Ao trabalho da coordenadora nacional de jovens, juntamos a atividade do grupo LGBTI+, do grupo +60, do grupo nacional autárquico, da coordenadora nacional do trabalho, do grupo ecossocialista, do grupo antirracista, do departamento internacional, do grupo da educação e dos camaradas que coordenam a atividade do partido no interior do país. Temos orgulho nesse trabalho e precisamos de mais, reforçando as estruturas intermédias do Bloco a partir de calendários comuns de ação, de campanhas concretas e da presença dos representantes do Bloco em todo o território, articulando uma comunicação eficaz em todas as esferas do partido. É o que temos feito e que reforçamos. É esse o compromisso da V Conferência.

Mais partido passa também por melhor comunicação e mais formação. Em bom tempo, a Mesa Nacional lançou um processo de base para a renovação do programa eleitoral do Bloco. Este esforço traz várias vantagens. Primeiro, ser um processo aberto, que aliará o conhecimento e experiências de todos quantos têm trabalhado nas mais variadas áreas com quem traz novas visões. Segundo, servirá de base a um melhor trabalho dos eleitos do Bloco. Em terceiro lugar, baseará os nossos instrumentos de comunicação, da propaganda nas ruas ao esquerda.net e às redes sociais. O mesmo pode ser dito da formação política, também responsabilidade da Mesa Nacional, que levará a diversos pontos do país um programa de formação que ponha em comum experiências diversas e partilhe o património de ação intelectual e organizativa da esquerda. A existência de uma newsletter informativa periódica e a organização de sessões temáticas,

presenciais ou online, são igualmente instrumentos importantes para uma melhor comunicação e formação.

Sabemos que somos hoje um partido que procura fazer melhor com menos, e temos orgulho em dizer que praticamente toda a atividade do partido, fora a estrutura de custos fixos, é financiada pelas contribuições dos seus militantes. Contamos hoje com menos funcionários e menos estrutura profissionalizada, assim como com menos sedes no país, o que não tem impedido o Bloco de manter a sua atividade política e, em muitos casos, reforçá-la.

Conhecemos as dificuldades, sabemos que não está tudo bem e que não há quem não cometa erros no caminho. Mas estamos cá para todo o trabalho necessário. A V Conferência Nacional, assim como o processo de Convenção que se iniciará em 2025, abre o espaço ao debate das ideias e garante as regras democráticas de participação. Como socialistas e anticapitalistas, apresentamos este contributo para um partido de todas as lutas. Esse partido é Bloco de Esquerda, tem 25 anos e estamos ainda a começar.

**Adriano Campos e Isabel Pires**

---

## **Do imperialismo mundial aos “imperialismos regionais”**

O imperialismo americano continua dominante, desde o plano económico e financeiro ao plano militar. Nenhuma outra superpotência dispõe no mundo de tão poderoso dispositivo militar. Perante este poderio, a União Europeia é um anão e Portugal um pequeno satélite dominado por uma elite comprometida com a finança e a política do chamado “campo ocidental”.

A criminosa invasão da Ucrânia por parte da Rússia enfrentou a resistência do povo ucraniano. Mas foi encarada pelos EUA e pela NATO, seu instrumento, como uma oportunidade para enfraquecer a Rússia, imperialismo decadente e velho rival, e atrasar o surgimento de outros polos que disputem a hegemonia global. Desde o início e em mais de dois anos de guerra, nunca o poder e influência dos EUA e da UE foram exercidos para obrigar a Federação Russa a negociar um plano de paz. Pelo contrário, a guerra tem sido aproveitada para aumentar a pressão nas fronteiras com a Rússia, com novas adesões à NATO e a instalação de novas bases militares.

A par da invasão da Ucrânia e da adoção da lógica belicista dos EUA e da NATO, ocorre o crescente alinhamento de vários outros países, com a China à cabeça, num polo rival dos EUA e do chamado “mundo ocidental” que gravita à sua volta. O poder económico e militar deste polo emergente é apreciável: Por agora, é imprevisível o seu crescimento e dimensão futura. Mas, de momento, o que prevalece é ainda, de longe, o aparelho militar e industrial dos EUA e dos seus satélites, na NATO.

Desde o primeiro momento, deveria ter prevalecido a defesa da paz, centrando esforços em evitar um previsível morticínio, de parte a parte a parte. Pelo contrário, sobrepôs-se a lógica belicista e armamentista da NATO e dos seus arautos. As centenas de milhares de mortos são o preço de sangue já pago pelos povos russo e ucraniano. Quanto mais decadente fica também o imperialismo americano, mais agressivo se torna.

O fim da agressão à Ucrânia, com a libertação do país das tropas de Putin, nunca ocorrerá com apoio das armas da NATO. Quem arma os criminosos que neste preciso momento cometem um genocídio em Gaza nunca serão os libertadores do povo ucraniano – nem de nenhum outro, como a história comprova. Solidariedade com o povo ucraniano é exigir um cessar-fogo e lutar por um plano de paz; não é alimentar a vertigem belicista com o apoio ao envio de mais armas para a Ucrânia, sempre compensado pelo lado russo com nova escalada militar, nem branquear o regime de Zelensky, aplaudindo-o de pé.

O perigo da utilização de armas nucleares é real e o alastramento da guerra na Ucrânia com o envolvimento direto e assumido de forças armadas de outros países, como já foi defendido pela França, continua presente. Sejam claros: a guerra apenas serve às grandes potências, não interessa aos povos.

Invocar a necessidade de escolher o campo da NATO na guerra da Ucrânia é, pois, criar ilusões; é entrar na defesa de um dos campos na disputa entre potências e alinhar nos conflitos pela hegemonia global; é minimizar o papel do imperialismo americano e seus aliados servís, na dinâmica belicista e no constante soprar das brasas do conflito. Quem invoca a emergência de vários imperialismos, dos principais aos “secundários”, dos mundiais aos “regionais”, está de facto a minimizar o papel axial dos EUA e da NATO no ordenamento mundial e, em particular na Europa, onde países estão convertidos em vassallos, como no caso português.

De facto, há quem, na prática, adote a visão do chamado “campismo”. São os que esperam que provenha do campo da NATO a força libertadora da Ucrânia contra a invasão russa.

“Putin fora da Ucrânia, NATO fora da Europa” é a única consigna verdadeiramente libertadora. Defende a PAZ, sem margem para os ziguezagues políticos de quem hoje não se opõe ao contínuo envio de mais armas da NATO para a Ucrânia, mas, logo a seguir, se declara enfaticamente contra a escalada belicista.

Carlos Matias | Aderente 1355

---

## **No meio do desespero, a esquerda entre a resignação e a reinvenção do socialismo**

Injustiças sociais gritantes, desigualdade económica crescente, crise climática como pano de fundo. O mundo não é um lugar particularmente brilhante para viver. Será que o foi, no passado? Talvez nunca tenha sido. É preciso evitar um saudosismo que ignora que a exploração, a opressão e a negação dos direitos de milhões de humanos acompanham a história humana há demasiado tempo. Contudo, a comparação com o passado não é a questão que mais importa. A que a questão fundamental é saber se o mundo pode ser um lugar em que é bom viver. Ou seja: saber se, mesmo tendo em conta as contingências e angústias indissociáveis da condição humana, se pode construir uma comunidade humana em que se produzem as sementes para uma vida feliz e não os entraves à realização humana.

Os avanços científicos dizem-nos que sim: as condições objetivas existem. Temos conhecimento suficiente para garantir que todas as pessoas podem ver realizadas as suas necessidades – acesso a alimentação, habitação, transportes, saúde, cultura, etc. –, bem para lá das necessidades fisiológicas.

A pouca mobilização da classe trabalhadora, o racismo, o machismo e a descrença na possibilidade de um mundo melhor dizem-nos, por outro lado, que as condições subjetivas estão, neste momento, longe de existir. Mas este cenário não é imutável nem inevitável.

A extrema-direita tem sido capaz de mobilizar a raiva que tantas e tantos de nós sentem para um ressentimento contra aqueles que estão ainda piores do que nós. A esquerda não tem conseguido mobilizar essa raiva para apelar a uma recusa e ação contra o capitalismo, que saiba potenciar os sentimentos humanos de partilha, de altruísmo, de preocupação com o outro e de recusa da injustiça para cimentar um projeto político de transformação radical das vidas.

Neste contexto de derrota da esquerda, no domínio da hegemonia política e das “paixões”, a tentação de desistir é forte. Esta desistência pode significar uma capitulação completo às lógicas do sistema, pode significar uma renúncia completa a

qualquer forma de organização política (mesmo que sob a forma de manutenção fetichizada de um grupo de enunciação meramente ideológica, sem qualquer perspectiva de desempenhar um papel na definição dos rumos sociais) ou pode significar que se abdica de um projeto de emancipação total em favor do “realismo” dos paliativos. Todas são relevantes, e a todas importa combater. Esta última é, no entanto, a mais urgente de endereçar, porque nos parece que é particularmente forte para os partidos e movimentos políticos no momento presente.

Nos últimos anos, termos como a “seriedade”, a “responsabilidade” e a “exequibilidade” foram, no léxico do Bloco, usados como promessas de uma política moderada, que não assustasse aquelas e aqueles a quem queremos chegar. O problema é que a valorização da moderação leva a que os projetos políticos de esquerda deixem de ser de facto assustadores, mas para aqueles que beneficiam do sistema. Ao mesmo tempo, se pode gerar apoios pontuais e facilmente dissolúveis, gera um distanciamento face precisamente a quem se queria chegar: se a esquerda se apresenta como uma versão moderada da crítica ao sistema que destrói vidas, não parece estar a apresentar-se como mais um prato no menu do capitalismo? Quando criticamos a política de direita, mas não excluimos coligações com a política de direita soft do PS, ignoramos o cansaço e a repulsa que tanto uma como outra geram em Portugal. E deixamos à extrema-direita o espaço aberto para se apresentar, da forma dissimulada que é seu apanágio, como a verdadeira alternativa ao estado de coisas.

Parece-nos, muito simplesmente, que um sinal da maior responsabilidade política é a esquerda afirmar-se como aquilo que deve ser: socialista, radicalmente contra o capitalismo, sem amarras. O caminho não será fácil – nem curto, provavelmente. Mas, sem horizonte, será impossível encontrar linhas de fuga para outra sociedade.

António Santos, 1108

Carlos Carujo, 101

José Manuel Dias, 7667

José Guerra, 1032

João Patrocínio, 13408

Miguel Barrantes, 11466

Paulo Pica, 14854

Samuel Cardoso, 9828

---

## Os nossos dez cêntimos para um debate sem moedas mas com mais esquerda (1)

Falta clareza para começar o debate.

1.1- Prepara-se uma coligação pré-eleitoral entre o Bloco e o PS em Lisboa? Vários órgãos de comunicação social garantem-no. O texto da Comissão Política é bem mais vago, limitando-se a dizer que “o Bloco acompanha com abertura a vontade publicamente demonstrada” pelo PS. Espera-se, portanto, uma clarificação: está ou não o Bloco já a negociar com o PS?

1.2- Que linhas vermelhas do Bloco para um acordo destes? O texto da CP também não é claro sobre isto. Escreve-se que “a avaliação desta candidatura (...) está sujeita aos mesmos critérios programáticos acima enunciados”. Só que a conclusão desses critérios programáticos no parágrafo anterior parecia ir num sentido absolutamente diferente: “nas eleições autárquicas, o Bloco procurará, sempre que possível, criar alianças sociais em projetos locais de transformação política à esquerda, alternativos à governação autárquica do PS e do PSD”. A direção do Bloco deveria portanto trazer a debate abertamente

tais “critérios programáticos” pois não são um pormenor nem uma questão de mercearia.

1.3- A coligação pré-eleitoral com o PS limita-se a Lisboa? Imediatamente a seguir a afirmar aquela necessidade de alternativas, escreve-se que “as concelhias do Bloco de Esquerda avaliarão as condições e proporão à Mesa Nacional coligações pré-eleitorais com outras forças progressistas, ecologistas e de esquerda”. Depreende-se pela colocação da frase que o PS estaria excluído destas propostas mas, ainda assim, cabe questionar: está a direção do Bloco a ponderar aceitar coligações pré-eleitorais com o PS noutros pontos? E, já agora, que critérios (programáticos ou não) serão estabelecidos para a direção avaliar cada uma das propostas de coligações locais?

Por outro lado, a ser de concluir que a proposta de coligação pré-eleitoral com o PS se limita a Lisboa, o que é dado a entender também pela criação de um parágrafo específico sobre o tema (o que não é feito sobre mais nenhum concelho do país), isto é contraditório com declarações de dirigentes do Bloco que vieram dizer que o Bloco quer “encontrar convergências mais amplas que incluam o PS”, “em concelhos como Lisboa” ou falam na “possibilidade de convergências mais alargadas para derrotar executivos de direita em sítios-chave do país” (declarações no Público online 2 de julho de 2024).

O ponto de partida do debate é assim mau. Do que está escrito, não fica claro o que está em causa, nem dentro de que limites programáticos a direção se propõe situar a sua política. Sendo que no próximo momento coletivo nacional de debate sobre isto, a Convenção do Bloco do próximo ano, já tudo estará decidido.

António Santos, Amadora

Carlos Carujo, Vila Franca de Xira

João Patrocínio, Vila Franca de Xira

José Dias, Évora

José Guerra, Sesimbra

Paulo Pica, Oeiras

Samuel Cardoso, Vila Franca de Xira

---

## Os nossos dez cêntimos para um debate sem moedas mas com mais esquerda (2)

O que justificaria uma viragem na política autárquica do Bloco?

Com a exceção do Funchal, o Bloco tinha vindo a decidir apresentar-se a eleições autárquicas sempre à esquerda do PS. Uma escolha que certamente não seria “principista” mas refletia a necessidade de afirmação de um projeto autónomo de um novo tipo de políticas autárquicas no país que soubesse igualmente fazer encontros com outras forças políticas em vários momentos.

Uma inflexão desse caminho poderá ser-nos justificada por um novo contexto político, uma mudança política do PS – ou, melhor, uma mudança da avaliação da sua política –, ou uma mudança de objetivos e de estratégia do Bloco.

2.1- Só que nenhuma das duas primeiras condições mudou de modo a justificar tal viragem. O contexto político tem sempre as costas largas. Mas nada na conjuntura implica uma coligação pré-eleitoral com o PS, antes pelo contrário. Por um lado,

não é a primeira vez que a direita gere o país com um programa agressivo. Por outro, a grande novidade da conjuntura, o crescimento da extrema-direita, implicaria o inverso: a necessidade de existência de uma alternativa de esquerda forte ao centrão capaz de se afirmar contra os interesses dominantes, de ser verdadeiramente contra o sistema.

2.2- É certo também que o PS não mudou essencialmente de política autárquica, continuando a representar os mesmos interesses. No caso de Lisboa, não se tem vislumbrado qualquer vontade de romper com eles nem com a má gestão anterior que levou à sua derrota eleitoral. Nem deve, claro, ser depositada nenhuma esperança de que agora é que aquele partido vai ser (e fazer) diferente.

2.3- Há ainda uma outra possibilidade: puxar pela exceção lisboeta. Seria a dureza da conjuntura da capital que faria a diferença. Mas Moedas há muitos e sempre houve. E uma exceção lisboeta na estratégia eleitoral do partido, a concretizar-se, não se compreenderia a não ser de um ponto de vista lisboacêntrico.

Não diminuindo a importância da maior autarquia do país e da sua influência na política nacional, a sua direita ultraliberal não é de toda exceção no país (tem é mais dinheiro e visibilidade). Nem se compreende, aliás, uma espécie de obsessão permanente com Lisboa que parece minorizar a gravidade do que se passa no resto do país.

2.4- As atenções concentradas em Lisboa poderiam até ser um contra-argumento relativamente à concretização de uma coligação deste género. É uma cobertura mediática feita de provincianismo alfacinha que gosta de tentar fazer de Lisboa o centro. Mas, assim sendo, sem voz própria em Lisboa, o Bloco fica com a afirmação da sua posição própria comprometida. Isto apesar, reitere-se, dela não se dever centrar, como o fez e mal em outras ocasiões, numa candidatura lisboeta.

2.5- Para além disso, uma campanha ao lado do PS em Lisboa e determinadamente contra ele em muitos outros municípios onde o PS mantém políticas semelhantes àquelas que conduziu na capital, nomeadamente as da própria Grande Lisboa mesmo ali ao lado, encerra contradições que prejudicam os objetivos destas candidaturas. Como se explica que a partir da linha de uma fronteira concelhia o PS passa a ser parceiro se defende o mesmo do que do outro lado?

Ou então, se Lisboa não for exceção, o que impede de se estar a abrir a possibilidade de coligações pré-eleitorais com os sociais-liberais em meio país? Em que condições? Sendo oposição caso o PS esteja no poder e coligando-nos quando estiver na oposição? E para além das autárquicas que lições nacionais vão ser tiradas? Que se renuncia a uma nova geringonça? Não ajudará a coligação pré-eleitoral local em Lisboa a enfraquecer a ideia de uma alternativa política global que urge?

**António Santos, Amadora**

**Carlos Carujo, Vila Franca de Xira**

**João Patrocínio, Vila Franca de Xira**

**José Dias, Évora**

**José Guerra, Sesimbra**

**Paulo Pica, Oeiras**

**Samuel Cardoso, Vila Franca de Xira**

## Os nossos dez cêntimos para um debate sem moedas mas com mais esquerda (3)

Esta é uma viragem significativa na forma do Bloco fazer política.

3.1- Para além dos argumentos já apresentados nos dois textos anteriores, poderiam ser ainda sobrar outros dois (e bastante mais circunstanciais) a favor de uma coligação pré-eleitoral com o PS. Um baseia-se na possibilidade do Bloco não eleger vereador em Lisboa numa candidatura própria. A direção do Bloco nunca o admitiria e seria errado tomar uma decisão destas baseando-se num calculismo derrotista e de lugares.

3.2- Outro partiria do facto de nas Câmaras quem tiver um voto mais conquista a presidência para assim justificar uma suposta soma de votos. Mas esta ilusão da soma automática de votos é outra forma de calculismo que é fatal. Quem procure alternativas ao que o PS tem sido (e quer ser) em Lisboa continuará a procurá-las. Quem achar que não as encontre muito provavelmente não vai juntar os seus votos para eleger um candidato do PS. É, portanto, apenas uma profissão de fé dizer que a coligação pré-eleitoral em Lisboa seria a melhor forma de combater Moedas. Uma candidatura aguerrida que coloque os pontos nos iis faz mais por esse combate e é mais mobilizadora do que a dissolução num caldo político vagamente de esquerda capitaneado pelo social-liberalismo.

E, até se quiséssemos entrar numa especulação de cálculos, pode-se ainda pensar que atrelados ao PS (por quanto tempo?) teremos muito menos força negocial para impor políticas para a cidade.

3.3- De qualquer forma, argumentos conjunturais ou imediatos não podem fazer esconder que se trata de uma mudança política de monta. O Bloco já antes tinha mudado a sua relação com a governação local (ao aceitar entrar no executivo do PS em Lisboa, acantonando-se no seu pelouro e sem influência real para mudar as políticas de conjunto da autarquia). Com uma proposta (pelo menos de uma) de coligação pré-eleitoral com o PS, o Bloco volta a fazer uma mudança significativa que inflete o rumo da política autárquica do Bloco desde a sua fundação. Sobre uma mudança deste tipo e as suas consequências não há a devida reflexão aprofundada. No texto da Comissão Política, "arruma-se" a questão num pequeno parágrafo. Altera-se desta forma a política vincada pela maioria nas últimas convenções. E quando a próxima acontecer, já haverá factos consumados.

3.4- Há que afirmar ainda que um projeto de política local não se constrói de cima para baixo a partir de uma participação em executivos que supostamente iria acumulando forças. Nem a ilusão aritmética de que a soma automática de votos numa coligação produz vitórias nem a ilusão geométrica de que pode funcionar uma acumulação de forças progressiva de forças para um futuro longínquo a partir da participação institucional são convincentes ou nos servem com base para mudar de política.

3.5- Mas para além de tudo isto, o ponto de partida deve ser a necessidade de afirmação de um projeto autárquico para além do centrão. E só haverá mais esquerda se ela se traduzir nas propostas que o PS nunca quis nem quer implementar. E só mais esquerda poderá disputar com a extrema-direita os sentimentos de raiva e alternativa ao existente. E só mais esquerda fará com que haja menos moedas e dará força para determinar a política local.

António Santos, Amadora

Carlos Carujo, Vila Franca de Xira

João Patrocínio, Vila Franca de Xira

José Dias, Évora



José Guerra, Sesimbra

Paulo Pica, Oeiras

Samuel Cardoso, Vila Franca de Xira

José Guerra, Sesimbra

Paulo Pica, Oeiras

Samuel Cardoso, Vila Franca de Xira

---

## **A centralidade dos feminismos**

O feminismo é uma das maiores forças da transformação social. A luta contra o patriarcado exige um feminismo de massas e é tarefa das anti-capitalistas disputá-lo. Os movimentos feministas são trincheiras de defesa do Estado Social e dos direitos laborais, são caminho para uma democracia radical e estão na linha da frente do combate à extrema-direita.

Os nossos adversários sabem-no. Não é por acaso que a extrema-direita tem sistematicamente como alvo as mulheres, a sua autonomia e o seu direito a decidir sobre o próprio corpo. Por sua vez, o neoliberalismo apostou na apropriação dos discursos progressistas para tentar neutralizar um movimento social que sabe ter um gigantesco potencial transformador e transformá-lo em novos mercados.

A direita e o centro vestem-se de roxo, com um feminismo de elite que defende mecanismos de igualdade e paridade meramente formais, que comercializa proclamações feministas - t-shirt de 'Girl Power,' cara da Frida Khalo na totebag -, mas não chega a questionar os fundamentos da desigualdade que mantém as mulheres numa posição de subalternidade na sociedade. Bem sabemos que a visibilidade das mulheres é importante, e o seu acesso a todos os órgãos de direcção política e económica é uma condição de democracia, mas a representatividade formulada em termos de paridade não esgota a agenda feminista. Sem questionar os fundamentos do patriarcado, profundos, tão materiais como culturais, não conseguiremos derrotar o sistema que nos mantém subalternizadas em casa, na rua ou no trabalho, onde a discriminação tem marca de classe, de pertença étnico-racial, além do género.

Não ignoramos que a extrema direita, tão ideológica na sua proposta ultra-conservadora, cresceu à sombra do recuo nos direitos fundamentais promovido pelo partidos que, como o PS, governaram ao centro e desinvestiram nos serviços públicos de que dependemos para que os direitos conquistados sejam mais do que letra morta. A unidade no combate à violência de género não esconde as limitações do feminismo liberal, mas como herdeiras da luta histórica pelo direito ao aborto sabemos que as alianças políticas são essenciais.

Alguma esquerda reage a esta pluralidade (às vezes, apropriação) do movimento feminista da pior maneira: desertando da luta. No debate sobre como deve a esquerda reagir ao avanço reacionário, temos visto surgir posições conservadoras que sugerem uma falsa dicotomia entre a centralidade do trabalho e a agenda feminista, retomando conceitos e estratégias que no passado levaram ao isolacionismo sectário e à irrelevância.

A luta de classes compreende todas as opressões de que se faz a exploração capitalista e um partido de classe que não tenha o mesmo alcance não é consequente e não tem futuro. Uma luta de trabalhadores que dispense mulheres ou pessoas migrantes é uma luta sem sujeitos. E a esquerda que ignorar as condições particulares da sua opressão estará a ditar a exclusão destes sujeitos como parte dessas lutas.

As regras foram e ainda são ditadas por uma identidade hegemónica – a masculina. O combate ao capitalismo também foi organizado assim, no “masculino universal”. Hoje sabemos que a luta de classes tem que dar resposta à exploração nas suas múltiplas formas e que não pode ser desligada da situação concreta dos sujeitos explorados e das suas múltiplas discriminações, de género, racistas, homofóbicas.

Como mulheres somos maioria na força de trabalho produtiva mais precária e na força de trabalho reprodutiva invisibilizada e, por isso, não nos venham dizer que falar de feminismo é desvirtuar a tradicional luta de classes, porque não há uma sem a outra.

Como feministas convocamos este sujeito transformador para a luta contra o sistema patriarcal, e, reconhecendo entre nós essa diversidade e essa necessidade de alianças e luta comuns, aproximamos essa luta do objetivo do socialismo.

Alda Sousa

Almerinda Bento

Ana Campos

Andrea Peniche

Catarina Martins

Catarina Ramalho

Cecília Honório

Helena Pinto

Joana Mortágua

Joana Teixeira

Sandra Cunha

---

## **Centralidade do trabalho para o combate a todas as formas de opressão**

O documento proposto pela maioria da Comissão Política à Conferência não aborda matérias essenciais e mistifica outras. Começa por não fazer qualquer balanço político dos últimos anos, tanto do ciclo de derrotas eleitorais e da perda de influência política e social, como do estado catatónico da própria organização. Consumar uma alteração da linha política sem que esteja sustentada por um balanço não faz sentido. No mínimo, será fuga a assumir responsabilidades perante o coletivo.

Mistifica as mudanças e diferenciações na classe trabalhadora, que de facto existem fruto das próprias mutações do capitalismo, resumindo-as de forma simplista à conclusão de “uma tendência consistente de perda de influência sindical”, procurando desvalorizar o maior e mais influente movimento social, mas também tentando passar a ideia de que o papel como classe assalariada na sociedade se circunscreve ao sindicalismo.

A classe trabalhadora cresceu a nível mundial, adquiriu uma composição mais complexa, resultado da própria globalização que proporcionou mudanças na divisão internacional do trabalho, incorporou mudanças tecnológicas e novos modelos de laboração, trouxe mais precariedade, uberização e até proibições na sindicalização.

Neste contexto, a responsabilidade das forças que querem uma alternativa ao sistema capitalista é ainda maior na formulação de um programa capaz de fazer convergir a classe trabalhadora na luta por um novo modo de produção, em vez de a excluir, secundarizar ou diluir. Sabemos que criar um amplo e massivo movimento popular capaz de mudanças estruturais no modo de produção, só está ao alcance da classe trabalhadora, entendendo-se como tal todas as pessoas que não possuem meios de produção e são obrigadas a vender a sua força de trabalho para sobreviver com a insegurança e a precariedade impostas pelo mercado.

Pensando na relação estrutural da classe trabalhadora com a produção a todos os níveis, fundamental para a definição da sua centralidade, como articular com as outras várias formas de opressão, como o racismo ou o sexismo?

A opressão, nas suas formas mais violentas ou mais subtis, mas sempre discriminatórias, das comunidades e das pessoas racializadas, das mulheres, das pessoas LGBTQI+, dos imigrantes e refugiados, de quem é portador de deficiência, etc., está intimamente ligada ao modo de produção capitalista que produz uma classe dominante que detém o poder e os meios de produção.

Este quadro onde os seres humanos são meros objetos e o Capital é o sujeito, o foco encontra-se na procura de lucro e na extorsão de mais-valia. A opressão sexista é mantida porque permite trabalho reprodutivo não remunerado; a opressão LGBTQI+ é mantida para assegurar uma nova geração de força de trabalho; a opressão capacitista mantém-se por haver menos capacidade de extorsão de mais-valia das pessoas com deficiência. Nenhuma destas ou outras opressões será eliminada, nem os avanços serão permanentes, enquanto vivermos num sistema onde somos objetos e o sujeito é o Capital. As relações de produção têm de ser radicalmente alteradas.

Esta é a razão de fundo para que o movimento laboral incorpore a luta contra todas essas formas de opressão. Por exemplo, é impossível não ligar o escravagismo a um sistema racializado e desumanizado de produção que se estendia a toda a vida social, incluindo o apartheid. A discriminação salarial das mulheres nas fábricas e nos serviços é uma forma de aumentar a exploração da mão de obra feminina. E a opressão machista não favorece a reprodução social da força de trabalho a baixo custo? E a imigração não regularizada não determina baixos salários e menos direitos laborais e de cidadania?

Inevitavelmente, formas de ódio e de discriminação transmitem-se para o exterior dos locais de produção e ocupam ostensivamente o espaço público e privado. O conservadorismo ao serviço do capital encarrega-se de defender essas práticas, criar entidades que as promovem e construir narrativas alegadamente culturais, religiosas, biológicas ou outras para as justificar e normalizar.

A bússola de um partido de esquerda tem de ter como norte o combate por um novo modo de produção. Esta orientação, com uma linha tática adequada, é a que consegue ampliar uma política de esquerda na sociedade.

O surgimento a partir do interior da moção A de um texto alternativo global que vai de encontro ao que a moção E (cossocialista) tem defendido sobre a ausência de um balanço, o comportamento ziguezagueante do Bloco e a perda da sua matriz socialista, é um dado novo e positivo, que é de saudar e valorizar se for consequente.

**Leandro Pires (Porto)**

**Pedro Soares (Lisboa)**

## Arte como lugar político

“Esperar tantos anos torna tudo mais urgente” – o quê? A liberdade. A liberdade é uma urgência da política e da arte. A política como lugar de organização, construção e combate. A arte como lugar de descoberta, desconstrução e imaginação. A política como apanágio da comunidade, dos grupos, do coletivo. A arte como possibilidade de fuga aos limites do que já existe. A política e a arte como fazeres – ações que se inscrevem no tecido da sociedade.

Mas se a arte é esse espaço privilegiado da absoluta liberdade, permitindo pensar outros “e se”, ensaiar possibilidades, dizer o que não se pode, vamos olhá-la como parte de um fazer política emancipatório e anticapitalista?

Numa lógica cunhada pelo capitalismo, a arte não é prioritária. Limitada na sua função, serve apenas para um pretensão exercício ultrapassado de busca do belo e para a catarse das preocupações quotidianas, afastando-nos delas (paz sem pão). Mas se a arte talvez também possa ser isto, pode ser muito mais, com efeitos concretos no modo como vivemos: pode ser/ é uma via de reflexão sobre o quotidiano, a história, a sociedade...

Ou seja, a arte não se fecha numa ideia de produto acabado, ou de inovação constante e plena, advogada por uma visão liberal. Ao ser lugar de reflexão, de criação e construção de novas possibilidades, de imaginar mudanças e ponderar decisões, é sobretudo um processo - muitas vezes de reescrita, releitura e invenção.

A arte assumida na sua roupagem política é um lugar onde fronteiras e preconceitos se podem dissolver, permitindo novos contactos entre pessoas que de outra forma não se aproximariam. Reconhecendo a pulsão artística existente em toda e qualquer pessoa, a arte possibilita espaços democráticos de inclusão.

A arte pode ser força motriz para resistências coletivas, capaz de ecoar lutas políticas e sociais, como voz emergente em contextos de repressão, marginalização ou censura, revelando as injustiças que os discursos oficiais silenciam.

Murais, performances, teatro, canções, poemas... que desafiam as normas: a arte tem a potencialidade de transcender fronteiras e colocar lutas em diálogo, na construção de solidariedade entre comunidades e povos oprimidos, funcionando como um espaço vital de encontro, de crítica ao sistema estabelecido, de criação e de transformação social.

Enquanto processo, pode ainda ser agência sobre o mundo, um lugar de afirmação de ideias e ideais, de emancipação (também dos corpos), de resistência e desobediência, de mobilização e ativismo, de “liberdade a sério”... Falamos de arte, não poderíamos dizer o mesmo sobre política?

Se tomarmos como exemplo a Sementeira (mostra de artes em Viseu) ou o Desobedoc (mostra de cinema insubmisso, com história sobretudo no Porto, mas com alguma expressão noutros territórios), iniciativas que cativam e cruzam visões inusitadas, unidas pelo mesmo “solo fértil”, a arte poder ser ainda (mais) um outro lugar: um de construção de partido.

Ana Carolina Gomes, Coimbra, 12011

Carlos Couto, Viseu, 3141

Daniela Fernandes, Viseu, 6770

David Ribeiro, Viseu, 17814

Eduardo Figueiredo, Coimbra, 16679

Manuela Antunes, Viseu, 1289

Mariana Rodrigues, Coimbra, 10057

Miguel Cardina, Coimbra, 7151

Miguel Cardoso, Viseu, 8662

Patrícia Cardoso, Viseu, 3142

Telma Ferreira, Nazaré, 4506

Tiago Resende, Viseu, 14514

---

## “A paz nas mãos dos povos”

Num recente texto de Jorge Costa podemos ler, sem surpresa que “ a posição do Bloco sobre a invasão da Ucrânia [prova](#) que é possível - e mesmo indispensável - conciliar a crítica do imperialismo com o apoio à resistência defensiva do invadido.”

Assim de repente nada a opor a não ser um reparo: todas as posições tomadas pelo Bloco sobre a Ucrânia não têm a mínima análise ou posição sobre o papel do imperialismo norte-americano quer no desencadear da guerra – o golpe de Estado de 2014 associado à pressão/imposição da NATO para adesão da Ucrânia contra o acordado em Minsk – quer na utilização do factótum Zelensky tão entusiasticamente aplaudido pelos nossos deputados. O desígnio assumido publicamente pelo imperialismo de prolongar a guerra para “enfraquecer a Rússia” não provocou qualquer engulho no Secretariado nem claro em Jorge Costa.

Aliás sem qualquer hesitação em nome da lista E desde o primeiro momento deixámos clara a nossa posição não “campista”: «Putin fora da Ucrânia, NATO fora da Europa».

A direcção do Bloco preferiu responder a um jornalista que a posição do Bloco “é a mesma do Governo português”, ou seja em contradição radical com a referida [prova](#): a resolução da MN de Junho de 2022.

Numa posição “anti-imperialista especial” o referido texto denuncia como “peões negros” aqueles que olham com a devida e necessária atenção para os desenvolvimentos que estão a ter lugar a nível mundial e, portanto, geopolítico nomeadamente quanto ao seu papel no enfraquecimento do brutal domínio hegemónico do imperialismo.

De qualquer modo e no contexto da luta anti-imperialista pareceu-me oportuno colocar toda esta problemática no nosso terreno lusitano já que, além do mais, estamos no cinquentenário do 25 de Abril e nos quinhentos anos do grande Camões.

Assim:

Em tempo de guerra imperialista

a única defesa necessária e eficaz em quaisquer circunstâncias será a defesa civil, a Protecção Civil mesmo quando formos vítimas, enquanto “danos colaterais”, das acções agressivas e terroristas do imperialismo; e isso, mesmo quando e se, respeitando a Constituição da República, estívéssemos fora e contra as suas acções.

Ainda no caso de conflagração nuclear só uma Protecção Civil bem estruturada e bem fornecida dos meios humanos e materiais necessários e adequados terá condições para uma resposta minimamente eficaz.

Partilhar com os actuais poderes e governanças a ideia atirada ao rebanho dócil para que arreganhe os dentes às suas ordens, é ser cúmplice da hipocrisia que fala de paz e direitos humanos enquanto ajuda ao genocídio do povo palestino.

A Protecção Civil a sério apela a grande participação e empenho de toda a sociedade o que acarretará como ganho, e não dano, colateral, a criação de fortes dinâmicas na própria economia, no emprego e no serviço público particularmente no ordenamento do território, florestação, urbanização, transportes, saúde, ensino.

Deve ser entendido como imperativo categórico assegurar uma profissionalização adequada do corpo fundamental da protecção civil, a sua capacitação e qualificação teórica e prática e o seu prestígio social: os sapadores bombeiros como garantes da defesa das pessoas e bens e seus meios de vida.

Na época do imperialismo global as FA's menos do que nunca podem ser consideradas no seu papel constitucional, de defesa da soberania nacional. Elas são, pelo contrário, um instrumento da alienação dessa soberania na medida em que só têm qualquer significado enquanto agentes menores e irrisórios da política de guerra do império global.

Uma oposição a tal política terá de ser feita pela mobilização cívica, social e política que esvazie as alianças militares, nomeadamente a NATO, do seu conteúdo propagandístico ideológico e político, imponha o seu desmantelamento e torne supérfluo e inútil o brutal poderio militar dos EUA.

As FA's deverão paulatinamente, respeitando o prestígio histórico que lhes é devido, a dignidade profissional, e os direitos adquiridos dos seus membros, transformar-se num pequeno, mas eficaz, corpo militar. Ele terá como missão específica a vigilância e controlo da costa, da ZEE e do espaço aéreo, contando com uma unidade especial para apoio e resgate de cidadãos portugueses em zonas de perigo iminente e para outras eventuais missões da mesma índole; e com tarefas de colaboração especializada em situações de ponta na defesa civil apenas enquanto esta não for autossuficiente como urge e se pretende

A concluir: uma ameaça militar decorre directamente da integração de Portugal na NATO e do seu alinhamento com a agressividade terrorista dos EUA (<https://convergenciabloco.com/2024/08/16/o-bloco-de-esquerda-e-a-ucrania-numa-recordatoria-do-imperialismo/>).

Enquanto país independente integrado nos princípios da ONU e definido pela sua Constituição nomeadamente nas relações internacionais pelo artigo 7º (<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-50453375>), **Portugal deve sair da NATO** e abster-se de quaisquer relações que possam implicar o nosso povo em políticas belicistas e armamentistas.

Mário Tomé

---

## **Centralidade do trabalho, luta de classes, produção e reprodução: uma visão marxista**

A esquerda socialista entende que o trabalho está no centro das relações sociais e económicas, da estrutura de poder e desigualdade. Mas o que significa, para o nosso campo político, a centralidade de trabalho e a articulação das várias lutas pela emancipação e pelo socialismo? Eis quatro ideias para uma orientação que evite as armadilhas do reducionismo económico, do conservadorismo teórico e do liberalismo.

1.

Precisamos de uma visão ampliada do trabalho. Ele não existe apenas no espaço da produção de mercadorias, mas também no espaço da reprodução social. Desde as décadas de 60 e 70 do século XX que o feminismo marxista alertou para a necessidade de superar uma visão androcêntrica do trabalho que invisibilizou as formas de trabalho não remunerado de que depende a reprodução da sociedade e a acumulação do capital. O trabalho remunerado que produz lucro só existe com o trabalho não remunerado que produz pessoas (ou seja, que produz a vida e a própria força de trabalho, o trabalho feminizado dos cuidados). O capitalismo só pode ser entendido como um sistema unitário e a luta da emancipação do trabalho diz respeito a todo o trabalho, e não apenas a parte dele. No campo mercantil, por seu lado, há um enorme volume de trabalho enquadrado por relações pré-contratuais, como o dos imigrantes sem direitos (veja-se o caso da agricultura ou das plataformas), além das múltiplas formas de trabalho que foram sendo colocadas fora da relação salarial pela precarização e "empreendedorização". Muito do trabalho formalmente independente, em que aparentemente os meios de produção pertencem ao trabalhador por conta própria - da limpeza à tradução, do design às reparações - está proletarizado. Quem quer representar a classe trabalhadora tem de olhar para esse todo do trabalho, não reproduzindo uma visão e um imaginário amputados do que é a classe trabalhadora.

2.

O capitalismo é, como explica Nancy Fraser, não apenas um sistema económico, mas uma "ordem social" ampla que depende da esfera não mercantil. Isto significa que é impossível compreender a centralidade do trabalho sem ter em conta a divisão sexual do trabalho e o capitalismo racial. O capitalismo "subordina a reprodução social à produção de mercadorias e exige a expropriação racializada para garantir a exploração lucrativa". A colonialidade, em contexto pós-colonial, assenta em formas de exploração pela divisão racial do trabalho, desigualdade salarial ou subalternização com base na nacionalidade e etnicidade. A classe trabalhadora são homens e mulheres, nacionais e imigrantes, brancos e não-brancos. Todos eles são parte da centralidade do trabalho. Ou seja: as lutas feministas (contra a desigualdade salarial, pelo reconhecimento dos cuidados informais, pela autodeterminação) e as lutas antiracistas e dos imigrantes (contra a discriminação e a expropriação do trabalho) não são lutas "exteriores" ao capitalismo nem à luta de classes. Não são sequer "novos movimentos sociais": são muito antigas! Secundarizá-las ou olhá-las como exteriores seria diluir o nosso programa.

3.

David Harvey defende que o neoliberalismo assenta em dois processos de acumulação de capital: a "acumulação por exploração" (extração direta da mais-valia no processo produtivo, pela compressão salarial, retirada de direitos, prolongamento dos horários, dumping social, etc.); e a "acumulação por espoliação" (privatização de bens públicos, rendas e concessões a privados, financeirização da habitação, refamiliarização dos cuidados, etc.). A resistência anticapitalista e a luta de classes faz-se nesses dois campos: inclui as lutas salariais e pela regulação do trabalho mercantil tanto quanto as lutas pela socialização da reprodução social (acesso gratuito a creches, escola, saúde; serviço público de transportes, comunicação, cultura, casa). Para os marxistas, estas últimas não são lutas secundárias, porque incidem diretamente no processo de acumulação do capital.

4.

A ideia de que há, na nossa esquerda, uma política de "causas dispersas" desligada de perspectiva estratégica, e de que há uma política de "classe" que corre em paralelo com lutas "identitárias", corresponde a uma divisão conceptual que é, em si mesmo, um equívoco liberal, que o Bloco rejeitou desde a fundação. Como se afirmou no documento do Fórum LGBTQI+, sempre recusámos a estratégia individualista e liberal que oscila entre a representatividade sem transformação e o êxodo

individual como estratégia de emancipação. Rejeitamos raciocinar em torno de categorias estanques (classe, género, raça, orientação sexual, idade, origem territorial, etc.) que se justapõem em geometrias individuais. Batemo-nos por coletivos e lutas feitas em conjunto, por compreendermos que a discriminação não é apenas uma realidade individual, simbólica, linguística ou ética (mesmo tendo essas dimensões), e tem raízes e manifestações materiais e estruturais. Contrariamos a fragmentação das subjetividades de luta, construindo solidariedades entre pessoas oprimidas e honramos a história do movimento feminista e LGBTQI+, história de alianças para vencer e superar a desigualdade. Por isso, só podemos rejeitar o debate empobrecido que alguns camaradas reproduzem, com capa aparentemente crítica, como se houvesse uma alternativa e até uma oposição entre a luta pela emancipação do trabalho e a luta pela emancipação em geral.

\*

Em suma: mal estaria a esquerda se abdicasse de uma visão integrada da luta anticapitalista e de uma conceção alargada do trabalho e da classe, retirando-se para visões empobrecidas do que é a política socialista. Recuar décadas nos adquiridos teóricos e práticos do pensamento marxista crítico, do feminismo materialista, das lutas emancipatórias, não é resposta para as dificuldades do presente, porque seria, isso sim, a dissolução política da nossa matriz e da nossa razão estratégica.

José Soeiro

---

## A geração para o futuro

Nunca os “jovens” foram tão relevantes e centrais no debate político como hoje. Na disputa de orçamentos ou na construção de novos sentidos comuns, é na juventude que o conflito ideológico, cultural e identitário está mais aceso. Se queremos desenhar o futuro socialista, temos de despertar os protagonistas desse futuro.

As gerações anteriores à nossa radicalizaram-se nas mobilizações contra a guerra colonial e a guerra no Iraque, contra a austeridade da Troika e nas marchas feministas e do orgulho. Hoje, a politização da juventude está entregue ao conservadorismo e individualismo severo. O ódio e a exclusão caminham para a hegemonia, definindo os algoritmos das redes sociais, ameaçando direitos e concebendo o novo sujeito de valores.

Sem visão para andar em frente, a direita limita-se a recuperar ideias de um passado que foi derrotado pelas lutas das gerações mais novas, desde o Serviço Militar Obrigatório, ao “papel natural da mulher” e a elitização do ensino superior. À geração mais qualificada de sempre prometeram estabilidade, felicidade e liberdade, mas condenaram-nos à precariedade. O medo constante do futuro resultou na mais violenta crise de hoje: a crise da esperança, a impossibilidade de imaginar.

À esquerda, não queremos apenas ter força para travar o reacionarismo, mas sim ressoar cada vez mais alto as vozes do progressismo, da solidariedade e do socialismo. É no movimento social que disputamos a consciência e criamos ativistas, somando lutas e trazendo jovens para o nosso lado.

O teste de fogo do Bloco de Esquerda é ter estrutura, programa e cultura para entusiasmar e convocar os e as jovens a abrir caminhos para a construção duma nova sociedade. Pois, a emancipação dos jovens apenas pode ser obra dos jovens.

O trabalho das Jovens do Bloco tem sido cada vez mais preponderante no início de debates dentro do partido, na organização do movimento estudantil e na formação de militantes. Rejeitamos veementemente a condição inferiorizada de jovens remetidos à estrutura de uma “jota”. Queremos aprofundar a participação de jovens no partido, aliando a experiência e a



herança de quem construiu a nossa esquerda à inovação e irreverência da nova geração socialista.

Através da Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco, mas nunca limitada à mesma, assumimos a responsabilidade de intensificar os nossos esforços. Pela agregação de alternativas e organizações no movimento estudantil e por uma Educação democrática. A luta difícil que queremos trilhar só pode partir da desconstrução, da reflexão e do debate que estrutura a ação. Para ampliar a integração, a formação e a ampliação da base militante jovem por todo o território, dando impulso a agendas e iniciativas locais e criando redes de camaradagem. Para acompanhar o trabalho parlamentar e autárquico, assim como dos grupos setoriais internos, contribuindo para a introdução de propostas que verdadeiramente respondam aos anseios de gerações sufocadas. Para imprimir uma essência emancipatória e socialista aos movimentos sociais. Estimular as novas aderentes jovens, responsabilizando-as e tornando-as parte dos órgãos e da atividade do coletivo.

Queremos ser jovens proativas no aprofundamento da linha política e tática do Bloco de Esquerda, conferindo à juventude um espaço de relevo no nosso mandato popular, não por ser uma classe homogénea, mas sim porque é corpo da mudança e da expansão.

Neste momento de reflexão e de preparação para uma nova fase do partido, o Bloco tem de ambicionar pela capacitação e elevação da luta das Jovens do Bloco. No processo de renovação programática corrente, o partido deve ser capaz de criar novas sínteses que respondam à precariedade entre os mais jovens, à crise do acesso à habitação, à agonia crescente na frequência do Ensino Superior.

Temos a pressa e a inconformação necessárias para erguer a bandeira da esquerda plural, progressista e revolucionária. O Socialismo não está antiquado. O Socialismo é o âmago da transformação com a qual a nossa geração sonha. Nas Jovens do Bloco de Esquerda encontrarão a organização e a bravura para unir imaginários e construir o futuro.

**Aliyah Bhikha - Loures, Lisboa - 15475**

**Beatriz Cunha - Lisboa, Lisboa - 16442**

**Beatriz Pedroso - Amadora, Lisboa - 14261**

**Beatriz Realinho - Guarda, Guarda - 16344**

**Carlota Duarte - Coimbra, Coimbra - 16829**

**Diogo Gomes - Torres Novas, Santarém - 15917**

**Diogo Teixeira - Santa Cruz, Madeira - 16839**

**Duarte Graça - Penafiel, Porto - 12034**

**Duarte Santos - Valongo, Porto - 16575**

**Frederico Portugal - Leiria, Leiria - 15059**

**Iara Sobral - 15150**

**Inês Antunes - Castelo Branco, Castelo Branco - 16125**

**João Carvalho - Almada, Setúbal - 15600**

**Miguel Martins - Barcelos, Braga - 13852**

**Raquel Vitorino - Loures, Lisboa - 14734**

Rodrigo Sousa - Fornos de Algodres, Guarda - 15216

Teresa Amorim - Braga, Braga - 14320

Tomás Marques - Almada, Setúbal - 12362

Vasco Ruela - Loures, Lisboa - 15373

---

## Contributo para a Conferência Nacional

Camaradas,

O contributo que apresento é no sentido de tornar mais claro e objetivo o ponto 7.3 do documento para debate político na Conferência, apresentado pela Comissão Política

**Nota Prévia 1:** no texto apresentado faz referência ao hipotético acordo com outras forças partidárias, suportado em bases programáticas pré-definidas em torno de temas...

A minha observação é a seguinte: ou não se invoca temas e o texto fica sem qualquer referência específica e somente com princípios generalistas – até porque não estamos perante nenhuma base de manifesto eleitoral; ou abrindo “caixa de pandora” com a enunciação de temas como é o caso (habitação, do acesso a serviços públicos e da transformação climática), teremos de completar com outros temas fulcrais como enumero na proposta abaixo apresentada.

**Nota Prévia 2:** por consideração semelhante à lógica anteriormente expressa, também não devemos mencionar qualquer partido em particular quando, na parte final do texto, se faz referência aos diálogos encetados com o Livre. Assim, ou não identificamos nenhum ou temos que acrescentar o PAN, PCP, PEV, bem como movimentos sociais locais.

**Nota Prévia 3:** o acrescento de distritais onde está escrito concelhias, é para salvaguardar os casos onde não existe o órgão institucional concelhia e terá de ser a respetiva distrital a ratificar a pretensão de acordo eleitoral no concelho

Porque entendo que devemos ser o mais explícito possível sobre o que pretendemos, tanto para não deixar espaços em aberto de interpretação dúbia, quanto para deixar claro para todo/as com o que se pode contar e até onde se pode ir, faço seguir um acrescento ao texto apresentado no referido ponto do documento.

7.3 - Nas eleições autárquicas, o Bloco procurará, sempre que possível, criar alianças sociais em projetos locais de transformação política à esquerda, alternativos à governação autárquica do PS e do PSD. Suportado em bases programáticas pré-definidas em torno dos temas da habitação, do acesso a serviços públicos e da transformação climática, **da mobilidade intra e intermunicipal, da defesa do espaço público como salvaguarda de fruição coletiva, da premente necessidade de criar um efetivo poder autárquico intermédio de visão subnacional mas supramunicipal, do resgate da matriz identitária de um poder local colegial e participado em detrimento do crescente presidencialismo municipalista**, as concelhias /**distritais** do Bloco de Esquerda avaliarão as condições e proporão à Mesa Nacional coligações pré-eleitorais com outras forças progressistas, ecologistas e de esquerda. Neste contexto, estão já iniciados diálogos concretos a nível concelhio/distrital, nomeadamente com o **Livre, PAN, PCP, PEV e movimentos sociais locais**.

Barcelos/Braga, 17 de outubro de 2024

José Maria Cardoso – aderente nº 1308

## **Classe, produção e poder, eis a questão**

A nossa relação social e ecológica com a natureza é determinada por quem detém a propriedade e o controlo da produção. No capitalismo, foi retirada à classe trabalhadora o acesso à propriedade dos meios de produção e ao controlo dos produtos que resultam do seu labor. Coloca-se, portanto, uma questão de poder entre classes que, no essencial, estrutura a sociedade, abrange a multiplicidade de relações sociais e de interesses subjacentes, que se desdobra e impacta diretamente na luta política.

De facto, a relação humana com o mundo encontra-se essencialmente na produção, desde a alimentação, à energia ou à habitação, entre tantos outros, incluindo, em pleno Séc. XXI, os chamados bens imateriais (conhecimento, digital...) que, na verdade, têm e estão ligados a uma base material, desde logo a energia.

Para enfrentar o poder dominante do capital e aspirar a profundas mudanças sociais, o foco tem de estar nessas relações de produção. Da mesma forma, a crise ambiental e ecológica está intrinsecamente ligada com o modo de produção capitalista, com a economia do carbono, a exploração infundável de bens naturais, o colonialismo e o neocolonialismo, sempre em busca do lucro máximo.

Porque é que a classe trabalhadora é central neste combate que exige alianças e acumulação de forças? Em primeiro lugar porque é a maioria da população e não haverá uma maioria social para a mudança sem a sua participação democrática. O exemplo do processo revolucionário pós-25 de Abril é esclarecedor.

Segundo, porque a relação da classe trabalhadora com a produção é estratégica, conferindo-lhe um poder estrutural sobre as fontes de lucro do capital e, genericamente, sobre os mecanismos de reprodução social. Esse poder fica evidente sempre que as lutas se radicalizam.

Por fim, a procura de segurança e condições de vida colocam-na na primeira linha dos movimentos por direitos sociais e económicos, como o salário, o direito à habitação digna, aos transportes gratuitos, no combate às discriminações, etc. Porém, a sua importância não fica por aí. As condições de exploração, de insegurança económica e social que marcam a vida da classe trabalhadora conferem-lhe interesse material e fundamental na transformação das relações de produção, numa nova sociedade.

Respeitar e apoiar a agenda das lutas contra as opressões é certo, mas amalgamá-las não as favorece nem é interseccionalidade. Apenas conduz à diluição de uma perspectiva de classe para a transformação revolucionária da sociedade. Subentende-se que é o pretendido.

## **A REJEIÇÃO DA MATRIZ FUNDADORA DO BE**

A Conferência Nacional do Bloco não é o espaço para debater e tomar decisões sobre a mudança da linha política. Contudo, a poucos meses de uma Convenção, é isso que vai acontecer: a consumação de uma mudança de linha política que já vinha sendo colocada em prática desde o período final da Geringonça, que acentuou a social-democratização e conduziu ao declínio do Bloco.

Sem uma política de classe, o núcleo dirigente do Bloco rejeitou a matriz fundadora e procurou estruturar uma ação baseada numa agenda de causas, certamente justas na maior parte dos casos, mas que não permite consolidar uma perspectiva estratégica de transformação que questione os fundamentos desta sociedade. A diferenciação com o social-liberalismo

torna-se cada vez mais difícil.

Daí a linha baseada na procura de alianças com um centro que aceita causas, sim, desde que se mantenha o sistema. Daí a alienação do envolvimento nas lutas dos trabalhadores, daí o desprezo pela iniciativa e enraizamento na base, daí a centralização sectária das decisões, daí o tratamento da militância como meros figurantes.

O núcleo dirigente argumenta com o avanço da direita e da extrema-direita e entende que retirará vantagem eleitoral desta mudança e melhores condições para alianças com o centro, a começar nas autárquicas. Porém, o percurso que já foi iniciado e experimentado abriu espaço à extrema-direita e indica decadência, degenerescência e perda de influência social, política e eleitoral.

O Bloco caminha para um pequeno partido “de eleitores”. Tem vindo a perder contacto com a realidade, subalterniza a classe trabalhadora e as lutas sociais, privilegia o parlamentarismo, afunda-se em manobras táticas, aliena a democracia interna e a participação, não tem capilaridade a partir da base. Continuar por esse caminho é prosseguir com o ciclo das derrotas. Há que mudar e construir uma nova resposta política popular. O atual núcleo de direção tem vindo a demonstrar não estar à altura dessa tarefa; a ausência de um balanço no texto que propõe à Conferência, a insuficiência da análise e a insistência numa orientação política que já provou ser errada, tornaram isso por demais evidente.

**Diogo Borges (Porto)**

**Pedro Soares (Lisboa)**

---

## **Contra-WebSummit**

As tecnologias digitais estão presentes em 100% das nossas vidas. O smartphone acorda-nos, o Spotify anima a nossa manhã com música e a Google dá-nos a informação que precisamos durante o dia, tudo isto enquanto recolhem dados do nosso comportamento enquanto utilizadores. A Microsoft detém as nossas plataformas de trabalho, a Amazon os servidores que são as maiores bibliotecas de dados do mundo e colabora com as grandes empresas tecnológicas anteriormente mencionadas, a META capta horas diárias da nossa atenção em troca da capacidade de direcionar o nosso consumo, o X (ex-Twitter) está num claro rumo de fascização da sua lógica algorítmica desde a sua aquisição por Elon Musk e os Teslas sabem por onde andamos: os carros já não são mecânicos, são dispositivos eletrónicos e inteligentes.

A Europa está tecnologicamente dependente das big tech, na sua larga maioria americanas, para boa parte da sua atividade económica. Além disso, para dar energia a tudo isto, contamos com baterias produzidas na China. Isto faz com que a Europa não conte para a competição entre blocos económicos na indústria tecnológica. Precisamente porque entregou a estrutura produtiva a blocos económicos vizinhos, organizando o capital numa estrutura financeirizada. As tentativas liberais de atração de investimento para a produção de valor acrescentado na tecnologia digital e na indústria que gira à sua volta não tem sido suficiente. Prática menos dogmática na estrutura produtiva na China e até nos Estados Unidos, onde o apoio público às novas indústrias é frequente.

Hoje já temos no programa do Bloco de Esquerda respostas à necessidade de democratização dos dados através da taxação do seu valor financeiro no estrangeiro, em relação ao país em que têm origem, por exemplo. Mas devemos ambicionar uma visão ampla e integrada de uma alternativa para todo o setor tecnológico.

A esquerda bate-se pela democratização dos meios de produção. Com as plataformas digitais é exatamente disso que se trata. Quem detém os meios de produção das plataformas digitais e do negócio dos dados define a forma de desenvolvimento, inovação e distribuição de acordo com os seus interesses, a maximização do lucro, em detrimento do bem comum, do interesse público.

Por isso, o Bloco de Esquerda tem de ter um olhar ambicioso para a sua renovação programática, o que passa pelo desenho de um programa alternativo, democrático, para uma das mais relevantes indústrias do século XXI, essencial à necessária reindustrialização de Portugal e da Europa. A esquerda tem de conseguir ter um projeto de modernização económica que compatibilize o desenvolvimento tecnológico de ponta com a necessária transição energética. Se entendermos que a perspetiva da inovação cabe no nosso campo político, então seremos capazes de imaginar a contra-WebSummit, promovendo a colaboração e a partilha entre quem trabalha e inova na área tecnológica sem ter vontade de se submeter aos desígnios do grande capital que não hesita em destruir projetos incríveis se canibalizá-los puser mais dinheiro nos bolsos dos seus shareholders.

Se acreditarmos numa inovação dos campos de ação dos sindicatos em Portugal, promovendo a sua modernização e compreensão das particularidades do trabalho ligado às tecnologias, seremos capazes de alargar o debate sobre direitos dos trabalhadores a esse campo.

Seremos capazes de ser a resposta para quem quer trazer a sua inovação para o mundo, conquistando terreno aos monopólios tecnológicos com alternativas independentes e sustentáveis, que não se concentrem no crescimento infinito que não serve nem as pessoas, nem a inovação - a inovação tecnológica parece o cenário ideal para a aplicação e reforço do modelo cooperativo.

Seremos capazes de reindustrializar a Europa, construir uma alternativa de produção em proximidade e de mudar o trabalho, ficando menos dependentes dos microchips e baterias da China, menos dependentes da tutela americana das plataformas digitais e de mudar o paradigma da economia do turismo.

**Gonçalo Filipe, Loures, Lisboa, 15601**

**Pedro Celestino, Almada, Setúbal, 10738**

**Rita Nóbrega Gomes, Bruxelas, Bélgica, 15365**

**Nelson Silva, Vila Nova de Gaia, Porto, 14361**

**Tiago Teixeira, Cascais, Lisboa, 12760**

---

## **Ou propriedade ou sociedade**

O espaço físico é o último bem material. Finito e simbólico. A disputa pelo espaço e a ocupação de metros quadrados demonstram não só a ânsia imperialista e colonialista de vários Estados ao longo da história, como a necessidade primária da ganância imobiliária. A sobrevivência do capitalismo sustenta-se na desigualdade dos nossos lugares, e a conquista do futuro socialista só será possível com a queda do alicerce do sistema capitalista: a propriedade.

A financeirização imobiliária global abriu as portas ao rentismo sobre a habitação, tornando a casa no supremo negócio dos nossos tempos. Paralelamente, a consolidação da ideia de posse de habitação própria alimenta um sentimento de

separação de classe, como se ter uma dívida ao banco nos colocasse numa posição de conforto.

Durante anos a esquerda parlamentar pecou na força das suas reivindicações, reduzindo as suas propostas mais visíveis ao reforço do parque habitacional público e ao combate contra os despejos. Uma política defensiva que visava estancar o ataque que o capital fazia sobre os trabalhadores mais pobres. Hoje, com a maré de mobilizações pelo direito a uma casa para viver, diversificamos o leque de análise da crise habitacional e expandimos as nossas respostas contra os sistemas de privilégio fiscal, a concentração dos fundos de investimento imobiliário, o turismo selvagem e todas as ferramentas abusivas que compõem o regime predatório da especulação.

No pico da arrogância da maioria absoluta do Partido Socialista, foi a massa orgânica em peso que pela primeira vez fez tremer as pernas do Governo de António Costa. Os movimentos unitários, com o bom senso e a experiência quotidiana das populações do seu lado, criaram tração para os programas de esquerda. Se o controlo de rendas há meros anos era um papão sobre o qual era impossível debater, hoje é uma medida reconhecida e reivindicada pela classe popular. Perante uma crescente viragem à direita e uma maioria parlamentar que quer aprofundar a liberalização do mercado e dar mais poder e recursos àqueles que ganharam com a crise, é preciso coragem para destacar projetos radicais de forma a recalibrar a agenda pública para os nossos princípios.

Precisamos de expropriação. Sem palavras bonitas como “recuperar” ou “requisitar”. Expropriar porque o parasitismo da acumulação conduziu-nos à ruína que vivemos. Expropriar para atacar a ideologia proprietária e dizer que o direito à habitação se sobrepõe ao direito à propriedade privada.

Precisamos de autogestão dos bairros. Porque nos bairros não há policiamento, há agressão e perseguição. Os bairros têm direito à sua identidade e comunidade, sem paternalismo e sem reagrupamentos forçados. Não mais permitiremos o estigma, a exclusão e a permanência da segregação e de verdadeiros checkpoints de controle.

Precisamos de desenhar novas formas de habitação cooperativa e de gestão coletiva dos nossos lares, dando aos moradores o direito de intervenção e acabando com as dinâmicas de poder abusivas de senhorios contra arrendatários, jovens estudantes, idosos e famílias vulneráveis.

Precisamos de ocupar os espaços comuns que dão cor às nossas memórias e comunidades. Os clubes recreativos, cafés, bibliotecas, o comércio tradicional e as coletividades onde nos encontramos, formamos e ensaiamos formas de vida comunitária. Temos de cortar os tentáculos do alojamento local e dos restaurantes da moda que tomam conta dos lugares, acabar com a ideia do Very Typical e dizer, sem pudor, que as nossas cidades não são mercadoria e que não se regem pelas vontades do Capital.

Sem a capacidade de manter vivo o sentimento de pertença, trazendo-o para o centro das nossas organizações, não há luta transversal e transformadora que faça frente aos monstros da especulação.

A violência da gentrificação e da expulsão exige um nível de reação popular inédito. O Sindicato de Inquilinas de Madrid deixou claro: “não aproveitaram as oportunidades que lhes demos e o tempo já acabou. Não podemos contar com os governos que dão a mão aos especuladores para baixar as rendas, por isso temo-nos a nós próprias.” Num esforço impressionante de estrutura e apoio mútuo, largas dezenas de milhares denunciam a impunidade especulativa, saem à rua para tintilar as suas chaves e preparam-se para repetir a ferramenta histórica da “greve de rendas.” A acumulação de propriedade fez com que vários inquilinos, que têm todos o mesmo senhorio, sobretudo de grandes fundos e empresas imobiliárias, se organizassem entre si. Se não baixarem as rendas, não as pagam. Sozinhas não é possível, mas unidas vencem.

Este e tantos outros projetos ganham alento por todo o mundo, colocando em xeque a estrutura rentista sobre as nossas

casas. Saiba o Bloco alimentar a convocação da maioria que não aguenta mais o desespero da crise da habitação e criar a partir destes movimentos o confronto pela politização de massas para o campo anticapitalista.

Não construímos as cidades para os outros, os senhores das mansões. As cidades são nossas, do povo que lhes dá vida.

Aliyah Bhikha - Loures, Lisboa - 15475

Ana Durães - Oeiras, Lisboa - 15525

Ana Margarida Roberto - Sesimbra, Setúbal - 17153

António Soares - Santo Tirso, Porto - 14674

Daniel Borges - Lisboa, Lisboa - 16022

João Carvalho - Almada, Setúbal - 15600

Maria Serra Valente - Lisboa, Lisboa - 16658

Maria Manuel Rola - Porto, Porto - 9880

Miguel Martins - Barcelos, Braga - 13852

Paula Serralha - Barreiro, Setúbal - 13470

Ricardo Moreira - Lisboa, Lisboa - 4622

Rodrigo Machado - Lisboa, Lisboa - 14947

Santiago Carrilho - Sesimbra, Setúbal - 17565

---

## **Tirar o antirracismo da lapela para construir um caminho coletivo**

É inegável o contributo dos movimentos antirracistas e pelos direitos das pessoas migrantes, que ao longo dos anos foram construindo pontes com outros movimentos para engrossar as fileiras pela emancipação dos povos.

Por outro lado, quando analisamos a solidariedade desses movimentos face às reivindicações dos movimentos antirracistas e pelos direitos das pessoas migrantes existe um vazio programático que tenha conseguido agregar a agenda antirracista e contra a xenofobia como parte integrante de todas as lutas. Desso modo, ser-se antirracista ficou pelo “pin na lapela” e pelas intenções vazias.

A esquerda pelo mundo tem descurado o avanço das agendas antirracistas e pelo direito das pessoas migrantes relegando para um plano secundário, e como uma luta circunscrita apenas pelos seus alvos. O exemplo do Brasil é paradigmático porque demonstra a negligência sistemática que culminou no crescimento do Bolsonarismo, mais tarde, as alianças com o movimento negro e antirracista foram determinantes para a eleição de Lula da Silva. Na Europa os partidos de esquerda continuam fechados sobre o manto da branquitude que encerra as oportunidades de criar ambientes políticos mais representativos.

O Bloco de Esquerda tem vindo a sofrer dos ciclos mediáticos que empurram para a urgência de incluir pessoas racializadas e migrantes, de forma titubeante fez alguns avanços em repensar a sua relação com os movimentos an-

tirracistas e pelos direitos das pessoas migrantes.

O atual cenário político e social convoca-nos para o combate à extrema-direita através de uma política de massas verdadeiramente radical que organize todas as lutas em um coletivo capaz de dialogar entre si. Como referia Cabral “Unidade e luta”, é a partir desta divisa que devemos repensar a nossa estratégia coletiva e tirar o antirracismo da lapela para construir um caminho coletivo. Não há combate à extrema-direita sem o antirracismo efectivo.

É crucial tomar partido e enfrentar as estruturas coloniais que criminalizam e excluem as pessoas racializadas e migrantes, a visão utilitária muitas vezes que referem os contributos económicos a favor do Estado restringe a dignidade das pessoas migrantes à exploração laboral e exclusão social. A luta de classes é a finalidade da nossa luta emancipatória, mas sem cegueiras e falácias que hierarquizam e determinam quais são as lutas mais importantes.

O racismo é inerente ao capitalismo, parte da formação deste sistema social a partir das potências coloniais que conceberam e disseminaram a inferiorização dos povos do Sul Global. A extração dos recursos naturais e a pobreza endémica imposta às populações autóctones foram parte da estratégia de dominação colonial. As consequências da Colonização e da Escravatura estão presentes nas violências e discriminações atuais, num processo contínuo que perpetua os vínculos coloniais nas sociedades pós-coloniais. As atuais estruturas do racismo foram herdadas do sistema colonial que hierarquizou e subjugou os povos colonizados retirando-lhes a identidade, cultura, língua, património de todo o tipo.

A eficácia do combate antirracista depende do reconhecimento dos mecanismos de uma opressão que segrega, que naturaliza o ódio e que galvaniza o medo pela diferença. Por isso mesmo, é essencial reconhecer-se a especial gravidade do anticiganismo no conjunto das manifestações do racismo estrutural, continuando séculos de opressão sobre as pessoas ciganas.

O anticiganismo é uma das mais profundas feridas da história do racismo. Na Europa e em Portugal, a discriminação sistemática das pessoas Roma/ciganas é uma realidade contínua e persistente. Nas instituições e nas ruas, com o beneplácito dos media e de uma parte considerável das forças políticas, associa-se de forma corrente as pessoas de etnia cigana à violência, à periculosidade e ao crime, como se lhe fossem inerentes. Instala-se um medo público assente na invisibilização das pessoas ciganas, cujas vozes e corpos são arredadas do espaço público.

O caminho que o Bloco De Esquerda tem vindo a trilhar no antirracismo e na luta pelos direitos das pessoas migrantes deve ser aprofundado, através de uma estratégia efetiva e duradoura.

O Encontro Nacional Antirracista, realizado no passado mês de junho, reforçou o espírito da luta antirracista e anticolonial no seio do partido, no entanto, devemos continuar a criar condições para uma militância mais atenta e combativa contra o racismo estrutural. Acreditamos que só conseguiremos alicerçar esta estratégia com o garante das tomadas de decisão participativas através das pessoas que são alvo desta discriminação sistemática, não só considerando a sua representação ativa e a sua liderança, assim como a proteção do seu lugar autodeterminado, livre, sem capacitismo e paternalismo.

**Ackssana Silva, Amadora, 13178**

**Aliyah Bhikha, Loures, 15475**

**Ana Durães, Oeiras, Lisboa, 15525**

**Lou Loução, Odivelas, 13974**

**Santiago Lima, Entroncamento, 17050**



## Transformar as cidades radicalmente

Com o pretexto da crise económica de 2008, tanto a Troika como o Governo, aproveitaram para pôr em marcha um processo final de liberalização violenta na habitação que apenas favoreceu o capital internacional e grandes grupos económicos portugueses. Esta liberalização tornou a habitação refém da especulação imobiliária e da turistificação das cidades. Com este fluxo de capital estrangeiro atraído pelas instâncias internacionais e nacionais, uma procura ilimitada na habitação e no turismo para construir hotéis e casas de luxo grassou, transformando o acesso à habitação que estruturalmente deixou de ser para quem trabalha em Portugal.

O Partido Socialista não alterou esta política de atração de investimento especulativo estrangeiro e de fomentar a especialização turística do País, mantendo isenções fiscais e mecanismos de atração especulativos que continuam a sugar as nossas cidades e as nossas casas. O mercado imobiliário criou a nova corrida ao ouro: querem terreno e construção, eliminam todas as regras e a única coisa que o centro faz é pedir ainda mais.

A construção, "solução" que a direita anuncia, e que parte do pressuposto errado de que faltam casas, resultará sobretudo em habitação de luxo. Mas nós sabemos, as causas são outras: turismo desenfreado, leque interminável de benefícios fiscais, Vistos Gold, Lei Cristas. Tais políticas desequilibraram a já frágil relação de forças entre inquilinos e senhorios, fortalecendo os últimos, e desviaram parte significativa da oferta de casas para mercados mais lucrativos. Só a intervenção pública pode resolver os problemas estruturais do mercado de habitação, impedindo a expansão do turismo e acabando com as borlas fiscais.

Na ordem do dia do movimento pelo direito à habitação tem de estar também o direito à cidade. Não queremos pensos ou paliativos. Queremos uma mudança radical para que possam voltar a ser sítios para viver, onde se criam comunidades e vizinhanças, onde há espaço para associações recreativas e desportivas, para coletividades e cooperativas, onde a gentrificação não mete a mão porque há quem não arrede pé.

Para isso, é preciso uma rutura com as políticas do centro, uma mudança exigente. Primeiro, um programa de emergência que tenha como palavras de ordem a regulação das rendas e o fim dos despejos, bem como o fim de todas as políticas de incentivo à especulação e ao luxo imobiliário. Depois, um programa transformador que aposte na habitação pública e cooperativa, que baixe as prestações bancárias, que requalifique os devolutos colocando-os disponíveis para habitação comportável e que repense o modelo económico.

O Bloco é a força de esquerda posicionada para representar esta rutura que dezenas de milhares de pessoas vêm pedindo em grandes manifestações pelo direito à habitação. Ao fazê-lo, polariza com as políticas de centro que vendem o país e afirma-se como a alternativa de esquerda radical que não capitula aos interesses imobiliários.

No movimento social, militantes do Bloco participam ativamente para construir uma plataforma unitária nacional que consiga colocar na ordem do dia o direito à habitação e pressionar os governos do PS e do PSD a colocarem o direito à habitação na frente. Mas é preciso ir mais longe e aprofundar a capacidade de intervir em casos concretos, criar movimento a partir das bases ao acompanhar e travar lutas locais, aprofundar a matriz de interseccionalidade das ativistas do movimento da habitação que afeta todos quantos se movem: LGBTI+, feministas, antirracistas, pela paz e contra o genocídio, adicionando tantas outras lutas sociais mobilizadas por quem estuda, vive e trabalha no país e não tem uma casa onde morar.

Ana Durães - Oeiras, Lisboa - 15525

Daniel Borges - Lisboa, Lisboa - 16022

Gonçalo Filipe - Loures, Lisboa - 15601

João Carvalho - Almada, Setúbal - 15600

Maria Manuel Rola - Porto, Porto - 9880

Maria Serra Valente - Lisboa, Lisboa - 16658

Paula Serralha - Barreiro, Setúbal - 13470

Rodrigo Machado - Lisboa, Lisboa - 14947

Vasco Barata - Lisboa, Lisboa - 10218

---

## **Bairros populares no Porto e em Braga: da mobilização pelo direito à habitação no pós-25 abril 1974 e a relativa passividade hoje**

Tendo coordenado uma investigação nos bairros populares do Porto e de Braga, foram constatadas severas condições de vida e de habitação. Porém, salvo casos excepcionais em que houve alguma mobilização com resultado de reabilitação (vg. caso da 'ilha' da Bela Vista no Porto), não constatamos ações coletivas, contrariamente à situação no pós 25 de Abril no quadro do PREC com inúmeras mobilizações a 'partir de baixo' nos bairros populares graças à conjugação de vários fatores: mobilizações populares, apoios de equipas técnicas e a normativa e financiamento governamental (D.L. sob Secretário de Estado Nuno Portas).

Poder-se-ia dizer que, sendo, na sua maioria, operários/as, trabalhadores/as não qualificados/as e de serviços, pessoas reformadas e/ou em situação de desemprego, precariedade e com privações económicas, poderiam à partida constituir uma base de ação coletiva. Porém, tal não é constatável, porque, contrariamente a uma velha ideia em certa esquerda, segundo a qual os mais pobres e destituídos ou com poucos recursos estariam predispostos à mobilização e à revolta, tal não acontece, como já comprovado em várias situações históricas, nomeadamente em sociedades de prevalência camponesa (Scott 1990, Silva 1998) mas também operária e doutras classes desprovidas (Thompson 1979, Burawoy 1979, Silva 2023). Aliás, o próprio Marx já constatara tal situação na França do século XIX em relação aos camponeses sob Louis Bonaparte, constatando nas suas obras O 18 de Brumário de Louis Bonaparte e A Luta de Classes em França um desajustamento entre a objetiva 'classe em si' e a 'classe para si' não mobilizada nem organizada coletivamente. A chamada aliança operário-camponesa não se verificou nem na ex-URSS, nem noutros países em diversos continentes, nomeadamente em Portugal e noutros países do sul de Europa.

Tomando os bairros populares no Porto e em Braga como objeto de reflexão e comparação entre o pós 25 de Abril 74 e a realidade de hoje, poder-se-á dizer, antes de mais, que o contexto social e político era bastante favorável sobretudo até ao 25 de Novembro de 1975, mas, logo em 1976, o poder central deixou de financiar e apoiar tecnicamente os projetos do SAAL, deixando essa tarefa à autonomia e/ou discricionariedade das Câmaras Municipais que poderiam prosseguir tais projetos e até incorporar técnicos nos Serviços camarários para o efeito (ou não). De facto, salvo casos excepcionais em que as Associações de Moradores pressionaram e/ou algumas Presidências de Câmara foram favoráveis à prossecução do SAAL a nível local, as Câmaras, na sua grande maioria, abandonaram e/ou deixaram cair tais projetos de reabilitação. Ou seja, no pós-25 de Abril estavam presentes não só condições objetivas, como organizativas e institucionais, o que não foi o caso posteriormente na maior parte dos sucessivos mandatos camarários ao

longo de décadas, tendo-se tais situações degradado com a subida ao poder local sobretudo por parte de partidos e coligações dominantes em Portugal na grande parte dos municípios, nomeadamente de direita, em Lisboa, no Porto e noutros municípios.

Por isso, quando se pergunta por que é que estas populações nas ilhas e bairros populares perderam impulso de mobilização, é evidente que tal se verificou porque, salvo algumas melhorias resultantes da implementação de conquistas do Estado Social, mantiveram-se condições objetivas de desemprego e precariedade, baixa escolaridade, habitação precária e baixos rendimentos (o escalão mais representado nos rendimentos, em 2017-18, era de 251-557 euros para 49,9% dos inquiridos/as e para 36,4% de agregados familiares respetivamente). Mas foi sobretudo a ausência das condições organizativas, de liderança e mobilização. E, num contexto de fragilidade e precariedade crescentes e sem organização, os moradores/as foram-se sentindo cada vez mais impotentes para contrariar as lógicas dos poderes instalados e eventuais lobbies de interesses imobiliários em torno de certos espaços urbanos. Mais, sem as precondições necessárias à ação coletiva, restou-lhes, em regra, estratégias de recurso a técnicos ou políticos locais num quadro relações diádicas e de dependência clientelar ou patrocinal. E, portanto, sem capacidade reivindicativa coletiva, apenas procuraram melhorar a sua situação pela via individual ou familiar e, mais amiúde, lutar pela sobrevivência e a segurança mínima, de modo a não piorar a sua situação. Impõe-se às comissões/associações de moradores, articuladas com movimentos sociais na base da pertença de classe, étnico-racial e de género, criarem pre-condições organizativas e de liderança para ação coletiva com horizonte de utopia transformadora da sociedade.

Manuel Carlos Silva - 12121 Braga

## Notas críticas à Atualização Programática do BE e ao texto da *Plataforma política da European Left Alliance (ELA)*

A V Conferência, foi convocada com o objetivo de “debater e aprovar recomendações à Mesa Nacional sobre o rumo estratégico do BE” tendo o “**Socialismo de futuro**”, como lema. Dos diversos documentos divulgados, dois merecem alguns comentários críticos. No primeiro - **Atualização Programática** - enumeram-se **8 eixos** para discussão e que irão dar substância àquele programa. Sem questionar a necessidade de debater aqueles eixos, questiono os seus autores sobre a ausência de um **eixo** dedicado aos **movimentos dos trabalhadores** e ao **Socialismo que queremos** e outro **eixo** sobre que **Governo/Poder queremos**. No preâmbulo desse texto, está escrito o seguinte: “convidamos todos os militantes, simpatizantes e a **sociedade em geral** a participar ativamente neste processo” para “construir um programa robusto e coerente” !!! Questiono os seus autores acerca do significado “**sociedade em geral**”: Outros partidos - o Livre é um deles - recorrem a um processo denominado de **primárias** para a escolha ideias, de deputados e dirigentes: **personalismo e alienação programática de mãos dadas**, portanto! É um método “basista”, pretensamente democrático, de **colaboração de classes**, adequado para movimentos interclassistas, diluindo no baixo denominador comum, eventuais propostas para agradar a alguns, e cujo objetivo é ganhar lugares nas estruturas estatais do poder, como por exemplo, o Parlamento. Não se percebe por que razão, quer o BE adoptar este método de trabalho!

A **Plataforma política da European Left Alliance (ELA)** é um texto (divulgado em inglês) com muitas medidas de boas intenções que, com certeza, são facilmente subscritas por estruturas diversas, desde **sindicatos a associações ambientalistas**. É um “programa” que apela à boa vontade de cada um: “*everyone would contribute according to their income and where wealth is redistributed*” (em português: “**todos contribuiriam de acordo com o seu rendimento e**

*onde a riqueza é redistribuída*). Pretensão piedosa que se prolonga no desejo de que o *“investment in the ecological transition and in public services... must be protected from competition and market logic* (em português: **investimento na transição ecológica e em serviços públicos que devem ser protegidos da concorrência e da lógica de mercado**), não esclarecendo de onde vem esse investimento, não questionando a propriedade dos meios de produção em causa - e que condicionam decisivamente o pretendido - nem que poder o pode impor!

O ponto 8, desse texto refere ser **“feminismo, o motor da mudança política”** (*“feminism, the motor of political change”*) Conceito que confunde os indispensáveis e necessários combates pela igualdade de género(s) e a sua inclusão na Carta de Direitos Fundamentais Europeus, reduzindo-os ao feminismo! As conquistas civilizacionais (direitos LGBTQ+, aborto, etc) não estão garantidas no sistema capitalista, de modo nenhum! Combater o sistema em todos os campos, sem transigências, precisa de outro motor – a luta de classes!

Em geral, a **Political Platform da ELA** enumera medidas que são importantes para uma mobilização à escala europeia, o que é aceitável. Mas falta-lhe o essencial que é o entrosamento daquelas medidas com o movimento dos trabalhadores. Encerra, no meu entender, uma visão neokeynesiana, de reformas sociais sem pôr em causa o sistema capitalista, sem assumir o socialismo como objetivo. Nesta medida, a **“atualização programática”** por nós todos pretendida, não deve nem pode, encaixar num programa de colaboração de classes à escala europeia. A participação do BE no ELA (que não questiono) tem de ressaltar uma identidade não colaboracionista de classes, desde já!

António Marinho da Silva

---

## Regressar às ruas é combater a irrelevância política

O capitalismo, em crise constante desde 2008, tem imposto restrições severas aos direitos e liberdades, usando pretextos como a pandemia e a guerra na Ucrânia para promover novas formas de precariedade, e com os governos a aplicar políticas que favorecem baixos salários e restringem direitos laborais. Imigrantes são cada vez mais explorados, e a ofensiva patronal, apoiada pela UE, ignora as reivindicações dos trabalhadores, agravando as suas dificuldades.

As mudanças tecnológicas, como a robótica e a inteligência artificial, criam novos desafios para os trabalhadores, suscitando apreensão sobre a substituição do trabalho humano. É, por isso, crucial intensificar o trabalho junto dos movimentos sociais e sindical, promovendo a resistência e a organização no local de trabalho e nas ruas.

Como sabemos, as ações de rua são essenciais para mobilizar a sociedade e sensibilizar sobre as injustiças, ao passo que permitem visibilidade e diálogo, unindo setores em torno dos direitos dos trabalhadores e combatendo a uberização e desumanização do trabalho. Educar e consciencializar os trabalhadores sobre os seus direitos é crucial. Muitas vezes, a precariedade persiste pela falta de informação. Campanhas de esclarecimento podem empoderar os trabalhadores, promovendo uma cultura de resistência e luta coletiva.

Contudo, a repressão e perseguição dos trabalhadores organizados exigem que as ações nas empresas sirvam também como espaços de proteção e solidariedade. Os Grupos de Trabalho para as Relações Laborais regionais serão vitais nesta luta, articulando as reivindicações laborais nas suas regiões e fortalecendo a organização dos trabalhadores e dinamizando ações que denunciem práticas antissindicais.

A comunicação entre trabalhadores e o Bloco de Esquerda deve ser fortalecida para que as políticas públicas reflitam

as necessidades reais dos trabalhadores. A pressão exercida nas ruas e empresas pode resultar em avanços laborais e fortalecimento dos direitos dos trabalhadores. A articulação estratégica entre grupos de trabalho e ações de rua deve considerar as especificidades regionais e a diversidade das realidades laborais. A construção de uma rede de apoio facilita a partilha de experiências, ampliando o impacto das mobilizações.

A luta contra a precarização é parte de uma luta maior por justiça social e dignidade. A união entre movimentos sociais, incluindo direitos LGBTQI+, ambientais, de género e raciais, pode e deve fortalecer as ações contra as estruturas opressoras.

Esta estratégia é vital para resistir às dinâmicas neoliberais que atacam os direitos laborais. A mobilização e organização são ferramentas essenciais para enfrentar os desafios do sistema e garantir que a voz dos trabalhadores seja ouvida e respeitada. É imperativo reforçar o contacto com a base militante, sair das sedes e do Parlamento, polarizar o discurso à Esquerda e criar métodos para combater as tendências social-democratas que têm dominado a retórica, por forma a evitar a irrelevância política do Bloco.

Nos próximos meses, até à próxima Convenção, será vital criar dinâmicas que permitam ampliar os Grupos para as Relações Laborais existentes e definir uma linha orientadora do Bloco para o mundo do trabalho - precisamos voltar a agir e não apenas a reagir aos acontecimentos.

**Ricardo Salabert**

---

## **A beira da estrada e a estrada da Beira**

A práxis da militância política num movimento e partido político como aquele que é o Bloco de Esquerda é complexa, recheada de ativismos diversos e, como tudo na vida como hoje a definimos, repleta ela também de contradições. Estas contradições são visíveis e palpáveis desde a organização informal de iniciativas até aos próprios espaços de debate dos demais órgãos eleitos.

Precisamente devido a toda esta pluralidade de debate, de formas de agir, de nos organizamos, os pensamentos e formas de atuar divergentes àqueles que estão inerentes às decisões dos órgãos eleitos do Bloco são também materializadas de formas variadas e por vezes, no mínimo, caricatas. Tendencialmente, dentro do Bloco de Esquerda, aquando de um período eleitoralmente menos afortunado, emerge um estilo de divergência que é controverso quer no conteúdo, quer na própria forma.

Emergem ciclicamente, especialmente após maus resultados eleitorais, saudosismos abundantes em revisionismo. Estas formas de "oposição" invocam para o debate político interno do partido um passado imaginário, dando ao Bloco uma história (que nunca existiu) monolítica e monocórdica na defesa de alterações ao código de trabalho. Fazer isso é redutor do passado de tantas e tantos que lutaram pelo aborto, pelo casamento de pessoas do mesmo sexo, pela eutanásia - sem nunca se esquecer das classes oprimidas pelo grande capital. Até o samba de uma nota só é feito de uma belíssima harmonia e é isso que faz toda a diferença.

A procura pela fragmentação e divisão em torno de meros lamentos resulta num boicote constante que ameaça o princípio basilar da pluralidade do Bloco. A postura de "criticar por criticar" sem apresentar de forma minimamente consistente alternativas e debate ideológico consiste num bloqueio da dialética política da história da humanidade,

que é parte do caminho para o socialismo.

A história da luta de classes demonstra que as lutas internas e diversidade de opinião em qualquer movimento anti-sistémico são profundamente positivas e saudáveis quando direcionadas à superação e ao combate da exploração do homem pelo homem.

Achar que a centralidade do trabalho significa falar apenas de questões laborais é confundir a obra prima com algum familiar do mestre de obras, ou a estrada da Beira com a beira da estrada. A consequência é ficar fora do jogo social, à margem da luta de classes. Então o capitalismo não usa o patriarcado e o machismo para se afirmar e reproduzir? Não são o racismo e a xenofobia ferramentas da dominação, fundamentais para desvalorizar o trabalho e destruir pontes para a reivindicação e a luta? Não é a normalização da família, dos gostos, das escolhas, elemento importante para a elite política dominar e calcar a subversão? É a luta de classes, tudo isto é a luta de classes. Porque a querem desclassificar?

Eduardo Couto - 13387

Esmeralda Susana (Ovar)

Jesus Gonçalo Fonseca - 17396

Irís Sá - 17352

Tiago Oliveira Paiva - 16068

---

## **Contributo para a V Conferência Nacional**

Desde a fundação, o Bloco passou por momentos de expansão, contracção, estagnação, desenvolvimento, conquistas, derrotas. Testemunho muitos momentos destes vários tipos desde que passei a integrar o partido no início de 2016.

Neste período temporal algo significativo, tenho tido oportunidade de estar em e passar por órgãos e estruturas locais, grupos de trabalho locais e nacionais, assim como integrar candidaturas a Eleições Legislativas e Autárquicas.

Desta experiência acumulada, concluo que há três transformações práticas, organizacionais e operacionais de que precisamos para que a nossa intervenção esteja à altura dos nossos valores ideológicos:

- no que toca à organização interna, é imperativo lançarmos um verdadeiro esforço mobilizador e organizativo, que nos permita solidificar as estruturas locais existentes - distritais e concelhias -, desenvolvê-las onde não existem, e ainda criar grupos de trabalho sectoriais, operacionais ou técnicos que contribuam para a formação política da militância e dêem suporte à intervenção política;

- na dimensão do funcionamento interno, é urgente garantir a realização regular de plenários das Assembleias Distritais e Concelhias, fazer uso de ferramentas estatutárias como os referendos internos para promover a discussão interna sobre questões de especial importância, integrar a tomada de conhecimento sobre e a sensibilização de toda a militância - em particular, novos aderentes - para os Estatutos e a regulamentação interna, que dão forma à identidade, aos valores, à estrutura e ao funcionamento do Bloco;

- em relação às instituições em que temos representantes, nomeadamente a Assembleia da República, devemos integrar a auscultação aos órgãos, grupos de trabalho e estruturas locais nos processos de formulação de iniciativas parlamentares.

### **Transformação 1: O Socialismo de Futuro será em todo o lado - ou não será**

Um partido que combate a austeridade e o centralismo não pode cair no erro de concentrar excessivamente a intervenção em centros urbanos. Temos que estar e saber o que se passa em todo o lado - e só o conseguimos com uma boa dose de organização.

Se temos estruturas concelhias ou núcleos fragilizados, cabe às distritais dar-lhes apoio. Se temos concelhos onde há aderentes, mas em número insuficiente para suportar uma concelhia ou mesmo um núcleo, que assumam os órgãos distritais a responsabilidade de cultivar a intervenção e o alargamento da militância nesses territórios. Se há camaras com interesse em trabalhar politicamente uma área temática ou dar suporte à intervenção política das estruturas internas, cabe aos órgãos nacionais e locais agregar as pessoas e formalizar grupos de trabalho.

### **Transformação 2: Façamos cá o que queremos para a sociedade**

Para que melhor representemos o que defendemos, não podemos permitir que a inércia, os receios, as hesitações, a complacência tomem conta do nosso modo de fazer as coisas.

Se temos Estatutos e regulamentos que procuram garantir os ideais que projectamos, têm que ser cumpridos, e devem ser conhecidos. Só assim garantimos que a expressão democrática não é desvirtuada em favor de análises casuísticas sem fundamento. Se os Estatutos estabelecem um mínimo de 2 plenários das Assembleias Concelhias e Distritais por ano, então que se procure assegurar que tal acontece - mas que não se fique por aí. Haver um espaço interno comum à militância de cada território apenas de 6 em 6 meses é pouco para um partido que quer aprofundar a democraticidade da sociedade. Se os Estatutos prevêem - e bem - a possibilidade de se fazer referendos internos, que os façamos sobre as decisões que exigem um mandato redobrado - entre as quais o exemplo recente de desvinculação de um partido europeu e formação de um novo partido.

### **Transformação 3: 5 no Parlamento serão milhares pelo país**

Numa altura em que se lançam esforços para se construir um novo programa político, reforçar a ligação do trabalho parlamentar à estrutura do Bloco seria um importante passo no sentido de canalizar o conhecimento e experiência que populam a militância bloquista para a produção de iniciativas parlamentares mais informadas e representativas das diversas realidades no terreno.

**Esta transformação seria, também, sinal de comprometimento de toda a base militante do Bloco com os programas a que nos vinculamos em processos eleitorais. Se a nova base programática será desenhada com a participação de centenas a milhares de aderentes, o seguimento que lhe for dado pela representação institucional que conquistamos deve, também, envolver os contributos das bases. Isto deve ser feito sobretudo através dos grupos de trabalho, em que se vão apurando ideias programáticas, ferramentas técnicas e novas formas de intervenção.**



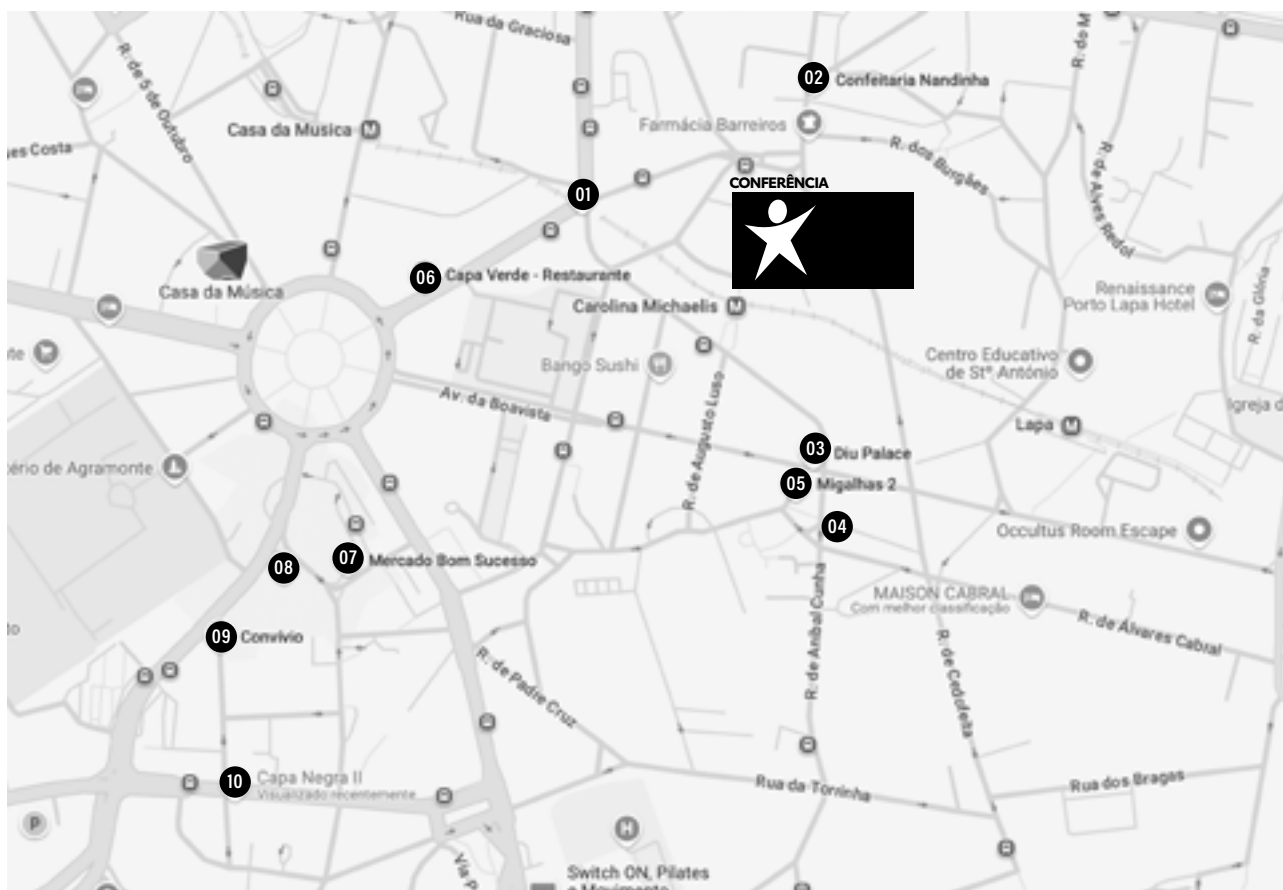
# INFORMAÇÃO & ÚTIL







# RESTAURANTES



## 01. CONFEITARIA PORTO RICO

R. de Oliveira Monteiro, 497  
*Custo médio:* 5 €  
*Aberto:* Sábado e Domingo  
*Opção vegetariana:* sob encomenda  
não tem refeições

## 02. CONFEITARIA NANDINHA

R. de Serpa Pinto, 74  
*Custo médio:* 5 €  
*Aberto:* Sábado e Domingo  
*Opção vegetariana:* não

## 03. DIU PALACE

R. da Boavista, 651  
*Custo médio:* 13 €  
*Aberto:* Sábado  
*Opção vegetariana:* sim

## 04. RESTAURANTE UNIVERSAL

R. de Aníbal Cunha, 252  
*Custo médio:* 13 €  
*Aberto:* Sábado  
*Opção vegetariana:* não

## 05. MIGALHAS 2

Largo do Priorado, 34  
*Custo médio:* 13 €  
*Aberto:* Domingo  
*Opção vegetariana:* sob encomenda  
só aceita dinheiro

## 06. CAPA VERDE

R. de Nossa Sra. de Fátima, 465  
*Custo médio:* 13 €  
*Aberto:* Sábado  
*Opção vegetariana:* sim

## 07. MERCADO BOM SUCESSO

Praça do Bom Sucesso, 74-90  
*Aberto:* Sábado e Domingo  
*Opção vegetariana:* sim

## 08. SHOPPING CIDADE DO PORTO

R. de Gonçalo Sampaio, 350  
*Aberto:* Sábado e Domingo  
*Opção vegetariana:* sim

## 09. CONVÍVIO

R. Arquitecto Marques da Silva  
*Custo médio:* 15 €  
*Aberto:* Sábado e Domingo  
*Opção vegetariana:* sob encomenda

## 10. CAPA NEGRA II

R. do Campo Alegre, 191  
*Custo médio:* 13 €  
*Aberto:* Sábado e Domingo  
*Opção vegetariana:* sim

